

AGÁLIA

REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 15

OUTONO 1988

SUMÁRIO

PAG.

ESTUDOS

- Nova educação republicana e propostas de galeguizacón educativa em Ourense (1929-36)*, por José Manuel Cid Fernández 261
O ardil, a malha, a trama, a rede e o enredo, por Ronaldo Lima Lins 281
O racismo galego, por Domingos Prieto Alonso 293

NOTAS

- Uma interpretação do «Velho do Restelo»*, por Gladstone Chaves de Melo 313
Um vilânico mindoniense de 1825 conservado em Toro (Cámaras), por José-Martinho Montero Santalha 317

ANTOLOGIA

- A paixom de Brenda Moore*, por Manuel Lourenço 337
«Poemas», de Vergilió Alberto Vieira 345

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

- O «Correio da Unesco» em galego-português* 351
Memorandum sobre o conflito lingüístico na Galiza 353
Curso de Galego na Faculdade de História 356
Para a AGAL a concessom das medalhas «Castelao» [...] 357
O prémio «Lousada Diéguez» e a reacción da imprensa 359
«Bases» do prémio «Blanco Amor» 363
Otero Pedrayo e a Geografía de Galiza 363
A AGAL denuncia o grave intento de agressom contra o idioma 364
A Associaçom Galega da Lingua no Dia da Pátria 366
Ese ano em Buenos Aires o único curso de galego é o reintegracionista 368
Nom se deve promover oficialmente o analfabetismo 369
1.º Simpósio Internacional sobre cultura angolana 370

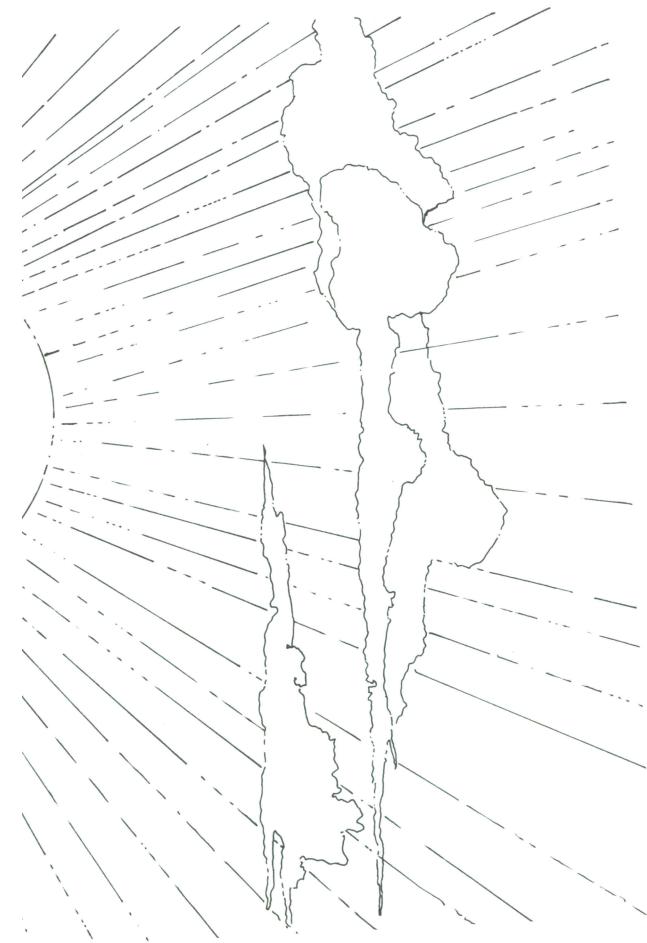
RECENSOS

- A vida escura*, de Jenaro Marinhais del Valle, por Alberto García Vessada. 373
Os habitantes da culpa, de Francisco Salinas Portugal, por Miguel Maio Fondo 376
O camiño portugués a Compostela, por José M. a Monterroso Devesa 377

CORREIO

- PUBLICAÇONS RECEBIDAS E DE INTERESSE* 379
..... 380

DESENHOS: Eduardo G. Casal
BROCHES ILUSTRATIVOS: Gygentliche Beschreibung Aller Stände auff Erden (1568)
CAPA: Julio Gaioso



ESTUDOS

Nova educação republicana e propostas de galeguizaçom educativa em Ourense (1929-36)

Por José Manuel CID FERNÁNDEZ

Colegio Universitario de Ourense

I. PRIORIDADE DO PROCESSO DE REPUBLICANIZAÇÃO EDUCATIVA.

A renovaçom educativa dos anos trinta está baseada no labor pacientemente realizado durante o meio século anterior polo movimento pedagógico da «Institución Libre de Enseñanza», e pola acção cultural, social e política de signo liberal, republicano ou socialista. Estes movimentos e acons respondiam a um modelo educativo perfeitamente articulado para o conjunto do Estado, que visava criar «um novo tipo de indivíduo» e construir umha «ordem social distinta», em que viver com total dignidade (1).

Nom estava formulado com a mesma clareza um plano de galeguização do ensino, válido para pôr em prática num contexto político favorável. Existia vontade política na coligaçom republicana por resolver o chamado «problema catalám», ainda que sem umha alternativa clara, que ia ser clarificada polos movimentos nacionalistas, assentados num sólido trabalho cultural e numha consciêncie política consequente, contudo de menor incidêncie no mundo do ensino.

Houvo avanços importantes no período republicano, se bem retardados pola falta dumha normatividade política favorecedora do processo galeguizador. Por isto consideramos que, num período histórico de grandes possibilidades para a modernizaçom social e educativa, se potencializou mais o processo de republicanizaçom do que o de galeguizaçom do ensino. Porem, produziu-se um certo achegamento entre os dous movimentos referendado no Congresso de Trabalhadores de Ensino celebrado em Vigo, em Maio

(1) A educação republicana e o movimento institucionalista están avondo investigadas. Cf. especialmente Pérez Galán, M.: *La enseñanza en la II República española*, Madrid, Edicusa, 1975.

de 1936, do qual saírom as bases para a luta conjunta por um sistema educativo galego. Este processo, como é de todos conhecido, ficou dramaticamente frustrado, dando passagem à opressom, à morte e ao exílio.

1.1 Formar um novo tipo de home: objectivo institucionista.

A obra de I.L.E. abrange amplos objectivos humanistas. Começou numha altura marcada pola polarizaçom entre os planeamentos educativos baseados nos «ideais da cultura espiritualizada» e os imperativos do «desenvolvimento da civilizaçom», em palavras de Suchodolski (2). Neste contexto, agravado na Espanha pola incapacidade para romper com o sistema social tradicional, a Instituiçom planeou um humanismo superador e integrador, umha filosofia da liberdade, respeito e tolerância, baseado nom apego nas nuns novos fundamentos antropológicos, mas também na necessidade dumha mudanca social e política.

O home, segundo os institucionistas, tem valor em si próprio (3) e pre-cisa dumha educaçom integral que contribua para o desenvolvimento harmónico das diferentes dimensons da sua personalidade e a sua inserçom práctica na vida social e laboral. Mas neste programa de formaçom «do home» non se subtraíam as suas implicaçons sociopolíticas, planeando colaboraçons pontuais ou de carácter permanente com os grupos liberais, com o republicanismo ou com o socialismo para lhe transmitirem a sua ideia de «re-generacom» que passava por umha «revolución auténtica y permanente, lo que se alcanza cuando en cada hombre se ha operado una revolución interna» (4).

Era a incorporaçom da velha ideia ilustrada de que non pode haver revoluçom política sem revoluçom educativa. A revoluçom educativa que se inicia pola transformaçom individualizada «en cada hombre», o qual se fai com a ajuda da educaçom, un ser consciente, critico e amante da liberdade.

Esta filosofia, e a actuaçom consequente, deixou pegadas profundas no terreno da investigaçom científica, no da cultura artística, no jornalismo pedagógico, na preparaçom para a política... (5). A I.L.E. foi escola de vida para muitas geraçons de jovens prontos a transmitirem umha nova

forma de viver e conseguirem umha nova ordem social, chegando a todos os cantos do Estado español e mesmo ao exterior.

Os pedagogos galegos ligados à I.L.E. tingírom a sua ideología de galleguidade sem perderem de vista o carácter universal de muitas das suas formulaçons. Galeguismo dum Inácio de Ares de Parga que seguiu a rota de muitos compatriotas para as terras argentinas; compromiso galeguista de tantos homes formados em centros de carimbo institucionista que participárom no movemento nacionalista iniciado com a fundaçon das «Irmadas da Fala»; Viqueira, Castelao, Otero Pedrayo, Vicente Risco (6); pedagogos galegos que na sua actividade educativa transmitírom o programa renovador da Instituição (Rafael Dieste, Otero Espasadín, María Barberito, Emilio Amor...); assi, pois, investigadores e intelectuais, fixados em Madrid, que emprendêrom umha acção cultural e assumírom responsabilidades políticas com grande repercussoñ na sua comunidade de origem (Basilio Alvarez, líder agrário e fundador do jornal *La Zarpa* de que falaremos; Manuel Martínez Risco, catedrático de Óptica Física da Universidade Central; Elio Luis André, catedrático de Psicología, Lógica e Ética).

O dilatado labor destes intelectuais, professores, pedagogos ou políticos, mais ou menos vinculados à I.L.E., responde a propósitos regeneracionistas de «revolucionar as consciéncias» de um povo galego, atrasado no económico e alienado no cultural.

Elio Luis André (7) reflecte com grande profundidade nos seus escritos as linhas básicas do «processo de formaçon de homes novos». Un home consciente e comprometido com o «futuro Estado nacional gallego.... en el que se derrocasen los actuales sillares de la dominación gallega, sometida al yugo bugallalista: monarquia, plutocracia, clericalismo, militarismo y caciquismo» (8).

(6) Pode-se consultar o extenso trabalho de Porto Ucha, A.: *La Institución Libre de Enseñanza en Galicia*. A. Coruña, Ed. do Castro, 1986. O grupo galeguista de Ourense chefiado por Vicente Risco e Otero Pedraia foi um dos mais significativos na elaboraçon da doutrina nacionalista. Porém, a sua acção no terreno pedagógico tem menor relevância, sendo polo contrário outros professores, menos conhecidos na historiografía recente, os que afiançaron em Ourense a teoria pedagógica institucionista. Na escola de Magistério destaca o labor, se bem de poucos anos, dos professores López, Manso e Soler; a acção mais paciente de Emilio Amor, Pío Ramón Ojea e Iacinto Santiago. No Instituto, junto a Otero Pedraia, fomos de fazer mencom dos irmãos Núñez de Couto, históricos do republicanismo ourensano. No ensino primário, citaremos Albino Núñez e Manuel Sueiro, arrouados polo trabalho associativo de muitos companheiros.

(7) Elio Luis André foi autor de numerosas obras de Psicología, filosofía, sociología e política, colaborador da imprensa vanguardista da Galiza, e candidato nas primeiras eleiçons a Cortes pola coligaçon republicano-socialista. Exercia a sua Cátedra de Psicología, Lógica e Ética na Universidade Central de Madrid.

(8) André, E. L.: «El Estado nacional gallego», in *La República* 27 (15-XI-1930), 8. A alusom a Bugallal era figura no semanário, por se tratar dumha familia que encarna a representação mais fiel do antigo regime na provincia. Gabino Bugallal (1861-1932) era quem tinha maior influêncencia naquela cultura. Desde 1886 foi deputado de forma continua, ocupando duas vezes a carteira de Instrucom Pública, quatro a de Fazenda...

Nesta superaçom do estado de consciênciia a-crítico tinham umha grande responsabilidade os mestres. Ao igual que o mestre Giner, Eloi L. André depositava umha maior confiança na accom educativa do que nas revoluções sociais e políticas. Vejamo-lo neste texto:

«(El maestro) ha de ser a la vez escultor, poeta y arquitecto que estructure las nuevas instituciones del vivir gallego y las nuevas generaciones inspirándoles el sopro de vida espiritual, que ha de llevar alma de libertad y empeño de emancipación creadora...

Ha de hacer sentir al pueblo que él es el nuevo Mesías que viene a predicar el Evangelio de la Revolución espiritual... de una revolución en las almas y en los corazones que les inspire fé y valor en si mismos... que de categoría de valorización histórica a un pueblo hipnotizado por sus tiranos y en agonía perpetúa de inconsciente vivir en el escenario de la Historia... Rotas las cadenas del hambre, del miedo y de la ignorancia, con sus estabones se fraguarán *la hoz, el martillo, la pluma, la nave y el arado*, que son los nuevos signos de divinidad y soberanía del pueblo, que sabe crear en los campos, en las fábricas y en los talleres de la nueva cultura... la conciencia viva de la ciudadanía fraguada en solidaridad y libertad, que es... entusiasmo por la magna empresa a realizar con la creación de una nueva moral, de un nuevo derecho y de una nueva religión (9).

Desde Madrid estas colaborações chegavam com assiduidade para serem publicadas em *La República*, semanário de Federación Republicana que desenvolveu um papel importante na clarificaçom e extensom dos novos ideais e, apesar da sua publicaçom conjuntural em 1930-31, os redactores contavam com umha dilatada experiençia na accom social, educativa e cultural. Salientamos na mesma linha de análise sócio-antropológica os trabalhos de Roberto Blanco Torres, iniciados com umha funda reflexom sobre «El sentimiento religioso y la forma de Estado»; os de Alvaro de Las Casas: «El deber de los intelectuales» (10); e os de um grupo de mestres, germe da «Asociación de Trabajadores de la Enseñanza», em volta da problemática «Ética, mocidade e educacom», desde um posicionamento de ruptura com os valores da sociedade tradicional, expressada com agudeza nes-
tas reflexons de Manuel Sueiro:

«La revolución en que vive España es la gran pelea entre estos dos conceptos de la autoridad y de la Ética; entre la autoridad de la fuerza y la fuerza de la autoridad...

Tengo confianza plena en la España nueva; en la España de los verdaderos valores reales; es decir, en los nuevos hombres del Foro y de la Catedra; en la nueva generación militar; en los trabajadores rebeldes y espiritualmente emancipados y, mas que nada en la actual juventud escolar» (11).

(9) André, E. L.: «La lucha por la cultura en Galicia», in *La República*, II, 31 (7-III-1931). (10) Vejam-se respectivamente Blanco Torres, R.: «El sentimiento religioso y la forma de Estado», in *La República*, I, 4 (VI-1930) 1. E ademais Las Casas, A de: «El deber de los intelectuales», in *La República*, I, 2 (24-V).

(11) Sueiro, M.: «La historia y el sentido moral», in *La República*, II, 32 (14-III-1931), com anterioridade escrivaneram sobre «ética e juventude», além de Sueiro, Albino Núñez, Manuel Gómez del Valle, Rafael Alonso e outros mestres colaboradores, invocando com freqüênciia Curros Enríquez como patriarca da liberdade e do galeguismo.

1.2. *Uma nova educação.*

Em conexom com os novos ideais formativos, os pedagogos e ensinantes influenciados pola I.L.E. desenvolvêrom umha série de principios educativos concretos que reflectiam as demandas dumha escola de qualidade, vendo realizados na práctica muitos dos seus projectos. Entre outros princípios e realizações, podemos citar: a conexom escola-vida, o conhecimento da comunidade; mediante excursons, viagens de estudos, colónias escolares... missions pedagógicas revalorizaçon do traballo na educación, renovaçon metodológica, modificaçon das relaçons professor-aluno, coeducaçon, educación popular e preocupaçon polo desenvolvemento da política educativa em meio das modernas contradicôns que lhes afectavam:

- escola confisional/escola laica,
- escola pública/escola privada,
- escola neutral/escola de classe,
- escola passiva/escola activa

Estes principios tiveron o seu reflexo na realidade ourensana através do incipiente movemento societário de fins do XIX e principios do XX, com a proliferaçon de actos pedagógicos e reivindicativos do magistério, assim como de publicações profissionais. A Associaçon ourensana, filial da Esatal, foi umha das primeiras que se criou na Gáliza em 1895 e tivo o seu momento culminante no comicio de 1912, convocado pola comarcal do Carvalhinho (12). Neste período a imprensa pedagógica contou com abundantes títulos: ao menos sete, segundo as cifras que oferecem Marcos Valcárcel (13) e Antón Costa (14). Sublinhamos o *Boletim del Magisterio*, dirigido por Rogelio Núñez de Couto e mais tarde por Pío Ramón Ojea, ambos de conviccôns liberais e republicanas. Há que esperar à terceira década do XX para assistirmos aos acontecimentos mais sobressalentes da cultura local: a fundaçon do jornal *La Zarpa* em 1921 e o ressurgimento do nacionalismo chefiado por Vicente Risco que nessa altura publica sobre temas educativos e o seu *Plan pedagóxico prá galeguizazón das escolas* (15).

La Zarpa constituiu um importante veículo de comunicaçon das ideias educativas inovadoras, concedendo-lhe um grande papel no conjunto de te-

(12) *La Región*, 24 de Julho de 1932. Eduardo Vincenti for o primeiro presidente honorário, enquanto a presidência correspondera a Eladio Ferreiro (Professor da Escola Normal) e a Vice-presidência a Pío Ramón Ojea (mestre particular e mais tarde auxiliar da Normal)... Fundada a Associaçon o 26 de Outubro de 1895 apôs um artigo em *El Debate* journal da época. O comicio do Carvalhinho que marca o final desta etapa de apogeu tivo lugar em 1912. Veja-se Costa Rico, A.: «Magisterio», in *Gran Encyclopédia Gallega*, XX, Gijón, Silverio Canada, ed., pp. 42-50.

(13) Valcárcel, M.: *A prensa en Ourense e a súa provincia*, Ourense, Diputación provincial, 1987.

(14) Costa Rico, M.: «Publicações pedagógicas y escolares en la historia contemporánea de Galicia», in *Bordón*, XXXVI, 253, (1984) 431.

(15) Risco V.: «Plan pedagóxico prá galeguizazón dás escolas», in *Nós*, 6 (1921) 5-7; 7 (1921) 10-12.

mas tratados no jornal vanguardista da Galiza. A presenza de temas pedagógicos cobrava maior entidade em 1929 com a publicaçom dumha página pedagógica.

Os exemplares que pudemos manejá, compreendidos entre o 16 de Novembro de 1929 e o 26 de Abril de 1930, contam com colaboraçons de profissionais nom ourensanos que tratam problemas educativos de carácter global, já sejam relativos á necessidade de criaçom de escolas, à política do magistério, ao trabalho escolar, à higiene e educação física, à escola unificada e activa, às relaçons escola-entorno e ao fomento de instituições cíumescolares, com reflexos de fundo como a que intitulam «Pedagogia social».

Tomás Albert abordava nos primeiros números o abandono da escola, pensando soluções regeneracionistas:

«El Estado debe proveer al presupuesto de Instrucción pública... con aquellas exhiberancias con que suele atenderse los de Guerra y Marina, teniendo en cuenta que ningún gasto es tan reproductivo para la nación como los que se invierten en cultura».

Nom só se preocupava polo número mas «importaba que estas estuviesen bien instaladas, y que los que habían de servirlas reuniesen aquellas condiciones de idoneidad que la majestad del cargo requería,» (16) acrescentando num artigo posterior: «cada escuela que se abre... una cárcel que se cierra» (17).

Também contava a páxina com umha secçom habitual: «Puntos cardinales» na qual V. López defendía a escola unificada e activa em que se facilitasse o acceso a todos os graus do ensino sem berreiras económicas, com «una mejor articulación externa para hacer efectiva la vía libre del talento» (18). «Puntos cardinales» é um canto à pedagogia activa, à escola que aproveita a vitalidade e criatividade infantil, que fomenta a cooperacón e o trabalho...

«Nos atrevemos a afirmar que los numerosos defectos del actual sistema escolar dimanan todos de la ruptura, históricamente necesaria, entre la escuela y el trabajo... Algo parece que se haya hecho introduciendo en los locales mejores un cuarto destinado a taller, un salón para museo y unas vitrinas de laboratorio.

Pero no finijamos lo que no existe... Hay en efecto, museos llenos de polvo, talleres en que nada se hace, laboratorios donde trabajan solas las arañas, mientras los niños en los pupitres destruyen los gérmenes creadores que con ellos vienen a la vida e incuban un feroz individualismo» (19).

O traballo numha nova dimensom é tratado por Higino Martínez, denunciando o incumprimento da lei, quando se obriga os meninhos a trabalhos penosos em indústria perigosas, em lugar de freqüentarem a escola,

e lembrando a solucom de Costa: «Millones, muchos millones para hacer maestros de verdad... emancipar de la miseria a los padres, a fin de que puedan mantener a sus hijos hasta los catorce años siguientes, sin tener que exigirles que se ganen la vida. Pero esos millones se han negado siempre a la cultura popular» (20). Quanto à escola unificada, o mesmo autor enfatiza no aspecto da gratuidade, que supom «romper con la tradición que hace de lo que debiera ser patrimonio de todos, privilegio de una clase» (21).

As condicōns do edificio escolar, normas de pedagogia higiénica e limpeza das escolas, educaçōm física (22) e criaçōm de instituiçōns de educacōm social (23) som outros dos temas analisados, centrando-se na necessidade de um desenvolvimento integral do meninholo, ameaçado: no seus aspectos físicos polas más condicōns sanitárias dos edificios e por umha pedagogia de «domínio do corpo»; no seu aspecto mental, fazendo-lhes memorizar e engolir, sem os digerirem, conhecimentos imprópios dos seus anos; no seu aspecto moral, por umha disciplina externa baseada na coacçōm; e no seu aspecto social, polo divórcio escola-entorno, escola-vida como mundos independentes.

Quando se deixou de publicar a «página pedagógica» de *La Zarpa*, apareceu como portavoz da esquerda o semanário *La República*, já citado —Maio de 1930— com a colaboraçōm de mestres conscientes das implicaçōns políticas da educaçōm que, a diferença dos colaboradores de *La Zarpa*, deixárom a um lado os temas psicopedagógicos e didácticos e mesmo os temas de «modelo educativo, para planearem abertamente a iminência da mudança sócio-política. Ainda que devedores da I.L.E. e da nova educação em muitas das suas convicções laicas e a sua fundamentaçōm marxista, ultrapassam os objectivos da Instituiçōm, ou ao menos formulam aspectos sociais da educaçōm de forma mais explícita e radical. Com a fundaçōm da *Escola do Trabalho* em Março de 1932 dérom corpo teórico à sua ideología educativa influenciada por outras correntes além da Instituição Livre de Ensino (24).

(19) López, V.: «Puntos cardinales», *Ibidem* (6-XII-1929). Numha linha semelhante Vergher escreve «La movilidad infantil o el placer intimo de los juegos» (27-XII).

(20) Martínez, H.: «El trabajo de los niños», *Ibidem* (23-XI-1929).

(21) Martínez, H.: «La gratitudad en todos los grados de la enseñanza», *Ibidem* (16-1-1930).

(22) Ribelles, B.: «El edificio escolar», *Ibidem* (23-XI-1929); «Limpieza en las escuelas» (26-IV-1930). Roubinovitch: «Pedagogia higiénica» (9-IV-1930) e Ros Monzón, V.: «Una cuestión interesante» (26-IV-1930).

(23) Palop, M.: «Escuela, padres y maestros» (16-XI-1929); Ribelles, B.: «Bibliotecas escolares» (10-1-1930); Navajas, J.: «Pedagogia social» (31-V-1930).

(24) Quando acabava de redactar este artigo chegou-me a feliz notícia de que a única coleccōm do jornal *La Zarpa*, que tivem de consultar com muitas dificuldades na casa da familia de Basilio Alvarez, fora comprada pola Deputaçōm provincial. De todas as maneiras devo matizar que as dificuldades que encessava a consulta num domicilio particular eram subsanadas pola atencom emprestada em todo momento por dona Mercé Anta, sobrinha do líder agrario. Pola sua parte *Escuela de Trabajo* também a pudem manejear devido a amabilidade de dona Dores Eutemia (viúva de Abel Carvajales) que também pui ao meu dispor a sua coleccōm privada. Tento de manifestar por isto o meu mais profundo agradecimento.

II. PLANEAMENTOS SOBRE GALEGUIZAÇÃO EDUCATIVA.

Ao atraso escolar derivado da negligência dos poderes públicos nesta matéria, somava-se na Galiza um problema de dominação cultural relacionado com um problema mais amplo de dominação político-social. Neste contexto foi possível o enraizamento de um movimento nacionalista unido em volta da reivindicação do reconhecimento da personalidade étnica, geográfica, histórica e lingüística da Galiza, pronto para lutar pela autonomia galega, sem questionar outros princípios ideológicos e políticos que pudessem restar coesão ao movimento.

A resposta inicial a este problema de dominação correspondeu a uma elite que empreendeu o ressurgimento cultural a base de dar à cultura galega uma dimensão escrita, e tentar fazer partícipes deste renascimento amplos sectores da população. Nisto, desempenhavam os intelectuais e mestres um papel principal.

No contexto democrático republicano, diferentes grupos políticos tomaram posições abertas ao diálogo sobre problemas políticos e educativos de comunidades historicamente diferenciadas dentro do Estado Espanhol. Conhecedores os partidos republicanos do «problema» catalán, ao qual tinham de dar solução imediata, deixárom aberta a possibilidade de fazerem extensíveis a outros povos os acordos relacionados com a autonomia catalá. Apesar da combatividade do Partido Galeguista, a escassa colaboração com outros grupos e das instituições políticas galegas, assim como a curta duração do biênio reformador, condicionárom que o processo galeguizador seguisse um decorso lento e nem contasse com um respaldo legal até Julho de 1936.

Da sua parte, a reflexão pedagógica ocupou-se também do problema educativo galego, nomeadamente das consequências político-pedagógicas derivadas do processo autonómico e o tema da galeguização lingüística e circular, além de alguns intentos por apresentar uma alternativa global de escola pública galega.

II.1. Contexto político e galeguização educativa.

O contexto político no seio do galeguismo apresentava nos inícios do período republicano, uma grande fragmentação em pequenas forças políticas até que em Dezembro tentaram unir-se formando assim o Partido Galeguista. Entre estes grupos iniciais há «diferenças importantes apesar do seu denominador comum». Em relação com o tema religioso, o confessionalismo da Irmandade Galleguista de Ourense contrastava com o neutralismo doutros grupos e com o laicismo defendido por galeguistas de Buenos Aires chefiados por Suárez Picallo, galeguistas da Orga e outros; moderaram dos grupos ourensanos liderados por Risco e Otero Pedrayo opõem-se ao esquerdismo e autodeterminismo de Esquerda Galeguista encabeçada polo catedrático ourenzano, Alvaro de las Casas, destinado no Instituto de Noia, junto a socialistas marxistas há tradicionalistas e conservadores...

O denominador comum era a sensibilizaçom autonomista ou autodenominada, segundo a conjuntura em que se encontrasse. Para isto começaram por desenvolver umha intensa campanha de imprensa, tropeçando nom apenas com a incompreensom das direitas mas também com as resertas do Partido Socialista, de um sector do magistério e de intelectuais que praticavam o galeguismo «por livre». E um exemplo destes a confrontar com de nacionalistas ourensanos com o inspecto Couceiro Freijomil sobre o tema da «bandeira da Galiza» em 1930, e sobre o protagonismo dos nacionalistas no ressurgimento galeguista situado por estes entre 1916 e a II República.

II.1.1. Confluência com outros intelectuais republicanos.

Se bem acodem a todos os órgaos da imprensa, o ideário do nacionalismo ourensano reflecte-se no *Heraldo de Galicia* fundado em Outubro de 1930 onde confluía com os republicanos na defesa das liberdades e da democracia, sendo significativa também a colaboraçom de membros destacados nas páginas de *La República*. Otero Pedrayo, Blanco Torres e Alvaro de las Casas som assíduos colaboradores do semanário republicano. E já vimos também os trabalhos de Elio Luis André num sentido galeguista e progressista (25).

Polo contrário certos grupos tardárom em se pronunciarem a favor do regime republicano, sendo por isto objecto de crítica por parte de intelectuais progressistas. A nível pessoal mantinham relações cordiais e moi respeitosas, mas discrepavam na leitura do momento político:

Los nacionalistas gallegos —expressava A. Núñez— constituyen a mi modo de ver la flor y nata de nuestra intelectualidad. Y aunque no hubiera en Galicia más nacionalistas que el señor Risco ya sería para mí el nacionalismo una cosa digna de la mayor consideración...

...Voy a permitirme, sin embargo, hacer una pequeña objeción a la actitud de indiferencia en que están colocados frente a corrientes renovadoras y de franca tendencia revolucionaria que en los actuales momentos se observan» (26).

(25) Elio Luis André escreveu para *La República* umha série de artigos com o mesmo tema de fundo: o nacionalismo. Catedrático em Madrid, tem umha ampla bibliografia sobre temas psicológicos e filosóficos de temática geral, mas nom descuidou as reflexions sobre o «problema galego». Durante a Ditadura troux com ampliud o tema do plano ferrovário para a Galiza, e em 1931 publicou a sua última obra: *Galeguismo. Lucha por la personalidad nacional y la cultura*.

En *La República* pode-se ler da sua pena: «La hora presente de Galicia», 2, «Conciencia nacional gala y galleguismo», 11, «La bandera gallega», 24, «¿Somos una nación o somos una colonia?», 25, «El Estado nacional gallego», 27, «Los generadores de la conciencia republicana de Galicia», 28 e 29, «La lucha por la cultura en Galicia», 31, «La República gallega», 33, «Indice de un nuevo ideario político. Del liberalismo al socialismo», 43 e 44.

(26) Núñez, A.: «Los nacionalistas y la política. Actitud incomprendible» in *La Republica*, I, 29 (28-XI-1930). Esta critica do magistério de esquerda ao nacionalismo prolonga-se nos debates de *Escuela del Trabajo*, de que é primeiro director Albino Núñez. Nos apartados que seguem temos occasiom de apreciarmos a posição da A.T.E.O. sobre o tema autonómico, sobre a galeguizaçom educativa e sobre as questons educativas debatidas na II.ª República. Sem duvida constituem o núcleo deste apartado sobre intelectualidade e renovaçom educativa.

O talante democrático daqueles ensinantes republicanos fijo-os sensíveis ao problema político e cultural galego com as suas repercussons na escola. Luis Soto e Ignacio Herrero, dirigentes da Ateo, desde 1933, expressavam-se já em *La República* em tom galeguista (27). Soto que no exilio trabalharia intensamente ao lado de Castelao, já reconhecia em *La República*, a autoridade intelectual dos galeguistas e a necessidade de serem estes conhecidos em meios escolares:

«Los enemigos de Curros son los más consumados enemigos de nuestra libertad.

Preguntad por el poeta a los frailes y al caciquismo. La más auténtica representación del caciquismo en Galicia ha llamado a Cabanillas «un tal», no conoce a Otero Pedrayo, y fue verdaderamente lamentable no hubiese averiguado Don Alvaro de las Casas la opinión del «tal caciquismo» sobre nuestro Curros, que es de suponer hubiese sido sensacionalmente disparatada» (28).

Prova também destas boas relacions entre republicanos e nacionalistas é o convénio conjunto para protestar pola visita de Calvo Sotelo, Conde de Guadalhorce e José Antonio a Ourense em Agosto de 1930. E sintomático assinarem o documento trés galeguistas junto a quatro republicano-socialistas.

«Orense, agosto de 1930.—Otero Pedrayo y Alvaro de las Casas, Presidente y Secretario, respectivamente, de la Asociación de Escritores Gallegos.

Vicente Risco, Presidente de Irmadade Galeguista.

Luis Fábrega, Presidente de la Federación Republicana.

Alfonso Pazos, Presidente de la Juventud Republicana radical-socialista.

Ramiro Escudero, Presidente de la Agrupación Socialista.

Jacinto Santiago, Director de *La República* (29).

Certamente em *La República*, republicanismo e galeguizacón som aspectos complementares e mesmo entrelacados, se bem esta tendéncia é mais clara nos primeiros números enquanto os galeguistas nom fundárom *Heraldo de Galicia*. Em Maio de 1930 um colaborador escrevia em galego: «Liberalismo e autonomismo som ideales que ali (en Cataluña, Vasconia e Vascencia) andan xuntos, que se comprendian e que mutuamente se apoian. Valan pensando nelo os republicanos unitaristas e centralizadores que desgraciadamente pululan por Galicia» (30).

Também em galego Cuevillas e outros saírom, através das páginas de *La República* em defesa do idioma e do espírito galeguista que é a melhor

parmox pola sua cultura. Galeguismo, segundo Cuevillas, opom-se a imperialismo, mas é «complemento de universalismo» (31).

Heraldo de Galicia desde Outubro de 1930 ia-lhes permitir debruçar-se na defesa da personalidade e autonomia da Galiza, através de artigos doutrinais e colaborações de certa importânciia intelectual e cultural. E este um aspecto comum ao resto do movemento de ámbito galego, que aginha teria a sua área de maior galeguismo em 1931 um Deputado, um semanário e unha ampla actividade em comarcas mui localizadas do meio rural e na capital, consistente em comícios, conferências, ensino, jornalismo e investigación.

II.1.2. A educação nas primeiras tentativas autonómicas.

Despois de Abril de 1931 o labor de galeguizaçom correspondeu aos diferentes grupos, dispersos até Dezembro, e o apoio relativo doutras forças políticas, sempre dependentes do «problema catalám» e o seu desenvolvimento no texto constitucional.

Nom entramos na análise das duas «tentativas autonómicas» — a Assembleia de Junho na Corunha e o Estatuto dos Deputados de Outubro — por estarem pormenorizadamente estudadas por X. Castro entre outros (32). Entre ambas as redacções do Estatuto mediou o texto constitucional que obrigava os nacionalistas a abandonarem as teses do federalismo, así como a B. Alvarez quem neste tema tempouco votou com o partido radical. Quanto ao modelo educativo nas formulaçons autonómicas só se fai referencia a que «la Región podrá crear y regir establecimientos de enseñanza de todas las clases y grados...»

«Corresponde, asimismo, a la Región la adaptación a las necesidades y conocencias regionales de la legislación general, relativa a primera y segunda enseñanza y Escuelas Normales. En las escuelas primarias de la Región y en las del Estado será obligatoria la enseñanza de las lenguas gallega y castellana, y en los Institutos y Escuelas Normales se crearán las asignaturas de lengua, literatura, geografía e H.^a de Galicia» (33).

Em principio non fijo mais do que desenvolver os artigos 49 e 50 da Constituição e dava-se por suposto o respeito aos demás. Porém as reacções por parte da imprensa e forças políticas fóron mui dispareas, tendendo em geral ao adiamento da aprobación do *Estatuto*, a excepcón do Partido Galeguista.

(31) Cuevillas, F.: «Galeguismo e Universalismo» in *La Repùblica* I, 5 (VI-1930). «Os galegos e o galego» aparece na contracapa do número 6.

(32) Castro, X.: *O galeguismo na encrucillada republicana*. Ourense, Diputación provincial, 1985. Tam-bém Bozzo, A.: *Los partidos políticos y la autonomía de Galicia*. Ahal. e Vilas Nogueira: *O Estatuto galego*. A Coruña, 1975.

(33) «Estatuto de Galicia aprobado en la Asamblea de Ayuntamiento (17-19-XII-32)» em Barreiro, X.R.: *Historia contemporánea de Galicia*, II, Coruña, Gamma, 1983.

Ambos os textos citados fôrom mui criticados «por establecer cooficialidad del gallego y el castellano», mesmo da parte do representante dos mestres, López Varela, que se mostrou «moi reticente con respecto á introdución do gallego no ensino» (34).

Em Ourense o jornal *Galicia* sustivo desde a sua criaçom umha grande hostilidade para o galeguismo a pesar de Risco e outros companheiros de partido serem colaboradores seus.

La Región mostrava um grande respeito ás personalidades que estavam trás o Estatuto e se bem tinha grandes reservas para o processo autonómico, começava a divisar no futuro autonómico a possibilidade de amotizar a legislacón laica do governo central.

«Hasta en medio de sus defectos —afirma un sacerdote colaborador— contiene algunos aciertos: declarar lenguas oficiales el gallego y el castellano y el poder organizar centros de enseñanza paralelos a los del Estado Español» (35).

Aparece nestas datas o «manifesto de nacionalistas católicos», entre os que se encontravam Risco, Otero e Losada Diéguez, e no qual, segundo Risco, «se reclamaba libertad de profesión religiosa y libertad de enseñanza y que las comunidades religiosas gozen de plenitud de derechos» (36).

O partido galeguista criado um mês mais tarde «ten un exquisito coñadado por non tratar tan peliguda cuestión... nem unha soa vegada o seu semanario oficial (*A nosa Terra*) se fai eco das polémicas xurdidas na sociedade sober deste particular» (37). Só se fala de «galeguizaçom do ensino». Contodo, a divisom sería inevitábel em 1935 quando um sector de esquerdas tomou como objectivo prioritário recuperar a República do 14 de Abril (38).

La Región nom se rendeu e afinal viu realizado o seu desejo, que nom era a aprovaçom do Estatuto, mas a clarificacón do problema religioso no seio do nacionalismo. Em Dezembro de 1931 escrevia sobre «el programa galleguista en relación con los católicos» e nos meses seguintes fijo-se eco do intento de captaçom por parte da «Unión de Derechas» dos galeguistas Otero e Risco, así como de Basilio Alvarez. Despois de aprovado o Estatuto polos concelhos nom se mostra hostil á autonomia e deu ampla informaçom dos actos de propaganda que se realizavam, para voltar no segundo biénio a pôr o tema do confessionalismo e ver com satisfaccción a cisom de Dereita Galeguista (39).

(34) Castro, X.: Op. cit. pp. 65-65.

(35) Cruz, S.: «Ante el Estatuto», in *La Región* (29-V-1931).

(36) *La Región* (3-XI-1931).

(37) Castro, X.: Op. cit. (1985).

(38) *La Región* (7-II-1936).

(39) Sobre este pormenor escreverá vários artigos no jornal ourensano: 17-XII-1931, 22-VIII-1934, 21-IV-1935, 9-VI-1935, 16-VIII-1935.

A císmo de Dereita Galeguista foi minoritária e o seu programa caracterizava-se polo confessionalismo nos seus pontos 6.^º, 8.^º, 10.^º e 12.^º, insistindo nos dous primeiros en «la conservación de la tradición cultural» e outros na «concepción católica del mundo» como inspiração da auténtica cultura galega e o «derecho a la educación religiosa de los hijos y a sostener escuelas donde se enseñe según sus principios» (40).

II.1.3. Esquerdas republicanas e socialistas.

Os republicanos de esquerda, dentro dumha atitude favorável à autonomia, estavam preocupados pola possibilidade de esta ser controlada polo caciquismo tradicional, enquanto o deputado socialista E. Botana declarava ao órgao do seu partido que mais do que contra a autonomia estavam contra aqueles que a promoviam (41).

Martinez Risco de «Acción Republicana» assinou em emenda que defendeu Sánchez Albornoz e ia ser o texto definitivo do artigo 50 da Constituição (42). Junto com outros parlamentários formou parte da comissão que redactou o texto do Estatuto galego em Outubro de 1931 (32).

Os radical-socialistas que também apoiáron esse texto mostraram certo scepticismo a respecto do aprovado na assembleia de Junho na Corunha. Ramón Ferreiro Lago, director de *Tribuna Forense Gallega* do Carvalhinho, assistiu ao acto e reflectiu na revista as suas imprensas críticas:

«El Estatuto no es obra meditada, ni original. En horas venticuatro paso de las musas nazionalistas al teatro de la vida política; se resiente por tanto de precipitación y ha de llevar con este pecado la penitencia de ir a dar con sus huesos a las Constituyentes...».

Porém considerou-no trabalho útil e terminou a suas anotações dizendo:

«Queremos como los autonomistas catalanes que Galicia goce de todos los derechos a su autonomía y remitimos el problema a nuestros futuros Diputados y a la comprensión del futuro parlamento español» (44).

Era frequente o uso do galego em comícios republicanos por parte de mestres afins ao radical-socialismo já em 1931; hábito que se fixo mais constante nos oradores da Frente Popular, especialmente nos de esquerda republicana, de partidos marxistas (45), e por suposto os galeguistas.

O magistério realizou, assi mesmo, um grande esforço por associar galleguizaçom e republicanizaçom educativa, tal como se pode apreciar na orient-

(40) «Bases para o programa da Federación de forzas galeguistas e nacionalistas de dereitas, aprobadas na xuntanza do 19 de abril de 1936 en Ourense», in *La Región* (21.VI.1936).

(41) Castro, X.: Op. cit. p. 90.

(42) Pérez Galán, M.: Op. cit.

(43) Castro, X.: Op. cit. p. 90.

(44) Ferreiro Lago, R.: «La Asamblea de La Coruña» in *Tribuna Forense Gallega*, I, 10, Carvalhinho (VI.1931).

(45) Castro, X.: Op. cit.

taçom das ponências apresentadas ao Congresso de Vigo, em Maio de 1936 (46).

O partido radical e o PSOE non eram partidários da autonomia e non obstante Basilio Alvarez era federalista, enquanto Justo Villanueva também enviou a sua adesom ao Estatuto dos parlamentários.

O PSOE, que se abstivo no tema da autonomia (47), considerava precipitado apresentá-la já que «en plena era republicana, no se había estirpado en Galicia el caciquismo, a cuyos maquiavélicos procedimentos electorales deben la mayoría de la minoría gallega sus actas...» (48).

Através de *La Lucha* tentou-se pôr de manifesto que o Estatuto galego era artificial e que em nengum momento se podiam seguir as pegadas da Catalunha:

«Los estudiantes que no son catalanes, ante el temor de que se aprobase el Estatuto, y la enseñanza en los centros docentes se dé en catalán, han iniciado su desbandada para Madrid. Los profesores tendrán que pedir excedencia si no saben el catalán...»

Todo lo que sucede en Cataluña se repetiría en nuestra amada Galicia si triunfases los extremismos de nuestros nazionalistas» (49).

Se sobre o problema caciquil as reservas socialistas tinham certa fundamento com, na questão lingüística mostravam um grande desconhecimento do conflito e das suas derivacions educativas, assi como umha conclusom pouco acertada do significado de «cooficialidade das linguas».

O acordo sobre as soluções ao problema autonómico também non era unánime no seio do galeguismo polo qual foi preciso esperar até 1936 para elaborar o marco legal, sem o qual a galeguizaçom non tivo um núcleo de colaboradores importante nos centros educativos. Os esforços fôrom mais ben esporádicos non encontrando um clima favorável nas instituições educativas dependentes do «Ministerio de Instrucción Pública» nem nas forças políticas que apoiavan, porém, outros rasgos do modelo educativo republibano.

II.2. A galeguizaçom do ponto de vista pedagógico.

Sem pretendermos establecer umha divisom exaustiva entre o problema político e o pedagógico, imo-nos centrar agora mais nas formulaçons individuais ou colectivas sobre o problema da galeguizaçom educativa realizadas desde o campo pedagógico.

(46) Costa Rico, A.: *Aproximación a la historia de la enseñanza primaria en Galicia en el primer tercio del s. XIX*. Tese de doutoramento inédita, Universidade de Salamanca.

(47) Continuación de autonomía no es en el momento

O Magistério tomou posíçons perante o modelo de galeguizaçom educativa formulando nos programas galeguistas e nos sucessivos intentos autónomos malogrados.

Nos escritos de mestres vanguardistas vinha preocupando o idioma galego no ensino desde 1915 e os mestres «comenzaban a sentir —segundo A. Costa— a necesidade de autonomía para Galicia, para poder realizar un mais racional, científico e axeitado traballo educativo en Galicia» (50). Contodo non era um sentimento mui extiendido nem pudo evitar as reaccons hostis ás tentativas autonómicas por parte dos colectivos numerosos, entre os quais destacavam as agrupaçons comarcas da Associaçom Provincial de Mestres.

II.2.1. A.P de Mestres N. ante a galeguizaçom.

O diario *Galicia*, que desde a sua fundaçom tinha enfrentamentos constantes com as personalidades e as forças galeguistas, fijo-se eco das reaccons dos mestres em quatro momentos conjunturais durante o ano 1931.

A principios de Maio publicou um trabalho de Couceiro sobre «*idiomas regionais nas escolas*», no qual o inspector «galeguista» expunha diferentes razons pedagógicas para o seu emprego (51). Ao que respondeu mais tarde un autor anónimo —«Uno que no puede dedicarse a estas cosas por falta de tiempo»— mais próximo á ideología de *Galicia* considerando que «*todos los que tratan de inducir al establecimiento del gallego como lengua oficial cometan un crimen de lesa patria*» (52).

Galeguistas defensores do bilingüismo e antibilingüistas deixáron na imprensa da época múltiplas mostras das suas posíçons respectivas, enquanto Otero Pedraio insistia no Parlamento para que se lle concedessem à Galiza os direitos do decreto de bilingüismo (53). Ainda em 1933 fijo umha interpelaçom neste sentido, pedindo além disto a galeguizaçom da Universidade de Santiago por ser umha reivindicaçom freqüente da F.U.E. (54); e no curto período do governo de Portela Valladares reanudárom as petiçons.

No enxejo da Assembleia estatutária de junho, três artigos de fondo em *Galicia* tratárom o problema desde posicionamentos ideológicos diversos; ainda que só um artigo estava assinado. Os dous primeiros, que se atribuiu um «mestre nacional», sustinham o mesmo argumento de que «*sustense el negro recuerdo de la ominosa esclavitud municipal*», polo qual os mestres «hiceron bien en afirmar su justísima aspiración a seguir dependiendo del Poder central» (55). Todavia, os argumentos som diferentes, já

(50) Costa, A.: *O ensino en Galicia*, A Coruña, Ed. do Cerne, 1980, p. 36.

(51) Couceiro, A.: «Temas gallegos. Los idiomas regionales en las escuelas», in *Galicia* (3-V-1931).

(52) «*Galleguista si; bilingüismo, no*», in *Galicia* (6-VI-1931).

(53) Castro, X.: op. cit.

(54) *La Región* (5-IV-1933).

(55) «*Los maestros ante el nazionalismo*» in *Galicia* (9-VI-1931)

que no primeiro texto se cingiam a tentarem demonstrar que Risco ofendia o magistério em *El problema político de Galicia*, táctica, como indicámos, mui utilizada polos colaboradores de *Galicia* ao longo de 1930 e 1931. Polo contrário, no segundo texto há umha declaración de republicanismo da parte do autor, quem cria que «La República no ganó mucho ni poco con la conversión a última hora de los fluctuantes «nazonalistas». Tras mos trar a sua satisfaçom por umhas declaraçons de Azaña, no sentido de que o «Estado se negara rotundamente a desprendese de la primera enseñanza», analisa o que considera «inviabilidade das teses autonomistas» do seguinte jeito:

«Los maestros rechazan resueltamente la tesis «nazonalista» sentada con respecto a ellos en la Asamblea de Lugo (a protesta docente do Estado actual passará entera ó poder galego), como rechazan también esa pintoresca dualidad docente incrustada en el último ensayo de nuestro Estatuto regional, que no se armoniza con los reiterados y halagadorez anuncios de las autoridades centrales de Instrucción pública en cuanto a la creación de todos los centros primarios que se necesiten en la península.

«Qué se pretende con esa inexplicable dualidad? ¿Se busca acaso que la creación de escuelas paralelo o no tenga efecto en Galicia —con funestísima repercusión en la cultura del pueblo— ya que el Estatuto gallego se propone crearlas por su cuenta?» (56).

«Con República federal o unitaria, con escuela única o sin ella, que el maestro siga siendo funcionario del Estado», é o desejo de L. Casero Sánchez, que envia a sua colaboraçom desde Barcelona para apoiar esta hostilidade face ao «Nazonalismo» (57). A preocupação, contudo, atingia amplios sectores do magistério e foi posta de manifesto com insistência em *Vida Escolar* de Lugo, que chegou a reproduzir este mesmo artigo no seu número de Agosto, assim como polos mestres assistentes à Assemblea que na sua maioria desconfiavam do poder regional (58).

Em Ourense diferentes associações reunírom-se por aqueles dias de Junho para tratarem de «si la escuela ha de ser regional o depender del Poder Central». Em Galicia, realizava-se o seguinte comentáriio:

«La escuela debe ser función exclusiva del Estado central con su escalafón de maestros único, aun cuando se autorice el bilingüismo, que de hecho está ya implantado, pues para hacerse entender los niños especialmente en las escuelas rurales, hay que amoldarse en ciertos casos al lenguaje materno» (59).

Sem dúvida fai-se notar a influéncia de Couceiro num jornal tam radicamente anti-autonomista.

Em Agosto, despois do plebiscito do Estatuto catalán, voltárom a reagir os mestres, dirigidos nesta ocasión pola Frente única. Pensava-se em que

(56) «Insistiendo. Los maestros ante el nazonalismo», in *Galicia* (13-VI-1931).

(57) Casero, L.: «El magisterio en frente al 'nazonalismo」, in *Galicia* (23-VI-1931).

(58) Costa, A.: op. cit. (1982), p. 725.

(59) «Información en el magisterio», in *Galicia* (16-VI-1931).

todos os mestres individualmente se endereçasssem aos Deputados pola sua província «interesando su apoyo decidido para la defensa de los intereses de la clase, especialmente en lo referente al pase de la enseñanza a las regiones autónomas» (60). As Asociacions de partidos judiciais do Carvalhinho e Cela Nova cumpriram o requisito e dérom-lhe ampla difusom na imprensa, assi como um grupo de mestres que figérom pública a sua carta dirigida a Afonso Pazos em *La Región* de 29 de Agosto (61).

O texto autonómico dos Deputados galegos também produziu no Magistério unha atitude defensiva. A Associaçom provincial em reunión extraordinária o 18 de Outubro comunicou que «vieron con plena satisfacción la redacción del artículo que a Enseñanza se refiere» (62). O presidente, que non acudiou a votar, houvo de intervir, porém, para esclarecer interpretacions que viam neste acordo «una manifestación de galleguismo, regionalismo o nazionalismo» (63).

Nom encontramos informaçom sobre o posicionamento da Associaçom noutras aspectos da galleguizaçom, contudo, a julgar polos cursos e semanas programados, a cultura galega nom tinha umha presenza significativa.

II.2.2. A A.T.E.O., o Estatuto e a galleguizaçom.

Certamente os mestres da Ateo sentírom essa ánsia de renovaçom em que se incluiu a transformaçom do meio escolar e social em que se desenvolveu a infância. Desde a formulaçom de alternativas sociais às orientacions de carácter didáctico tentáron partir sempre da realidade galega da qual forma parte a escola.

No conceito amplo de renovaçom tinham cabida os homes e as ideias galeguistas, ainda que estas tinhamb umha menor presenza no seio da Associaçom do que potenciada desde as forças galeguistas. Luís Acuña, Inácio Herrero, Fernández Oxea eran três militantes de Irmandade Galeguista, em 1930, chamados a ocuparem cargos de responsabilidade na A.T.E.O., e *Escola de Trabajo*.

Nom obstante, as discrepancias com os nacionalistas eram manifestas; nom se tratava do temor a perderem os salários, nem a se sentirem ofendidos polas alusons de Risco ao Magistério em *El problema político de Galicia*, mas de que os galeguistas «quince días antes de las elecciones, no se atrevían a llamarse republicanos. Se les interrogaba y contestaban que no sentian vocación por la política». E logo,

(60) *Galicia* (7-VIII-1931).

(61) Amado, A.: «La autonomía y la enseñanza», in *La Región* (29-VIII-1931).

(62) *La Región* (22-X-1931).

(63) Justo, P.: «Asociación provincial de maestros nacionales de Orense», in *Galicia* (4-XI-1931).

«Proclamada la República; elevados algunos a la categoría de Diputados, se atrevan a hacer el ridículo defendiendo a las órdenes monásticas y haciendo de Santagostino en favor de la religión cuando esta no era atacada por nadie» (64).

No político non admitiríam, portanto, um Estatuto isento de «reivindicaciones social-proletarias», que ainda o camponês sem personalidade sindical forte non podía exigir. No aspecto pedagógico encontráron, ao contrario, grandes vantagens:

a) Relativamente ao conteúdo dos programas escolares.

b) Quanto ao emprego da língua galega.

Nestes dous aspectos os mestres da Ateo seguiam as orientações da escola activa: «es ya norma general de los planes modernos de enseñanza dar importancia suma a la vida circundante del alumno» (65). Desta norma deriva-se un esforço constante dos mestres por se situarem no ámbito em que se acha a escola, no qual, por suposto, o idioma de uso comum é o galego, ao menos no meio rural.

Conscientes desta realidade, *Escuela de Trabajo* deixou mostras evidentes da preocupación por construir umha escola pública de qualidade, científica e galega. A isto contribuírom ideólogos tam dispares como Coeiro Freijomil e os mestres marxistas da A.T.E.O. Para o conseguirem non se perdérom em discussões estériles sobre consequências mais ou menos fundadas do proceso autonómico, mas manifestárom o seu desejo de seguimento do mesmo por se tratar dum acontecemento sócio-político de grandes derivacións pedagógicas. Ao mesmo tempo desenvolviam o seu labor educativo dentro das condicións em que se encontrava a escola e o meio circundante.

Para falarem de escola galega partiam da desoladora realidade que apresentava o meio rural, sumido numha situación de atraso económico, social, político e cultural. Neste contexto cumpria realizar, além do labor escolar, umha intensa acción político-social. Ocupamo-nos da primeira por a acción extraescolar ser tratada anteriormente.

No primeiro número da Revista, García Paz assinala «la inadaptación a nuestro medio escolar de las conquistas implantadas con óptimos frutos en el campo experimental de otras escuelas».

«Por eso cabe esperar de los maestros gallegos, preferentemente de los maestros de la A.T.E.O., a la que me honro pertenecer, que se prolonguen fuera de sí mismos buscando lo intimo del alma actual de nuestro campesino.

Ya desde este punto de arranque, y hacia la meta próxima de la industrialización del campo, sería fácil proyectar en el espacio de la flecha de nuestras aspiracións pedagógicas» (66).

(64) «Política y educación. Ante los estatutos regionales», in *Escuela de Trabajo*, 1, 5 (VII-1932).

(65) «La enseñanza y los estatutos regionales», in *Escuela de Trabajo*, 1, 8 (X-1932).

(66) García Paz, M.: «Los maestros gallegos, ante la realidad de la nueva pedagogía» in *Escuela de Trabajo*, 1, 1 (III-1932).

O autor de *IV Melodia*, desfrutou dumha bolsa da Deputaçom para o estudo das «influencias folklorico-lingüísticas entre el Bierzo y Vadeiras», reflectindo na sua obra, de carácter preferentemente literário, o mérito natural de socializaçom dos meninhos no meio rural, assi como o de aprendizagem de ofícios artesanos numhas condicôns de actividade, participaçom e autonomia (67).

As colaboraçons de Inácio Herrero sobre didáctica da lecto-escrita es-tam também inspiradas em métodos activos. As recomendaçons de Herre-ro, que muitos utilizavam a modo de receitário, continham umha dimen-som teórica importante inspirada no conhecimento do meninholo, no desen-volvimento da sua expressom e a ideia de partir do meio natural e social.

«La lectura, que ya comenzo a escribir la primera palabra, seguirá progresan-do con motivo de la presentación ante el niño de una gran variedad de libros fun-damentalmente ilustrados, la imprenta y el correo escolares, la prensa infantil, el canto, la comprobación en grupo y todos los mil medios que una escuela libremen-te organizada se crea cada dia» (68).

e prossegue:

«Yo no enseño a leer a los niños; aprenden ellos libre y espontaneamente en virtud de su escritura. Quiero que el niño escriba todas las palabras que sienta idea-das en gallego o castellano» (69).

O próprio Herrero proferiu duras críticas ao texto de Iglesias Vilarelle, que «no tiene nada de original excepto estar en gallego» (70).

Sobre aspectos gramaticais ou históricos do idioma galego encontramo-s a colaboraçom de António Couceiro nos núms. 7, 8 e 9 de *Escuela de Trabajo*, quem deu mostras dum estudo sério e profundo do tema, logo veriamolo publicado na obra sistemática editada em Catalunha com o tí-tulo de *El idioma gallego*.

Despois de dous anos de luita pola galeguizaçom da escola, durante o biénio radical-cedista interrompeu-se o processo autonómico e encontrou certos obstráculos a renovaçom educativa, desembocando numha nova etapa associativa que potencializou a coordenaçom dos ensinantes, por um lado, e das suas associaçons com as forças políticas que constituem a Frente Popular, por outro.

O achegamento entre o marxismo e o galeguismo foi possível neste con-texto; a prova mais evidente oferece-no-la o Congresso da F.G.T.E. cele-brado em Vigo em Maio de 1936.

(67) García Paz, M.: *IV melodia*, Orense, 1935.

(68) Herrero, I.: «Por la revolución didáctica. Aprendizaje de la lecto-escritura» in *Escuela de Trabajo*, II, 13 (III-1933).

(69) Herrero, I.: «Más sobre la lectura por la escritura», in *Escuela de Trabajo*, II, 14 (IV-1933).

(70) «Libros», in *Escuela de Trabajo*, I, 8 (X-1932), p. 1.

(71) Couceiro, A.: «Sobre los orígenes del habla gallega» in *Escuela de Trabajo*, I, 7, 8 e 9, (1932). Veja-se também a sua obra *El idioma gallego*, Barcelona, Ed. Alberto Martín, 1935.

Nom aprofundamos na questom por ser estudada por Antón Costa Ríco, que apresentou documentos complementares das ponências expostas (72). A participação de mestres ourensanos foi importante e apresentaram ponências, algumas individualmente e outras em colaboração com ensinantes doutras provincias. Rafael Alonso colaborou num projecto de organização do ensino público no regime socialista. Herrero apresentou uma ponência sobre «El problema lingüístico de la escuela gallega»; outra sobre «Ensayo de un estudio marxista del progreso en Galicia». Soto retomou o clássico tema que tantos debates levantara entre os seus companheiros de Ourense: Escuela de trabajo (73). Em 1936 estava em Mondariz (Ponte-Vedra) ainda que seguia mui ligado à A.T.E.O. Elígio Núñez junto com Barcia de Santiago, Apolinario Torres de Vigo tratárom da autonomia, dum ponto de vista marxista (74).

A confluênciam de ensinantes de toda Galiza e diferentes ideologias progressistas supujo um passo importante no associacionismo do Magistério, cuja evolução posterior ficou dramaticamente truncada. Quinze anos antes publicara-se o *Plan pedagóxico para galeguizar as escolas* de Vicente Risco, e foi suficiente a experiência republicana para que a galeguização educativa fosse um objectivo assumido além dos círculos nacionalistas.

(72) Costa, A.: op. cit. (1932).

(73) *Ibidem*.

(74) Costa, A.: *O ensino en Galicia*, Coruña, Ed. do Cerne, 1980.

O ardil, a malha, a trama, a rede e o enredo

Por Ronaldo LIMA LINS*

Um homem que não era um homem, vendo e não vendo um pássaro que não era um pássaro, empoleirado num galho que não era um galho, atirou e não atirou uma pedra que não era uma pedra.

Platão, in *A república*.

O enredo moreu. Viva o enredo! Esta tem sido, até certo ponto, a história da criação literária no decorrer de, pelo menos, os seus últimos cem anos. Se contarmos o número de ataques mortais que o enredo sofreu em nossa época, não haveria exagero em afirmar que o mesmo possui sete fôlegos e extraordinária capacidade de recuperação. O espaço que lhe faltava num canto sobrava-lhe em outro, de modo que nenhum morto nas crônicas da humanidade permaneceu tão vivo, nenhuma chama brilhou tanto. E certo que o sentido e a posição que manteve no interior da narrativa, enquanto roteiro e radiografia da subjetividade, incorporaram transformações que, em algumas circunstâncias, pareceram desfigurá-lo.

Seja como for, do mero estado de latência às manifestações mais gritantes, conservou, nas fases de total desprestígio, o suficiente para respirar e reaparecer na primeira oportunidade.

Mutilado, atacado, responsabilizado pelo atraso, acusado de obstruir o avanço, na evolução das formas, resistiu com estoica serenidade ao período de dessacralização, sem abandonar a certeza de um retorno triunfal às regiões nobres e respeitáveis da narrativa. Como se houvesse sorvido a poção mágica da imortalidade, agiu, diante dos caprichos criativos, como se não lhe afetassem, como se as crises em andamento cedessem um dia à ancestral obsessão pela decifração de segredos que continuavam em seu poder. Por isso, a celebração da morte nunca deixou de se fazer concomitante à vida, num jogo de opacidades e de transparências, onde, por menos que se insinuisse, a verdade não se movia de seu lugar. O enredo morreu... Viajava o enredo! E de onde vem o mistério de seus sete fôlegos?

(*) Ronaldo Lima Lins é romancista, crítico literário e professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro

O Homem não consegue abraçar, pelo conhecimento, o conjunto de seus interesses. Por mais que se esforce e desenvolva especialistas, por mais que invente, o saber lhe escorregue entre os dedos. A uma curiosidade infinita, correspondem possibilidades incontáveis, numa perseguição que não termina. Como Sísifo, conclui para começar de novo. Dentre os seus interesses, entretanto, um, o maior, o que vale pelo resto, repete, em estranho reflexo, o que ocorre nos demais. A curiosidade se volta contra si mesma e, de certa maneira, cai no impasse da circularidade. Acima de tudo, o Homem quer saber quem é, para onde vai e para o que veio. E o motivo pelo qual meu vizinho me desperta atenção, meus amigos me consolam, o fim trágico de alguém me dá calafrios. E o motivo pelo qual está tão perto de mim o que se passa com o outro. O exercício de fraternidade traça uma órbita completa.

A trajetória individual é vista, portanto, como um emaranhado de conexões pelas quais eu me acho indissoluvelmente atado aos meus semelhantes. Para entender-me, devo entendê-los e vice-versa. A decodificação de um dado depende e não prescinde do conjunto. Se levarmos em conta que os meus interesses nem sempre coincidem com os que me estão próximos, avaliamos a complexidade do problema. Na multiplicidade de desejos, o atrito conduziria ao caos, contornado somente pelo detalhe de nos encaixarmos na direção de um ponto imaginário, um ápex, ilusório ou não, localizado no meio do vácuo. O movimento, repetindo as leis da física, traz a idéia do sentido e da fonte que o impulsiona. A atenção se fixa na composição do novelo, nas cores, na espessura, nos rumos e nas características de suas linhas.

Admite-se que, no momento em que se introduz num quadro social, o Homem aceita reger pela razão, e não mais pela simples força bruta, as suas ações no âmbito da natureza. A questão difícil que se impõe consiste em definir de que espécie de razão falamos. E outra vez as versões beiram ao infinito, empregando, não raro, a força bruta na defesa de uma tese.

Na mitologia grega, posta a indagação sobre os primórdios da existência, erguem-se hipóteses instigantes. Géia (a Terra) concebe, por geração espontânea, Urano (Céu) para cobri-la. Do casamento dos dois, nasce Cronos (1). Urano provém de uma duplicação de Géia, à sua semelhança, para que se estenda sobre ela. Não é o que se tornará depois, a região sólida onde habitam os deuses celestes, a réplica do que Terra significa para as suas criaturas desde a origem do mundo, ou seja, um solo estável e seguro que se opõe à abertura sem fundo do Caos. Urano, entretanto, revela um apetite sexual inesgotável. Deita-se sobre Géia e impede que seus filhos venham

(1) A análise da mitologia e o espaço que nela ocupa o artigo podem ser confrontados em Marcel Detienne e Jean-Pierre Vernant, in *Les ruses de l'intelligence*, Flammarion, Paris, 1974.

à luz, retendo-os no regaço materno. Em estado de livre convulsão, todos odeiam a todos. Urano não gosta dos filhos que não gostam de Urano. Sua prole se divide em três partes: os Titãs, os Ciclopes e os Cem-Braços.

A hostilidade geral se acentua em Cronos. Ele reúne o que se imagina de maligno e terrível, nas capacidades vitais. É Cronos que, com o auxílio da mãe, interrompe a eterna sexualidade do pai, com um golpe de foice: corta-lhe os órgãos genitais. Separam-se, assim, o Céu e a Terra, com decisivas consequências cósmicas. Daí por diante, a procriação se estabelece por intermédio de uma união de seres que, inclusive em sua ligação, permanecem distintos e opostos. O que Urano temia, acontecerá.

Cronos tomará, com seus filhos, mais cuidado do que o pai. Não se limitará a impedir que venham à luz. Engole-os tão logo saem do regaço de Réia, a mãe. Consciente dos perigos que o cercam, age à primeira ameaça. Apesar disso, não terá fim muito diferente. Géia, Urano e Réia o enganam através de um ardil e salvam um de seus filhos, Zeus, de sua sanha devoradora. O plano consiste em substituir o bebê por uma pedra. Réia a oferece ao marido em lugar do recém-nascido e o esconde, clandestinamente, em Creta. O descuido custará caro a Cronos, como custara a Urano. Zeus medirá forças com o pai e o derrotará.

Há, como se observa, uma sucessão de acontecimentos entrelacados, alguns semelhantes entre si, com particularidades que acrescentam e introduzem detalhes à história. A registrar, saliente-se o fato de que uma mudança qualitativa advém com Zeus. Este já não governará o Universo apoiado no recurso único da força bruta. Empregará o ardil, a astúcia, a dissimulação - e derrotará o pai graças a isso. A razão está entendida, na teologia de Hesíodo (2), como um ganho inquestionável. É o meio capaz de transformar os fracos e os sem poder em fortes e poderosos. Para esmerar-se na nova arte, Zeus dobraria a deusa da metamorfose e da dissimulação, Métilis, com quem se casa e a quem apanha na armadilha da própria magia para engoli-la e lhe absorver os poderes.

A literatura grega demonstra o prestígio que, nas relações humanas, se confria ao ardil e à trama. Não é à-toa que ali se funda o romance ocidental. A sociedade não emergeria, de outro modo, das trevas da eterna luta de todos contra todos. Ao tempo de Zeus, não podendo destruir fisicamente os seus adversários (imortais), o Rei dos Deuses imobiliza-os com o auxílio de fios de redes indestrutíveis. A rede representa, na sua melhor forma, a eficácia da inteligência, o aspecto físico de um plano bem elaborado e levado a efeito com sucesso. Ela esconde um segredo jamais acessível ao primeiro exame, uma espécie de supremacia do coletivo sobre o individual. Com seus nós, arma uma trama de tal maneira sólida e resistente que,

(2) Aqui usamos mais uma vez os subsídios de Detienne & Vernant, na obra citada acima.

para dela escapar, precisam intervir outros segredos tecidos com sabedoria. Não parece exagerado associar a rede a uma metáfora de ação comunitária, feita de aliados firmes e fiéis.

Na luta contra o Destino, o uso do ardil muda às vezes o rumo das coisas. O caráter equívoco das malhas que utiliza ludibriia entidades imbatíveis como a morte. Nada escorrega mais entre os dedos, nada se revela menos matemático e geométrico. O herói que obedece às lições da ética e entra em combate de peito aberto, termina derrotado.

Na fase de afirmação da inteligência, tudo é e ao mesmo tempo não é. A perícia no exercício de dissecação dos elementos que compõem a totalidade em unidades precisas, vistas e entendidas dentro de seus limites, não levou a reflexão aos hábitos que a caracterizariam mais tarde. Este considero o motivo pelo qual, no ardil, a metamorfose protege e ameaça os integrantes da efervescente comunidade que já busca a clareza e, por conseguinte, prepara as regras de conduta que se impõem a seguir. A força bruta cede aos poucos o lugar prioritário que ocupava, em nome de uma realidade muito mais complexa e equívoca. A trama encobre os mistérios a desvendar e a dominar. Os homens partem para a viagem do autoconhecimento que a capacidade física confundia ao invés de elucidar.

Na cultura grega, a mitologia e a arte (destaque-se a *Odisséia*, de Homero) caminhavam para um lado e a filosofia, a não ser no início, seguia para outro. As concepções de criação do mundo, conservadas pelos relatos mitológicos, compreendem uma noção do comportamento extremamente indefinida. Assim, a agilidade mental, somada à rapidez de decisão e ao talento de improvisação, bem como à astúcia, à dissimulação, à esperteza, etc. denunciam a supremacia da imprecisão. Não há limites estabelecidos, regras sólidas, leis imutáveis. Pela interferência da Sorte ou de uma deusa favorável, simples mortais ludibriam ou adiam a hora da morte. O impossível, onipresente, corresponde a uma existência não mais vulcânica, mas brilhante e incandescente como a lava. Em função do que se verifica a cada instante, a origem e a finalidade não saem de um plano secundário, presos à malha indiscernível de uma trama que, por melhores que se mostrem os heróis e os mortais, ninguém desata.

A filosofia inaugura um novo sistema de análise das coisas pelo qual a multiplicidade não passa de um conjunto de unidades. Não se decifra o mundo, por essa ótica, a menos que o ato de percepção parte dos elementos que o formam. Como no corpo humano, as suas partículas, na inter-relação necessária que respeitam entre si, possuem, não obstante, uma mecânica específica. A mente, cumpre o papel de, peça por peça, montar o jogo de armar. Conceitos como Virtude, Justiça, Prudência, etc. resultam de uma elaboração efectuada até o esgotamento para que se ofereçam à reflexão livres de quais quer impurezas que os contaminem. Nenhum ardil se aceita na tarefa. A dissimulação perturbaria o trabalho do pensador, e o afastaria da trilha aberta com tanta perseverança.

Como repetir na filosofia a façanha de Antíloco? O filho de Nestor, nos jogos em honra de Pátrolo, enfrenta numa corrida adversários mais experientes e cavalos mais fortes e velozes (3). Aconselhado pelo pai, com pena a fragilidade física de seus animais pela argúcia e frieza na condução das rédeas. Num ponto em que a estrada se estreitava, atira o carro de maneira a obstruir a passagem a Menelau. Se prosseguissem ambos, adviria um desastre. Na hora certa, embora furioso, Menelau recua e até o final da corrida não conseguirá recuperar a desvantagem em relação a Antíloco. Estava consciente de que fora vítima de uma trapaca. No auge da irritação, adverte o filho de Nestor de que, como mandavam as regras, invocaria o juramento de honestidade e ética na disputa.

Antíloco, porém, desconcerta Menelau, diante do prêmio, pedindo-lhe que não se zangue. «És mais velho e melhor. Sabes até onde podem chegar os desvarios de um moço: seu espírito é demasiado pronto, suas idéias são frágeis» (4). E lhe propõe que fique com o prêmio. Ele lhe daria, além disso, se desejasse, presentes mais importantes. O estratagema funciona. Menelau, apaixonado, não tem onde concentrar sua cólera. O conflito se desarma, então, não por causa de uma racionalidade que faça distinguir o correto e o errado. Sobrepuja-se o lado impreciso e escorregadio da inteligência.

No modo de agir de Antíloco, o que transparece não é a verdade em termos absolutos, e sim a verdade da sua sobrevivência e o patamar que conseguirá ou não conquistar. Deve agir com habilidade para impedir que o prestígio recém alcançado não se esfarele sob o efeito da denúncia. Cabe assinalar também que, com a jogada do carro, apenas «corrigiu» uma desigualdade que, num mergulho profundo toca na maneira como se estrutura a vida e o destino dos homens.

A rede, a malha, a trama, o enredo trazem à discussão a inviabilidade de se realizar a razão como um projeto coerente, confiável e à mão. Agarrada aqui, presa e amordaçada ali, reaparece acolá — não se deixa apanhar. Talvez por isso seja tão difícil articular a teoria à prática e os grandes filósofos hajam, com frequência, tido um imenso fascínio pelas soluções tirânicas (5). Afinal, de pouco adiantam projetos elaborados na prancheta de arquitetos do pensamento, notáveis por sua capacidade de criar sistemas, se não se adaptam às contingências da realidade. A política, que, na concepção de Aristóteles, implicava no bem e na busca da felicidade (6), deg-

(3) A cena está narrada no canto XXIII. Homero, *Iliada*, trad. de Otávio Mendes Cajado, Difel, São Paulo, 1961. Detienne & Vernant também a estudam.

(4) Op. cit. pag. 406.

(5) Isso aconteceu com Platão que, no final da vida, trabalhou para o tirano de Siracusa, aconteceu com Hegel, aconteceu com Heidegger. É como se a teoria ganhasse uma tal dimensão que se fizesse acompanhar de uma ânsia de colocá-la em prática, mesmo que as condições não favorecessem. Um exame mais atento da questão revelaria números surpreendentes, incluindo defensores intransigentes da liberdade.

(6) Cf. Aristóteles, in *Eética Nicomaquea*, Aguilar, Madri, 1982.

nerou, nos períodos que o sucederam, a um papel muito menos nobre de uma atividade marcada por um pragmatismo imediatista e mesquinho, senão ligações com a verdade de cada um. A História mais recente demonstrou que o partido não ergue a ponte tão desejada entre a idéia e a ação, sendo, ao contrário, um mero veiculo reprodutor de deformações e imperfeições consagradas pela época. A rede, que nos detém, em nossa tumultuada aventura pela Terra, condenando-nos a uma busca nunca alcançada pela liberdade, não se demora a reter, nos mesmos laços, as organizações partidárias que visavam rompê-la.

Hegel trouxe o debate sobre a verdade para o processo, reduzindo o papel dos elementos que o integram. O desafio agora consiste em saber se o processo se deixa captar, pois o que é o mesmo, se não o complicado cruzamento de fios os mais dispare, numa combinação aparentemente infinita? Dizer que resulta em A, B ou C, ou qualquer das fórmulas matemáticas reconhecidas, reincide na lógica da dissecação, de natureza positivista e autoritária. Não há, por esse encaminhamento, como sair de uma condição apóretica. Já se comprovou há muito que a verdade nos chega através do bicho intenso e fugaz de uma fagulha quase sempre inesperada. Entra por um espaço estreito que acreditávamos vedado. Às vezes, acomoda-se tão proxima a nós que não entendemos, depois, como não a havíamos notado. Ali se achava há tempos...

Aceito o processo como a corporificação da verdade, resta investigar qual a sua essência - e aí recomeçam as dificuldades. À luz da razão, como o enredo, o processo pode indicar um número tão grande de possibilidades que se torna temerário fechar a questão mesmo em torno da mais provável delas. Houve, não obstante, um avanço: hipóteses unívocas já quase não encontram eco.

Algumas descobertas percorrem um longo círculo antes de retornar ao ponto inicial e estabelecer a primízia da evidência. Não se imagina o processo como uma linha predicativa, onde o que vem depois sempre sucede o que veio antes. A História da humanidade prova que possui uma anatomia semelhante à do enredo, com tendências que se chocam, adotam rumos paralelos e se cruzam. Ao inverso de uma direção única, espalha-se por toda parte, indo e vindo em movimentos que, a um espectador desavisado, lembram hesitação. Não há, por isso, contrassenso na afirmação de que *a vida imita a arte*. Diante de certas narrativas, exclamamos, espantados pelas peripécias envolvidas: «É um romance!» No sentido oposto, e com idêntica intuição de verossimilhança, frente a um quadro ficcional composto com destreza, reconhecemos, sem medo de mentir: *a arte imita a vida*.

O mestre da criação literária brasileira, o mais apreciado e mais estudo dos nossos escritores, Machado de Assis, é igualmente o que mais resiste aos aparelhos desenvolvidos pela crítica para conhecê-lo (7). Por que? Por que resiste às maquinizações da inteligência e preserva, com serena ironia, um perfil que só se mostra pela metade?

Parando para pensar, veremos que *Dom Casimurro* (8) entra em nossa linha de investigação para, em grande parte, confirmá-la. O romance se organiza segundo uma forma que pressupõe o ardil, a dissimulação e a trapaça como os ingredientes que lhe asseguraram o sucesso. Nos primeiros capítulos, o leitor se defronta a uma rápida cena que, se não lhe passar desapercebida, ficará em sua memória como uma chave, um achado que se reafirmará em outros instantes. A ação transcorre entre ditos e não ditos, intérlocos e intervalos, entendidos e subentendidos. Bentinho, um rapaz de quinze anos, um pouco por acaso e um pouco por curiosidade, toma conhecimento, protegido pelo vôlei de um corredor, de um diálogo que o situa no centro do assunto. A mãe conversa com o tio, a prima e um agregado. Trata-se de uma antiga promessa de fazê-lo seminarista e padre. José Dias, o agredido, aventa um complicador, as suspeitas de um emergente namoro com a vizinha Capitu. A ameaça reaviva as promessas de Glória, a mãe.

Atinge Bentinho uma terrível sensação de impotência com as deliberações da família. Não há como negar que lhe palpita no coração um amor agudo pela jovem. E como se protagonizasse um pesadelo no qual o mundo girasse em torno e o arrastasse para o abismo, sem que nada de consistente surgisse para detê-lo. O olhar que observa a cena não pode participar do que acontece nem pode permanecer alheio aos fatos porque lhe dizem intimamente respeito.

Ali se esboçam os cortes que, depois, no desenvolvimento da narrativa, construirão, em muitos sentidos, o tema do romance. Nada está plantado no chão com solidez. O solo escorrega sob os pés em todos os planos onde se mexem os personagens. O esforço de afirmação que realizam por uma situação social de prestígio (econômico, moral, intelectual...) complementa, em homóloga proporção, as tentativas executadas no setor do conhecimento, quase sempre obtido apenas pela metade (9).

Como o seminário redonda numa prisão, na castração de sua vida vital, Bentinho precisa arquitetar uma estratégia de libertação e jogar com as

(7) O excelente ensaio crítico de Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, apesar das observações pertinentes que realiza, constitui uma contribuição melhor no que diz respeito a José de Alencar do que a Machado de Assis. Este, por assim dizer, dá a impressão de lhe escapar ao controle. Aguarda ainda que alguém supere o desafio.

(8) Utilizamos, no presente artigo, a edição da W. M. Jackson Inc. São Paulo, 1957.

(9) Há um bom exemplo da afirmação em José Dias. Ele, como se recorda, surge na família de Bentinho como médico homeopata. Chega a curar pessoas até que, muito constrangido, confessa que nunca se formara, reduzindo-se a sua «ciência» a leituras de uns livros sobre esse setor da medicina. No final da vida, abandona as convicções da juventude e adota a alopatia para o seu tratamento individual.

contradições latentes no cenário a que pertence. Acumpliciará, em primeiro lugar, a simpatia de José Dias, o agregado, com o qual, como futuro chefe da casa, goza, é claro, de ascendência em potencial. Ele se acha, de certo modo, em condição semelhante à sua. Para segurar o pequeno lugar ao sol de que dispõe, garante apóios, aqui e ali, no interior da sociedade que o acolhe (no caso, a família de Bentinho).

Um outro capítulo de *Dom Casmurro* reforça a hipótese proposta. Informa o narrador, em dado momento, reportando-se ao episódio da tarde de novembro, acima mencionado: «Verdadeiramente foi o princípio da minha vida; tudo o que sucedera antes foi como o pintar e vestir das pessoas que tinham de entrar em cena, o acender das luzes, o preparo das rabecas, a sinfonia... Agora é que eu ia começar a minha ópera» (10). Compara-se a existência, em seguida, com mais substância a esse gênero de teatro: «A vida é uma ópera e uma grande ópera. O tenor e o barítono lutam pelo soprano, em presença do baixo e dos comprimários, quando não são o soprano e o contralto que lutam pelo tenor, em presença do mesmo baixo e dos mesmos comprimários» (11).

Em seu relato, Machado de Assis assume o conflito como representação da Fortuna e o enredo como metáfora das relações humanas e a fonte onde devemos nos debruçar para sondar nossos segredos. O enredo é uma dissimulação, o elemento que outorga às pessoas o seu contínuo estado de transformação, a gangorra que nos eleva e nos rebaixa.

A consciência de que a trama reproduz, por excelência, o mecanismo da dinâmica social, contribuindo para a libertação de uns e para a opressão de outros, sustenta-se na mesma base na qual se assentam os pilares econômicos do grupo em exame: um tronco jamais sólido do qual pendem, como parasitas, as várias aderências de uma convivência frágil. O próprio tronco, saliente-se, repete, com o restante da realidade, o componente parasitário. Não se imagine um bem estar soldado sobre uma indústria poderosa e produtiva. A renda em questão, herdada e vegetativa, durará para sustentar uma ou duas gerações, seus caprichos e agregados. E, como se deduz, a irradiação da economia do escravismo. A atuação política, se é que não exorbitamos por falarmos assim, reduz-se, no contexto, aos esforços para a proteção de privilégios.

Em nova manifestação de sua lealdade, em visita a Bentinho no seminário, José Dias (12) aconselha, para libertá-lo dos grilhões da Igreja: «Tenho agora um plano, que me parece melhor que outro qualquer. É combinar a ausência de vocação eclesiástica e a necessidade de mudar de ares. Você por que não tosse?» José Dias não se satisfaz com um acordo que divida

(10) Op. cit. Capítulo IX, «A ópera», pág. 28.

(11) Idem, págs. 28 e 29.

(12) Idem, pág. 206.

entre os dois parceiros a sinceridade do conluio. Mais adiante, acentua: «Mostrar a verdade, porque, francamente, Bentinho, eu há meses que desconfio do seu peito. Você não anda bom do peito [...]» (13). O ardil supera a fraqueza. À memória, retorna a corrida de Antíloco...

A dissimulação está longe de se restringir a um caráter pessoal de Capitu. Ela exerce como ninguém um traço de sua época e da sociedade a que pertence. Instituída sem contestação (o romance se localiza no tempo, segundo o autor, com ponto de partida em 1857), a ordem patriarcal não pode exibir uma face diversa. O Brasil ainda atrasado em relação ao ritmo da modernidade que na Europa virou o comportamento humano de cabeça para baixo, revirou valores, promoveu batalhas, brigas, revoluções, fome, miséria e riqueza; e, sobretudo, gerou a produção de propostas novas para a sociedade e enterrou, aos poucos, o mundo até então conhecido (14).

E como se o sopro de renovação atravessasse a barreira do Atlântico e estivéssemos condenados a respeitar os limites de uma individualidade incompetente para uma real transformação. Em *Dom Casmurro*, as tensões se voltam ainda para dentro. A impressão que se tem é que uma eternidade o separa da Proclamação da República, do século XX e da remodelação que com ele se implanta (para o mal e para o bem) nas antigas modalidades de relacionamento humano, com as inevitáveis convulsões da crise.

Machado de Assis não deserra, em sua narrativa, as portas de uma só vez. O modelo da cena inicial se reitera ao longo da ação (do espaço, do tempo) até estruturar o romance em sua globalidade. Ele evoca, por seus aposentos fechados, a casa que Bentinho ergue para si mesmo como uma réplica do lugar onde despendera a infância. O núcleo das divisões, a essência do modo como se instaura a racionalidade de sua planta baixa, esta não se revela. Esconde-se sob um sorriso irônico que permeia a natureza dos personagens (15) e dos problemas que enunciaram. Nada se afigura importante. Sente-se, entretanto, por trás da leveza, a sombra da tragédia e, finida a leitura, o leitor não sabe se ri ou se chora.

Há uma genialidade patente na escolha do material de trabalho e na habilidade de quem o manipula. O país não permite a denúncia. A opção pelos oprimidos, quando aparece, reveste-se, no máximo, dos princípios da caridade cristã. A opinião não talhou uma postura de autonomia no quadro político que expressasse e defendesse um ponto de vista claro e firme. É uma fase em que se observa, com respeito e admiração, o imperador percorrer as ruas com sua figura imponente, ao lado da qual todos se curvam.

(13) Ibidem, pág. 207.

(14) Cf. Wilson, Edmund, in *Rumo à estação Finlândia*, Companhia das Letras, São Paulo, 1987. Outros autores estudaram amplamente o conjunto das convulsões que marcaram o século XIX.

(15) Note-se que Bentinho também «traiu» Capitu em pensamento, justamente com a mulher de Escobar, embora haja resistido às suas tentações.

Bolsões de descontentamento por ventura existentes não conseguem, por causa disso, conferir um ingrediente trágico, convincente junto à maioria da população, aos horrores e misérias da antiga colônia. A intuição do fato leva o escritor a contorná-lo, buscando meios realmente eficientes de tocar o público.

Se há ciúme em *Dom Casmurro*, e se o mesmo imprime ao olhar um modo de ver o mundo, é um ciúme que parte, não só da relação entre o homem e a mulher (Bentinho/Capitu), mas da falta de afirmação individual, numa nação que não estimula nem admite essa afirmação. O ciúme está na alma dos personagens. Cada crítica e cada elogio esconde a prática sorrateira da negação do outro, inclusive nas declarações laudatórias e nos superlativos. Como ninguém crê na possibilidade de subverter o Destino — o que se vira, como se constatou, é a simples manutenção do privilégio, ainda que pequeno — não se fala em tragédia. O sopro trágico nos apanha depois... Ai, como em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, assalta-nos a amplitude da dúvida e o peso da certeza de que não há saídas. Em *Dom Casmurro*, é como se se escamoteasse uma verdade em cada um à qual não temos acesso, condenados que somos a flutuar no líquido pouco espesso da convivência humana, feita de subterfúgio e dissimulação. Sofremos com a reflexão que extraímos dali pela dimensão de uma solidão insolúvel...

O enredo acabou. Viva o enredo! Ele nos traz de volta, deslocada do Rio de Janeiro do século XIX prê-Pereira Passos, uma obra literária que, de algum modo, se confirma no presente. Hoje aprendemos que as tensões nos vêm de fora e se conjungam com uma interioridade problemática à qual praticamente já não temos direito. Como se dá, portanto, essa ponte que, vindia de outra época, nos restitui a nós mesmos?

A modernidade, no século XX, não investiu somente contra o tracado das grandes capitais, incluindo-se Paris, Nova York, São Petersburgo, Rio ou São Paulo (16). A vontade avassaladora de derrubar e massacrar o velho enfatizou-se, em particular, nas expressões artísticas, onde a sensação de que uma descoberta nova estava para acontecer gerou, com efeito, experiências curiosas. Dadaísmo, Futurismo, Cubismo, Abstracionismo, Surrealismo e outros *ismos* anunciaram a realização de um balanço do que, em seguida, se verificou ser o inventário da fragmentação. Encarnando a violência como uma bomba humana, o personagem dos nossos dias compreendia um processo de construção que cada vez mais o transformava numa forteza vazia, parafraseando Bruno Bettelheim, sem ter como traduzir sua angústia numa matéria palpável e numa reflexão coerente. Não é gratuito que a confissão haja reunido peso para quase se configurar numa forma

da contemporaneidade. *Vou falar mesmo que não encontre quem me ouça* indica o personagem. E fala, com ou sem pontuação, em geral em delírio, expondo sua falta de fé nos valores que um dia nos sustentaram. Isso quando não lança à página palavras desconexas na melhor exemplificação possível de um dilema irresolvível.

A ruína que surgiu de tal produção cheira a apocalipse. É como se a rede mencionada, corroída pela doença em suas cordas, rompesse os mais duros fios que tecera e se esparramasse no chão em mil pedacos - vítima de seus mais terríveis artifícios. A tosse de Bentinho não trouxe então felicidade, nem a veemência das negativas de Capitu ou o superlativo de José Dias, olhando para fora, em seu leito de morte, e murmurando: «Lindíssimo!» O testemunho do fracasso não poderia ser pior.

Embaralhou-se o novelo, braços e pernas trançaram-se num cotoão incompreensível. E se reiniciou a busca. A dimensão da tarefa não amesquinhou o desejo de investigá-la. O que agora se observa é que aumentaram as suspeitas em torno do local no qual devemos apoiar nossa atenção para pinçar algo que nos liberte da fortaleza vazia e que nos restitua, com ou sem fraturas, a nós mesmos.

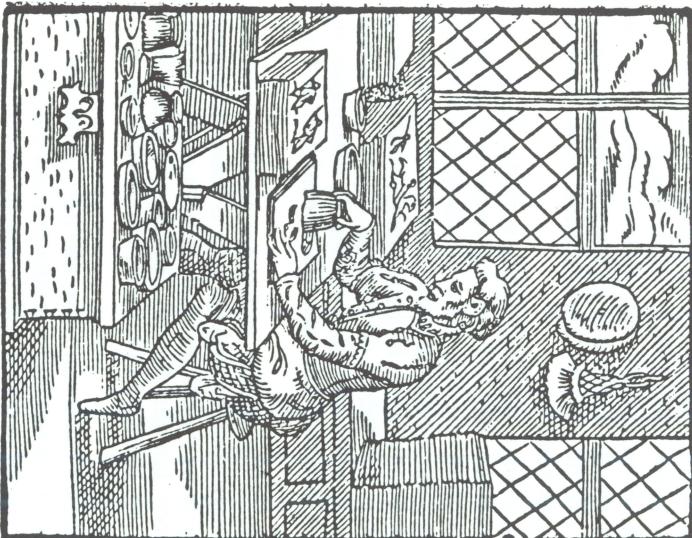
A maioria dos *ismos* que fascinaram a modernidade carregavam uma forte carga de opressão. Sem o saber, refizemos ao esgotamento, no terreno da Arie, a aventura que vitimou o pensamento e a ciência, distanciando-os do cotidiano das nossas questões. Atenuado o bombardeio, pela crise ou pela falta de condições de levá-lo adiante, verificamos que o equívoco mete-se, tentacular, nas dobras do sistema. E a ele que temos de examinar porque, por trás da mais unívoca fórmula de destruição ou de salvação, nota-se que instila dúvida e desconfiança. O equívoco está no texto, na frase, na palavra...

É verdade que o entredo não resiste aos assaltos da manipulação e serve, igualmente, para conter e condicionar o comportamento (17). Isto se dá, porém, exatamente porque encerra segredos que o aderem à existência. Eu me interessei por qualquer facanha que me aproxime de mim, ainda que este movimento, em tendência perversa, adote vias que, ao cabo, me distanciem de mim.

A ciência, que me criou conforto, não me atende com idêntica eficácia se o que espero dela diz respeito à minha posição e ao meu papel no mundo. O mal que a ideologia dominante provoca, em termos de estreitamento da perspectiva da visão, surge daí. Se deixarmos que nos domine, logo percebemos que caímos novamente na rede e nos debatemos num esforço inútil, distantes e alheios ao conhecimento.

(17) Versões bastardas do entredo, como as novelas de TV, não visam outro objetivo além da manipulação de opinião e de comportamento. São um óbvio caso de desvio de um recurso que a arte emprega com dignidade e seriedade, justamente para discutir alguns problemas fundamentais da existência.

Ao final do milénio, a nostalgia de formas anteriores de vida já não se instala, porém, para reinstaurar o velho. A aspiração dos nossos dias tem a ver com a consciência de que o processo de destruição precisa estancar enquanto há tempo. É a descoberta de que «é a vida, mais que a morte, a que não tem limites» (18). E o hábito vital, embora sabemos que se reveste de um ardil, com o seu canto sedutor, é também um enredo, a única trama à qual nos dedicamos na expectativa de desvendar alguma coisa.



(18) Gabriel García Márquez, em *O amor nos tempos do cólera*, demonstra a vitalidade do enredo, nas formas mais recentes da narrativa, para citarmos apenas um exemplo.

O rotacismo galego

Por Domingos PRIETO ALONSO

Universidade de Groningen

Índice:

0. Introduçom.
1. Consideraçons preliminares.
2. O rotacismo no latim e nas línguas románicas.
 - 2.1. O rotacismo no latim.
 - 2.2. O rotacismo nas línguas románicas.
3. Descriçom do rotacismo galego.
 - 3.1. Distribuiçom do rotacismo galego.
 - 3.2. Natureza fonética dos sons do rotacismo.
4. Teoria do rotacismo.
 - 4.1. Hipóteses principais.
 - 4.2. Escala de intensidade.
5. Rotacismo e aspiraçom do *s*.
6. O rotacismo como manifestaçom diacrónica.
7. Conclusom.

0. *Introduçom.*

Alguns dialectos do galego apresentam o fenômeno do rotacismo consistente na transformaçom do *s* em *r*, como mostram os exemplos seguintes:

- (1) a. as donas [ar **ɔ**nas] b. desde [der **δ**e]

Nos exemplos de (1) o *s* transforma-se em *r* tanto no interior da palavra como entre palavras. Num obstante, esta transformaçom nom tem lugar em todos os contextos, como mostram os exemplos seguintes:

- (2) a. as poças [aspooθas] b. espantar [espantar]
(3) a. as armas [asarmas] b. coser [coser]

Nos exemplos de (2) e (3), contrariamente ao que acontece nos exemplos de (1), o s nem se transforma em *r*.

Neste artigo analisaremos este fenômeno tan interessante do galego ao que tam pouca atenção se lhe tem accordado.

1. Considerações preliminares.

Uma teoria fonológica adequada do galego há de explicar, além dos feitos acima descritos, outros feitos fonológicos complexos do galego como podem ser os relativos à *gheada* (por que em certos dialectos do galego aparece o fonema fricativo /h/ ou /x/ em lugar do fonema oclusivo /g/), à Harmonia Vocalica (por que o traço [+ alt] da vogal tónica se propaga às vogais médias pretónicas dentro do grupo clítico, ou por que o traço [— baix] da vogal final se propaga a certas vogais tónicas abertas (Metafonia), à estrutura prosódica (por que o pronome clítico galego aparece sempre enclítico), etc., etc.

Volveremos a ocupar-nos destes aspectos fonológicos gerais mais adiante mas antes imos desenvolver o tema principal deste artigo que é o rotacismo galego.

2. O rotacismo no Latin e nas línguas românicas.

O Latin e várias línguas românicas apresentam exemplos de diferentes tipos de rotacismo, que examinaremos brevemente aqui.

2.1 O rotacismo em Latin.

O fenômeno do rotacismo já se regista no Latin no século IV a. de C. Sabemos que no Latin desta época tivo lugar uma transformação do [s] intervocálico em [r], ao parecer passando polo estádio intermediário de [z]. Exemplos:

- | | |
|---------------------|---------------|
| (4) a. erit vs. est | b. aes/aeris |
| uro vs. ustus | plus/plurimus |
| amaren vs. amasen | flos/floris |
| opus/operis | |

Bassols (1983) explica o rotacismo do Latin como resultado dum processo de assimilação, como segue:

El rotacismo se debe a la influencia asimilatoria de las vocales circundantes. El primer paso de esta evolución fue la conversión de la s sorda en (z). Las vibraciones glotales necesarias para la articulación de las vocales se propagaron sobre la s convirtiéndola en z. Es posible, pero no seguro, que ya en el primitivo ítalo, con anterioridad a la formación de sus dialectos, se hubiera producido esta sonorización, pero de lo que no existen dudas es de que todos los dialectos ítalo experimentaron este cambio. El oscio conser-

va la s sonora (z), y así vemos que en las inscripciones escritas utilizando el alfabeto latino, aparece este sonido representado por z; en el dialecto umbro, como en latín, aparece la primitiva s intervocalica representada por r (p. 178-79).

2.2 O rotacismo noutras línguas románicas.

Lorenzo (1975), no seu artigo sobre o rotacismo nas línguas românicas regista exemplos deste fenómeno em várias línguas românicas, nomeadamente em italiano (figures, toscano, etc.), em sardo, em francês (picardo, etc.), em provençal, em catalám (malhorquino, etc.), em espanhol (andaluz, argentino, mexicano, colombiano, cubano, costa-riquenho, porto-riquenho, equatoriano), em astur-leonês e em galego-português.

No que di respeito da Península Ibérica, Griffin (1965) constata que o rotacismo entre palavras cobre umha grande extensom no *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, nomeadamente quase todo o centro do Estado Espanhol, parte do galego-português e do catalám.

Examinando el mapa 72, vemos que el rotacismo cubre un área enorme, casi todo el centro de España, con, además, algunos puntos del gallego-portugués y del catalán, tanto continental como marítimo. Esta zona bastante compacta excluye tan sólo el oeste de las provincias de Cáceres y Salamanca (aunque aquí con una salida muy sustancial hacia Portugal), Zamora, casi toda la provincia de León, la parte norteña de Palencia y Burgos (pero con excepciones, lo mismo que en Santander) y Navarra, menos algún punto aislado. En el Este, el rotacismo cubre toda la zona castellana, con sólo algunas pocas excepciones en la frontera lingüística castellano-catalana, llegando la linea hasta Albacete y Murcia, provincias también con rotacismo casi sin excepción, dándose también casos del mismo fenómeno en las dos provincias colindantes, Almería y Alicante. Después, corre nuestra diglosia hacia el Oeste, incluyendo toda la provincia de Ciudad Real y el ángulo noroeste de Badajoz (p. 409).

Griffin (1965) oferece também um resumo da situação americana em geral e da colombiana em particular (cf. Flórez 1957):

...es en Colombia donde entrevemos la posibilidad de comparar la situación local americana con la española. En aquel país hay zonas en las que el porcentaje de hablantes que pronuncian una s ápico-alveolar es relativamente alto, como sucede, por ejemplo, en Bogotá. Al decir de Luis Flórez, estas predominan en el departamento de Antioquia, y precisamente de allí cita este autor no sólo *murlo* por *muslo*, sino también *már bonito*. Estos datos sugieren otra vez la existencia de una estrecha relación entre el rotacismo y la s de tipo ápico-alveolar.

3. Descriçom do rotacismo galego.

No galego, o rotacismo foi registrado por vários autores, entre outros, por Otero (1963), por Rabanal (1967), por Carballo Calero (1977), por Lorenz (1975), por Enríquez Salido (1976), por Taboada (1979), por Prieto (1985). O rotacismo interno também aparece registrado nos *Contos Vianeses* de Laureano Prieto (Vigo, Galaxia, 1958) e noutras textos folclóricos e literários galegos.

O rotacismo galego afecta ás trés principais modalidades dialectais, á oriental (Concello de Viana do Bolo, Mesquita), á central (Val de Verín e de Laça, Cerdecelo, Límia) e á occidental (Ogrobe). A este respecto Taboada di:

En los dominios del gallego, ya Carballo Calero ha señalado el rotacismo como propio de Verín, Lalín y El Grove... A. Otero indica que en el lugar de Taboada la s se convirtió en r por influencia de la consonante siguiente. En la zona de la Mezquita hemos constatado dicha realización personalmente».

Numha nota engade este mesmo autor: «También en otros lugares, como Nigrán, Marín, Ginzo de Límia, etc., hemos escuchado frecuentemente esta realización» (p. 54).

3.1 Dados básicos do rotacismo.

No dialecto falado em Cerdecelo, como noutros muitos dialectos, o rotacismo aparece ante todas as consonantes excepto as oclusivas surdas e a africada [c], como mostram os exemplos seguintes:

- (7) a. os buracos [or**θ**urakos] b. desviar [der**θ**iar]
as donas [ar**θ**onas] desde [der**θ**e]
as gorjas [ar**θ**orjas] musgo [imur**γ**o]
os farelos [orfarelos] asfíxia [arfisia]
as zorras [ar**θ**oRas]
os seres [orseres]
os jovens [or**θ**o**β**ens]
as rias [arRias]
as ladeiras [aria**θ**eiras] Oslo [orlU]
os ianques [orjankis]
as maos [armaus]
os nenos [ornenos]
(8) a. as poças [aspoo**θ**as] b. espantar [espantar]
as telas [astelas] magosto [ma**γ**osto]
as chousas [ascousas]

(7a) ilustra a presenza do rotacismo entre palabras; (7b) ilustra a presenza do rotacismo no interior de palabra; (8a) ilustra a ausênciia de rotacis-

mo entre palavras; e (8b) ilustra a ausência de rotacismo no interior de palavra.

- (9) a. as armas [asarmas]
os outros [osoutros]
as airas [asairas]

(9a) ilustra a ausência de rotacismo entre palavras e (9b) ilustra a ausência de rotacismo no interior da palavra.

3.2 Natureza fonética dos sons do rotacismo.

Antes de explicar a transformação [s] > [r], imo-nos deter brevemente em considerações relativas à natureza fonética dos sons relacionados com este fenómeno, nomeadamente [s] e [r], o que pode, aliás, explicar, ao menos parcialmente, o processo do rotacismo, como sugere Galmés de Fuentes (1962) a respeito deste fenómeno no Latim:

En todo caso, conviene observar que el *paso* de s dorsal (ya sea sorda o sonora) a r requiere, sin duda, un esfuerzo notable, pues los puntos de articulación de uno y otro sonido son diferentes: el *paso* [s] > [r] se produce, en cambio, naturalmente, ya que en la realización de ambos sonidos la posición de la lengua es similar. Aún podríamos suponer otra etapa intermedia en que la r sería como [r̪], es decir, con vibración mucho menor que la de la r común. La prueba de esta etapa [s] > [r̪] vendría dada por el siciano, en que aparece evidente la afinidad entre [r̪] y [s]; la s, al separarse del paladar para dar lugar a la pronunciación de una vocal siguiente, produce necesariamente una especie de vibración, dando lugar a un sonido indefinible entre s y r̪, que explicaría fonéticamente la evolución [s] > [z] > [r̪] > [r̪'] (p. 122).

3.2.1 Natureza fonética do s.

O s do dialecto descrito aqui é ápico-alveolar (i. é [ʃ]) como o do Latim descrito por Galmés de Fuentes na citação que figura acima. O seu ponto de articulação coincide, pois, co ponto de articulação do r̪, o que já constitui um aspecto da explicação do rotacismo.

Como é sabido, o s ápico-alveolar representa umha das duas realizações principais das sibilantes nom palatais na România. A outra realização é a predorsal [s̪]. Afora alguns dialectos galego-portugueses do Norte de Portugal e do Sul de Galiza que ainda conservam os dois tipos de s, o ápico-alveolar [ʃ] (*passo*) e o predorsal [s̪] (*paço*), os outros dialectos perdêrom umha das duas realizações, quer a ápico-alveolar, quer a predorsal.

(1) Esta hipótese non é totalmente correcta porque, como demonstraremos mais adiante, a sonorização do s nom é umha etapa obrigatoria do processo de rotacismo do galego.

(2) Umha excepción a este regra poderia representá-la o galego de O Grove como parece desprender-se do trabalho curioso de Enríquez Salido (1976).

No próprio galego coexistem estes dous dialectos (Fernández Rei 1982).

Em conclusom, podemos, pois, dizer que os dos dialectos do rotacismo é, por via de regra, ápico-alveolar por coincidir o seu ponto de articulación co punto de articulación do *r*. Esta mesma idea aparece expressada em Griffin (1965):

El rotacismo de la s sonora se encuentra estrechamente relacionado con la s de tipo apical. Si estudiamos la distribución de ésta en España, sirviéndonos, por ejemplo, del mapa 18 (*Asa*), vemos que donde no hay s apical no hay tampoco rotacismo. Claro que lo opuesto no es cierto. Todo esto me parece apoyar de manera feliz la tesis de Jungemann, ampliamente confirmada por Gal-més en su reciente monografía sobre la s en la Romania.

3.2.2 Natureza fonética do *r* do rotacismo.

A realizacón fonética do *r* do rotacismo no dialecto que descrevemos acima é um pouco diferente da do *r* comun do galego. A sua vibraçom é menor polo que vem a coincidir coa realizacón da etapa intermediaria do r do processo do rotacismo latino postulada por Galmés de Fuentes (1962): «Aún podríamos suponer otra etapa intermedia en que la *r* sería realizada como [r], es decir, con vibración mucho menor que la de la *r* común» (p. 122).

4. Teoria do rotacismo.

Nesta secçom imos tentar formular umha teoria fonológica que explique adequadamente o fenómeno do rotacismo galego. Despois de demonstrar que a hipótese da sonorizaçom é incorrecta, formularemos umha nova hipótese em termos da teoria de Intensidade.

4.1 Hipótese da sonorizaçom.

O fenómeno do rotacismo galego tem sido explicado por un proceso fonológico complexo, cuja primeira etapa consistiría na sonorizaçom do *s* como segue:

- (10) a. *s* > *z*
b. *z* > *r*

Esta hipótese podería eventualmente explicar o rotacismo do Latim que tem apenas lugar em posición intervocálica, assi quanto o rotacismo do galego ante consoante sonora:

- (11) a. os buracos [orβurakos] b. desviar [derβiar]
as donas [arβonas] desde [derβel]
as gorjas [arHωrjas] murgo [murHU]
os rios [orRios]
as ladeiras [arlaðejras]
as maos [armAðus]
os nenos [ornenos]

Porém, esta mesma hipótese nem pode explicar o rotacismo do galego ante consonante surda, presente nos exemplos seguintes:

- (12) a. os farelos [orfarelos]
 b. asfixia [arfisia]
 os sacos [orsakos]
 os jovens [or̩s w̩ens]

Em (12), o rotacismo aparece ante as consoantes surdas, nomeadamente ante os sons fricativos [f, θ, s, ſ], num contexto impróprio para o processo de sonorização. Os dados de (12) infirmam pois a hipótese da sonorização formulada por vários autores como etapa intermediária do processo do rotacismo galego.

Por outra parte, o rotacismo bloqueia-se em vários casos, nomeadamente: a) ante as consoantes oclusivas e africadas surdas; b) ante as vogais. Esta situação é aparentemente contraditória porque os sons de a) e b) constituem dous extremos completamente opostos. Porém, esta contradição é apenas aparente já que do ponto de vista da estrutura silábica o contexto intervocálico é substancialmente diferente dos outros. Com efeito, em posição intervocálica o s é explosivo mentres que nos demais casos considerados o s é implosivo. Podemos pois concluir que o rotacismo é sensível à estrutura silábica.

Em resumo, o rotacismo galego é um processo fonológico que tem apena lugar em posição implosiva, ante um certo tipo de consoantes, nomeadamente as oclusivas sonoras, as fricativas, as nasais, as laterais, as vibrantes e as semiconsoantes, bloqueando-se ante as oclusivas e africadas surdas.

Infelizmente, as consoantes que desencadeiam o rotacismo nem constituem nengumha classe natural de sons, polo que a análise correspondente nem pode ser formulada em termos de traços distintivos. Com efeito, nem existe nengumha classe natural de sons que compreenda as consoantes que desencadeiam o rotacismo: oclusivas sonoras, fricativas, nasais, vibrantes e semiconsoantes.

Uma possível solução deste problema consistiria em explicar este fenômeno em termos de Hierarquia de Intensidade de que nos ocuparemos decontado.

4.2 Hierarquia de Intensidade.

Na Teoria da Hierarquia de Intensidade os sons aparecem classificados segundo uma Escala de Intensidade (“Strength Scale”) de mais fraco a mais forte. A noção de Hierarquia de Intensidade joga um papel importante em várias análises e teorias fonológicas, nomeadamente na Fonologia Gerativa Natural (FGN) de Hooper (1967). Por exemplo, esta autora propõe a escala de intensidade de (13).

(13)

	m	f
y	r	b
w	l	p
n	s	β
n	x	δ
	y	y
	R	d
	d	t
	t	c
	g	k
	g	k

FORTE

para caracterizar as sílabas permisíveis no espanhol americano em termos de Condícom de Estrutura Silábica (CES), assim quanto para explicar o carácter natural de certas regras fonológicas. Dado que a posição inicial de sílaba é a posição mais forte ou a posição num marcada para as consoantes, e a posição final de sílaba é a posição marcada, as regras que fortificam ou inserem consoantes iniciais de sílaba, e as regras que enfraquecem ou elidem consoantes em posição final de sílaba, são regras naturais. Um exemplo de regra natural é a responsável da fortificação da glide inicial em espanhol porque a mudança de [—conson] a [+conson] constitui uma fortificação do segmento inicial de sílaba. Exemplos:

(14) hielo	hueovo
yelo	weβo
ÿelo	gwaβo

A aspiração do s final de sílaba, própria de vários dialectos do espanhol, nomeadamente do andaluz, também é considerada como uma regra natural porque as consoantes finais de sílaba som marcas. O mesmo podemos dizer da regra diacronica de degeminação nas línguas românicas. Exemplos (cf. Otero 1971):

- (15) septem > sette > sete
- sponsum > esposso > esposo
- mensa > messa > mesa
- (16) cuppa > copa
- gutta > gota
- bucca > boca

Outros autores têm empregado a noção de Hierarquia de Intensidade para explicar outros feitos doutras línguas naturais (Vennemann 1972, Hantkamer and Aissen 1974, Foley 1970, Menn 1977). A Hierarquia de Intensidade aparece já formulada por Saussure (1919/1973) em termos de *abertura sonora*³:

On classe généralement les sons d'après le lieu de leur articulation. Notre point de départ sera différent. Quelle que soit la place de l'articulation, elle présente toujours une certaine *aperture*, c'est

(3) A «abertura sonora» de Saussure confunde-se coa Escala de Sonoridade dourros autores, na que os sons aparecem classificados de menos a mais ‘sonoros’, ou seja, inversamente à Escala de Intensidade, de fortes a fracos.

à dire un certain degré d'aperture entre deux limites extrême qui sont: l'occlusion complète et l'ouverture maximale. Sur cette base, et en allant de l'aperture minimale à l'aperture maximale, les sons seront classés en sept catégories désignées par les chiffres 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6. C'est seulement à l'intérieur de chacune d'elles que nous répartirons les phonèmes en divers types d'après le lieu de leur articulation propre (p. 70).

Vennemann (1972) usa a noção de hierarquia de intensidade para explicar a divisão silábica e outros fenômenos em islandês (cf. Vogel 1977: 127). Este autor começa o problema que apresenta a formulação da regra de alongamento vocalico em islandês «before medial consonants and clusters of consonants» (p. 3). Nesta língua uma vogal acentuada é longa ante uma consoante intervocalica, e curta ante grupos de várias consoantes, incluídas as geminadas. Nom obstante, esta língua apresenta uma exceção aparente a esta regra: uma vogal volve-se longa antes os grupos consonânicos seguintes:

$$\left\{ \begin{array}{c} p \\ t \\ k \end{array} \right\} + \left\{ \begin{array}{c} r \\ j \\ v \end{array} \right\}_s$$

polo que Vennemann (1972) formula, entre outras, a pergunta e a resposta seguintes:

Why do the clusters (...) behave this way in Icelandic?

The answer must at this point be informal and tentative, but I hope to make it plausible on purely phonological grounds, without recourse to phonetic speculation, that these clusters should behave the way they do. These clusters are composed of one of the four *strongest* consonants of the language, followed by one of the three weakest. This may sound like a pair of metaphors, but the following properties of these consonants may illustrate what I mean.

The strong consonants p, t, k, and s manifest their strength in the following ways:

- (a) p, t, k, either aspirate or preasperate, which no other consonants do.
- (b) s never voices in voiced environments, while all other spirants do.
- (c) p, t, k, and s, but not other consonants, can devoice preceding spirants and resonants.

The relative weakness of *r* as opposed to *l, m*, and *n* is apparent from phonological processes such as the following:

- (a) *r* is always devoiced by following *p*, *t*, *k*; the other resonants only *sometimes*.

(b) *r* is always devoiced by a following *s*; the other resonants never.

- (c) Only *r* is lost before *s*, *sk*, *sn*, *st*, *nd*, and *nt*.

The weakness of *j* and *v* likewise shows in several ways (in addition to their physical manifestation as and lax spirants):

- (a) Initial *j* never occurs before phonemic *o*, never before an *u* at any level. This points to a very volatile, assimilable, and vowel-like character of these spirants.

- (b) Medial *j* and *v* are frequently lost in homorganic environments.

(c) *j* regularly palatalizes preceding velar consonants, exactly like front vowels.

(d) *j* and *v* certain environments palatalize and labialize vowels in preceding syllables, a property which points to the vowel-like properties of these consonants.

In other words, the consonants of Icelandic can be arranged along a strength scale as in (...):

	1	2	3	4	5	6	7	8	strength
<i>j</i>									
<i>r</i>									
<i>m</i>									
<i>f</i>									
<i>s</i>									
<i>p</i>									
<i>t</i>									
<i>v</i>									
<i>n</i>									
<i>b</i>									
<i>k</i>									
<i>d</i>									
<i>g</i>									

Hankamer and Aissen (1974:137) usam a noçõm de hierarquia de intensidade para dar conta da direcçõem da assimilaçõem sincrónica no páli quando duas consoantes aparecem adjacentes numha palavra, como ilustram os exemplos seguintes (cf. Vogel 1977: 128):

- (15) *vas + tum* —> *vatthum*
vak + ssa- —> *vakkha-*
dis + ya- —> *dissa-*
kar + ssa- —> *kassa-*

Hankamer and Aissen (1974:137) formulam umha regra que explica a direcçõem da assimilaçõem em termos da hierarquia de intensidade consonántica do páli, como segue:

- (16) a. The consonant lower in the hierarchy (toward r) assimilates in all features to the consonant higher on the hierarchy (toward stops).
 b. If the consonants are of equal rank on the hierarchy, the assimilation is regressive (the first assimilates to the second).

Poderíamos aplicar estas regras para explicar a direcção da assimilação diacrónica em galego, ilustrada nos exemplos seguintes⁴:

- (17) a. achar-lo > achal-lo (achá-lo)
b. achas-lo > achal-lo (acha-lo)
c. achan-lo > achan-no (acham-no)

Em (17 a, b) a assimilação é regressiva, mentres em (17c) é progressiva.

O problema para darmos conta destes feitos em termos das regras de Hankamer and Aissen é que, na hierarquia de intensidade do galego, o *s* teria que ocupar umha posição inferior à do *I*, o que contradiria a Escala de Intensidade universal. Umha hipótese mais provável parece ser a que desenvolvemos mais adiante, e que consiste em aplicar a regra de rotacismo que converte *o s* en *r* antes das regras de Hankamer e Aissen. Assim, as regras destes autores produziriam o resultado desejado. Para isso chegaria com especificar que no galego, como noutras línguas, *o r* é inferior ao *l* na escala hierárquica de intensidade. O mesmo podemos dizer do *l* a respeito do *n*.

Foley (1970) usa a noçom de hierarquia de intensidade para dar conta da direcção das mudanças históricas dos sons, assi como para relacionar diferentes mundanças de umha ou várias línguas. Este autor propom a seguinte Hierarquia de Intensidade:

(18) Hierarquia de Intensidade Diacrónica:



Menn (1975) emprega a hierarquia de intensidade baseada no ponto de articulacón para determinar a direcção da assimilação de $C_1 C_2$ na estrutura silábica $C_1 V C_2$ da fala infantil. Este propom a seguinte hierarquia de intensidade baseada no ponto de articulacón:



Esta hierarquia de intensidade explica o feito de que algumas vezes a consoante implosiva assimila a consoante explosiva (*duk* = /g△k/; *tub* = /b△b/) e vice-versa (*boot* = /bup/).

Nestes exemplos, igual que nos exemplos do páli expostos anteriormente,

(4) Contudo hai umha diferença importante entre esta regra diacrónica de rotacismo e a regra sincrónica correspondente. Com efeito, a primeira non é dialectal mentres a segunda o é. Por outra parte, o contexto da primeira é muito mais limitado que o da segunda.

a regra de Hankamer e Aissen (1974) explica a direcçom da assimilaçom.

Em Vogel (1977) aparece um resumo das funçons que tém servido a

Hierarquia de Intensidade:

Hierarchies have used to formulate syllabification rules, to characterize syllable structure, to determine the direction of assimilation, to account for the direction of historical sound change, to relate sound changes within and across languages and to account for a pattern of language acquisition (p. 132).

Segundo Vogel, nalguns casos «a hierarquia de intensidade só facilita a expressom das regras fonológicas (silabaçom em islandés), mentres nou-
tros casos permite captar certas generalizações que non poderíamos captar com umha análise em termos de traços distintivos (assimilaçom em páli).

É este último caso de aplicaçom das hierarquias de intensidade que é especialmente pertinente para o rotacismo em galego, como tentaremos demonstrar a continuacãom.

Como já dixemos anteriormente, dado que o grupo de consoantes que desencadeiam o rotacismo, nom constitui nemgumha classe natural de sons, a regra correspondente nom pode ser formulada em termos de traços distintivos.

Vejamos agora se umha análise em termos de Hierarquia de Intensidade pode explicar os feitos relativos ao rotacismo do galego. Para este fim convén formular a hierarquia de intensidade desta língua. Esta hierarquia há de reflectir, segundo Vogel (1977), de vez as suas características universais e particulares:

The basic pattern that emerges from the strength hierarchies considered here is that glides are weaker than liquids, which are weaker than nasals, which are weaker than obstruents (fricatives, stops, affricates). (...) I propose that the natural sound classes, glide, liquid, nasal and obstruent are categories which are universally ranked with relation to each other according to strength (p. 135).

Within each of these categories there is a language specific variation. Tendo em conta de vez os traços universais das Escalas de Intensidade e as características próprias do galego, propomos a Hierarquia de Intensidade seguinte para esta língua:

- (20) Hierarquia de Intensidade consonántica do galego:
glides líquidas nasais oclus. son. africadas
 fricativas oclus. surd.

FRACO	1	2	3	4	5	FORTE

Podemos agora formular a regra que explica os feitos relativos ao rotacismo do galego como segue: o s implosivo transforma-se em r ante umha consoante cujo valor é igual ou inferior a 4.

Mais formalmente, a regra do Rotacismo em galego pode ser formulada como segue⁵:

$$(20) \quad s \rightarrow r / _ \$ Cn \quad \text{Condition: } n \leq 4$$

Podemos parafrasear esta regra dizendo que o rotacismo em galego aparece em posição imprecisa ante consoantes cujo valor nom excede 4 na hierarquia de intensidade.

Podemos ainda formular a regra de rotacismo em galego relativamente à consoante seguinte, como segue: *O rotacismo galego tem apenas lugar quando o s impreciso possui uma intensidade sonora igual ou superior à da consoante explosiva adjacente.* À sua vez esta regra deve fazer parte dum princípio mais geral segundo o qual as consoantes implosivas tendem a exibir um grau de intensidade relativamente inferior ao das consoantes explosivas adjacentes. Este princípio aparece incluído na Condíçom de Silaba-com proposta por Hooper (1976: 220):

(21) Syllable-Initial Strength.

If $XVC_r\$CmV$, and there is no pause between C_r and C_m , then
 $m > r$.

Umha das interpretaçons desta condiçom é a seguinte (Hooper 1976):
This condition requires that syllable initial C be stronger than the immediately preceding syllable-final C (p. 220).

Como Hooper observa, esta condiçom também explica várias mudanças diacrónicas em espanhol como som os relativos à formação do futuro de certos verbos: *vendrá, pondrá, saldrá*. Algumhas destas mudanças figuram descritas em Menéndez Pidal (1973).

Los grupos de nasales y líquidas añaden casi siempre una oclusiva sonora intermedia, pues ambas continuas son difíciles de pronunciar seguidas sin que surja entre ellás la interrupción de una oclusiva.

1) M'N da m-b-r: homine > hombre; (...) femina > hembra; *columinare > columbrar; seminare > sembrar; luminaria > lumbrera. En el siglo XIII coexisten en diversas regiones las formas nome, nome, nombre.

2) M'R da también m-b-r: humeru > hombro; memorare > membrar.

3) M'L da m-b-l: tremulare > temblar; (...) (pp. 160-61).

No que di respeito à formação do futuro e do condicional, algumas destas formas apresentam síncope da vogal pretónica, como mostram os exemplos seguintes (Hooper 1976: 221):

(5) Em (20), C inclui, além das consoantes, as semiconsoantes [j, w], mas nom inclui as semivogais [i, û], como indicam os exemplos seguintes: os *ianques* [orjankis] vs. *ocasiom* [okasîm].

- (22) *venirá* > *venrá*

ponerá > *ponrá*

salirá > *salrá*

Segundo Hooper, as formas resultantes nem som conformes à condição formulada em cima porque o *r* nas seqüências /nr/ e /lr/ nem é suficientemente forte para começar uma sílaba depois de *n* e *l*. Este problema foi resolvido de diversas maneiras segundo os diferentes dialetos (Menéndez Pidal 1973, p. 323): quer por meio da metátese (*porná*, *verná*, *ter-ná*), quer por meio da assimilação (*porrā*, *verrā*, *terra*), quer por meio da inserção dumha obstruinte explosiva na sílaba imediatamente seguinte, solução que figura na língua padron, como mostram os exemplos seguintes:

- (23) *venrá* > *vendrá*

ponrá > *pondrá*

salirá > *saldrá*

Observemos finalmente que a fortificação do *r* simples depois de *l* e *r* em galego e em castelhano também satisfaz a condição de Hooper. Exemplos do castelhano são os seguintes (Hooper 1976: 221):

- (24) alrededor [alRe&e;or]

horna [onRa]

Israel [isRael]

Nos exemplos de (24) o *r* explosivo aparece como [R] depois das consonantes implosivas [l, n, s].

5. Rotacismo e aspiração de *s*.

Hooper (1976) considera a aspiração do *s* final de sílaba de vários dialectos do espanhol como exemplo de regra natural porque este som ocupa uma posição silábica marcada. Esta autora explica este fenômeno por meio da escala de intensidade consonántica do espanhol, dum jeito parecido ao modo de explicarmos o rotacismo do galego. Por outra parte, vários autores têm observado a relação estreita entre o rotacismo e a aspiração do *s*. Por exemplo Taboada (1979) diu a este respeito:

El fenómeno del rotacismo aparece unido a otra realización, la conversión de *s* en una aspiración.

Sabido es cómo las consonantes en posición implosiva tienden a debilitarse. Esta tendencia es mucho más acusada, en el caso de las, en el sur de España, pero no exclusiva de esta región. Su área se va extendiendo hacia el norte, alcanzando la provincia de Toledo, e incluso Madrid. En los dominios del gallego este hecho ya ha sido puesto de relieve por Carballo Calero (p. 55).

Suponho que o feito posto de relevo por Carballo Calero (1977) ao que se refere Taboada é o que figura na citação seguinte pertencente à Gramática deste autor: «En la comarca de Verín, la s final de sílaba se realiza co-

mo r fricativa ante consonante sonora. Si la relajación de estar es muy grande, se convierte en una aspiración laringea» (p. 137, n. 21).

Carballo Calero (1977) também regista outro caso de aspiraçom no galego da Limia, a aspiraçom da z final:
En la Limia la z final se aspira al modo de s final andaluza. Esta aspiración es muy tenue, de modo que prácticamente se percibe a menudo sólo como un alargamiento de la vocal anterior (p. 134).

Segundo Griffin (1965) o rotacismo e a aspiraçom aparecem simultaneamente numha «zona muy amplia entre la capital y el límite norte, aproximadamente, de Andalucía» (p. 410).

6. O rotacismo como manifestaçom diacrónica.

Um dos processos fonológicos históricos do galego que devem estar relacionados co rotacismo é o processo de assimilaçom que tivo sobretodo lugar na ênclise do verbo e o pronome clítico *lo(s), la(s)*, como mostram os exemplos seguintes:

- (25) a. achar-lo [achalo]
- b. acham-lo [áchalo]
- c. achas-lo [áchalo]

A assimilaçom de (25c) apresenta vários problemas entre os que o mais importante é que a direcçom da assimilaçom nom é conforme às regras doutras línguas (cf. Hankamer and Aissen 1974), como já anotamos acima, polo que podemos supor que a regra de rotacismo ou transformaçom do s em r se aplica antes da regra de assimilaçom. Se esta hipótese é correcta, como nos pensamos, as saídas da regra de rotacismo submeteriam-se à regra de assimilaçom, como mostra a derivaçom seguinte:

- (26) a. áchás-lo
- b. áchar-lo (rotacismo)
- c. áchal-lo (assimilaçom)
- d. ácha-lo (simplificaçom)

(26a) representa a estrutura de base; (26b) é o resultado da aplicacom da regra de rotacismo; (26c) é o resultado da aplicacom da regra de assimilaçom; e (26d) é o resultado da aplicacom da regra de simplificaçom consonántica.

Observemos que nesta derivaçom em que a regra de rotacismo precede a regra de assimilaçom, a direcçom desta última é conforme às regras de Hankamer e Aissen (1974).

7. Conclusom.

O fenómeno do rotacismo galego confirma a ideia que já expugnamos noutra ocasiom segundo a qual umha teoria fonológica adequada há de apre-

sentar necessariamente a forma dum sistema modular que contemple a interacção de várias subteorias parcialmente independentes para explicar a grande complexidade dos fenómenos fonológicos observáveis (cf. Chomsky 1982).

Umha destas subteorias é precisamente a relativa à Hierarquia de Intensidade que formulámos acima para explicar o fenómeno do rotacismo galego.

Outras subteorias fonológicas som a Teoria da Marca Fonológica, a Teoria Autossegmental, a Teoria Métrica, a Teoria dos Contactos Fonológicos, a Teoria Fonemática, a Teoria Fonética, a Teoria dos Traços Distintivos, etc.

A Teoria da Hierarquia de Intensidade pode explicar fenómenos como o rotacismo do galego, a assimilaçom nasal em espanhol (Vennemann 1972: 15, Hooper 1976: 200-201), a direcçom das assimilações (Hankamer e Aissen 1974), certos aspectos da estrutura silábica (Hooper 1976), a direcçom de certas mudanças históricas (Foley 1970), certos aspectos da adquisição fonológica (Menn 1975), etc., etc.

A Teoria da Marca Fonológica explica, entre outros fenómenos, a presença de «caces vides» em certos sistemas fonológicos como o dos dialectos de *gheada* do galego que apresentam a forma seguinte:

$$(27) \begin{array}{llll} p & b & t & d \\ & & & k \end{array}$$

Neste sistema, o lugar que corresponde ao fonema /g/ aparece desocupado, feito que podemos explicar dizendo que /g/ é um fonema muito marcado (cf. Gamkrelidze 1975). Em lugar do fonema /g/ aparece nestes dialectos de *gheada* o fonema /h/ que representa um dos fonemas nom marcados correspondente ao fonema /g/. Assi, a Teoria da Marca Fonológica já explica em parte o fenómeno da *gheada*. Para umha explicação completa deste fenómeno temos que servir-nos de outras teorias, nomeadamente da Teoria dos Contactos Fonológicos cujo princípio mais importante poderia ser formulado como segue:

(28) Na situação de duas línguas em contacto, L1 e L2, um fonema marcado de L2 é geralmente substituído por um dos fonemas nom marcados correspondentes (a miúdo presentes em L1) quando:

- a) os falantes de L1 usam L2.
- b) L1 é substituída por L2.

Este princípio explica de vez a substituição do fonema /g/ do Latin polo /h/ no processo de adopçom desta língua polos galegos, e a substituição de certos falantes bilíngües galegos do fonema /g/ por /h/ quando falam castelhano.

A Teoria Autossegmental, estendida à Harmonia Vocalica, explica fenómenos fonológicos consistentes na propagaçom dum traço fonológico dum

segmento a outros segmentos no interior dum domínio dado, ilustrado nos exemplos galegos seguintes:

- (29) cozinha [kuθiña]
 o vinho [fiñU]
 sentir [sintir]

Nestes exemplos, o traço [+alt] da vogal tónica propaga-se à vogal mé- dia pretónica.

A Teoria Métrica ocupa-se do estudo de fenômenos prosódicos e mé- tricos relativos ao acento, ao ritmo, etc.

B I B L I O G R A F I A

- Alvarez Fernández-Canedo, J. 1963. *El habla y la cultura popular de Cabrales*, RFE, Anexo LXXIV. Madrid.
- Bassols de Climent, M. 1962. *Fonética Latina*. Madrid, SCIC.
- Carballo Calero, R. 1966/1977. *Gramática Elemental del Gallego Común*, (1.ª 7.ª ed.) Galaxia. Vigo.
- Chomsky, N. 1982. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht (N.º), Foris.
- Enriquez Saído, M. C. 1976. «Fonética y Fonología del Gallego de O Grove», *Verba* 3 (127-160).
- Espinosa, A. M. 1935. *Arcaísmos dialectales*. Madrid.
- Fernández, J. A. 1960. *El habla de Sisterna*. Madrid.
- Fernández Rei, F. 1982. «Bloques e áreas lingüísticas do galego moderno», en *Grial* 77 (257-296).
- Florez, L. 1957. *Lengua y cultura popular de Antioquia*. Bogotá.
- Foley, J. 1970. Phonological distinctive features, *Folia Linguistica* 4 (87-92).
- Galmés de Fuentes, A. 1962. *Las sibilantes en la Rumanía*. Ed. Gredos. Madrid.
- Gamkrelidze, T.B. 1975. On the correlation of Stops and Fricatives in a Phonological System, *Lingua* 35 (231-262).
- Griffin, D. 1965. Rotacismo y aspiración: una nota sobre cronología dialectal, *Boletín de Filología de la Universidad de Chile* XVIII (407-411).
- Hankamer, J. & J. Aissen (1974). «The sonority hierarchy», em A. Bruck, R.A. Fox, & M.W. LaGalay (eds.) *Papers from the parasession on Natural Phonology*. Chicago (131-145).
- Hooper, J.B. 1976. *An introduction to Natural Generative Phonology*. Academic Press. Nova York.
- Krüger, F. 1914. *Studien zur Lautgeschichte westspanischer Mundarten*. Hamburg.
- Lorenzo, R. 1975. El rotacismo en las lenguas románticas, *Verba* 2 (119-136).
- Menéndez Pidal, R. 1904/1973. *Manual de Gramática Histórica Española*. Madrid, Espasa Calpe (6.ª ed.).
- Menn, L. 1975. Counter example to fronting as an universal of child phonology, *J. of Child language* 2 (293-296).
- Otero, A. 1963. Hipótesis etimológicas, *Cuadernos de Estudios Gallegos VII*, fasc. XXIV (89).
- Otero, C.P. 1971. *Evolución y Revolución en Romance. Minima Introducción a la fonología*. Barcelona, Seix y Barral.
- Prieto Alonso, D. 1985. Notas sobre o rotacismo galego, *Agalia* 3 (323-325).
- Prieto Alonso, D. 1986. *Prosodie et Syntaxe. La position des clitiques en galicien-portugais*, Regenboog Stichting. Groningen.
- Rodríguez Castellano, L. 1952. *La variedad dialectal del Alto Aller*, IDEA. Oviedo.
- Taboada, M. 1971. *Vocabulario y notas etnográficas de la Mezquita (Orense)*. Tese de licenciatura. Santiago de Compostela.
1979. *El habla del valle de Verín*, Anexo Verba. Santiago de Compostela.
- Vennemann, T. 1972. On the theory of syllabic phonology, *Linguistische Berichte* 18 (1-18).
- Vogel, I. 1977. *The syllable in phonological Theory, with special reference to Italian*, Ph. D. Dis. Stanford Un. U. Microfilms Int.
- Zamora Vicente, A. 1979. *Dialectología Española*, (3.ª ed.) Ed. Gredos. Madrid.

C54 L-88



NOTAS

Uma interpretação do «Velho do Restelo»

Por Gladstone CHAVES DE MELO

O episódio do «velho do Restelo», de *Os Lusíadas*, é a passagem do poema camoniano que mais tem dado margem a interpretações e perplexidades, pelo que representa de contradição à substância mesma do poema. Num artigo que escrevi em junho de 1980 para o *Jornal de Letras*, do Rio de Janeiro, chamei ao episódio o «Anti-Lusíadas», sem saber que a mesma idéia já ocorreu antes ao Prof. Ouwens Post, o que não é de surpreender, porque se trata de coisa quase óbvia.

O Visconde de Juromenha, Teófilo Braga, Hernâni Cidade, Rebello Gonçalves, Roger Bismut, Jacinto do Prado Coelho, Giuseppe Tavani, entre outros, ocuparam-se do «velho de aspeto venerando», que misteriosamente apareceu na Praia do Restelo, à hora da partida das naus, fez um eloquêntíssimo discurso e misteriosamente desapareceu, sem deixar nome nem explicar a que veio àquele lugar e àquela hora.

Sem, de modo nenhum, querer ser irenista, tenho para mim que todas as interpretações são válidas (como agora é moda dizer), inclusive a erudita de Rebello Gonçalves, que vê, no discurso, a voz dos homens do norte de Portugal, conservadores e apegados à terra, e um eco dos coros da tragédia grega. Seria também a voz do «homem da rua» e da aristocracia inconfundida com a perigosa audácia dos reis, o choque da política mediterrânea contra a política ultramarina (tão bem glossado por Fernando Pessoa em *Mensagem*), o contraponto da orquestração laudatória.

Será tudo isto e mais alguma coisa. Mas para mim tem um sentido mais profundo e mais íntimo.

O velho do Restelo, anti-herói, é o maior dos heróis camonianos, maior do que o próprio Vasco da Gama; seu discurso é o mais eloquente e caloroso dentre os tantos discursos que enchem o poema; tem uma intensidade e uma força de persuasão que nenhum outro possui. Dele se pode dizer aquilo de Pascal: «La vraie éloquence se moque de l'éloquence».

De onde essa força, donde esse fascínio arrebatador, donde a extraordinária pujança daquelas palavras tiradas do «experto peito»?

Ouso dizer que todas as supra-referidas «leituras» são insuficientes para explicar o estranho episódio que, em oitenta e oito versos, condena o que os outros oito mil setecentos e vinte e oito enaltecem em voz canora e belicosa, que o peito acende e a cor ao gesto muda.

Existe, por certo, algo de misterioso neste misterioso contraponto.

Para mim, só há uma explicação: o velho do Restelo é o próprio Camões. É o Camões devolvido à pátria, à «ditosa pátria minha amada», e que a encontra decadente, submersa em «austeria, apagada e vil tristeza». O mesmo ardoroso patriota que cantou as glórias da expansão marítima, a construção do Império, vê agora, desiludido, já desdenhando sua grande cultura e vasta erudição, «nom um saber só de experiências feito», numa vida de sofrimentos, de exílios, de privações, de maior conhecimento dos homens, do falso louvor dos áulicos, da falta de espírito público dos homens públicos, Camões, velho e alquebrado, sem negar nem diminuir —notem bem!— o extraordinário valor da expansão da Fé em terras de inféis, invectiva, com a maior veemência, o lado negativo, sem grandeza, da epopeia real escrita nos mares e nas terras conquistadas:

Ó glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos fama!
Ó fraudulento gosto, que se atica
Cúa aura popular que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles exprimentas!

* * *

Tenho como certo —excusem-mo!— que o famoso e misterioso episódio foi escrito depois de pronto o poema.

O Canto Quarto terminaria na estância noventa e três, como é altamente provável, para não dizer quase evidente:

Nós outros, sem a vista alevantarmos
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,
Por não nos magoarmos ou mudarmos
Do propósito firme começado,
Determinei de assi nos embarcarmos,
Sem o despedimento costumado.
Que, posto que é de amor usança boa,
A quem se aparta ou fica mais magoa.

Fim. Nada mais para dizer. Completado o Canto. Vão partir as nauzes, vamos desfralda velas ao vento e sair à aventura, pisando afetos, vencen-

do a invencível saudade portuguesa, fechando os corações ao descompasso. Que mais falta para encerrar um Canto?

Mas...

Note-se que o episódio do velho imortal principia com a adversativa, que é a forma normal de retomar uma narração, ou de acrescentar-lhe qualquer coisa inesperada, contestante, ou lembrada já a contratempo. No caso, não se trata de contradição ou restrição ao anteriormente dito, como é o que habitualmente sugere o conectivo *mas*. Tratar-se-á, pois, do inesperado, do inopinado, do totalmente imprevisto.

Há contradição, sim, com o resto do poema, com o antes e com o depois do episódio; não, porém, na seqüência do sentido, com o embarque sem o despachamento costumado. O velho não vai censurar esta, digamos, falta de cortesia, essa infracção à «usança boa», essa aparente dureza de coração e falta de afeto. Não!

Muda-se o narrador. Deixa de falar Vasco da Gama, e toma a palavra o venerando e incógnito ancião, que, apesar da voz pesada, foi ouvido claramente pelos aventurosos navegantes. Passado o estranho episódio, retorna a palavra o chefe da expedição, no começo do Canto Quinto.

Estas e outras considerações que eu pudera fazer levam-me à forte impressão de que o trecho foi inserido muito depois. Foi redigido por outro Luís de Camões. Não aquele, cheio de entusiasmo, que se tornara a voz da pátria, para cantar os inexplicáveis feitos dos habitantes da «pequena casa lusitana». Para celebrar, brandindo fatos reais, uma epopeia já escrita antes nos mares do mundo, nas partes do Oriente e «na quarta parte nova».

Agora temos um velho desencantado a cantar a sua palinórdia. Como que a pedir perdão do que, com tanto engenho e arte, disse a em estilo grandiloquo e corrente.

Camões disse do velho que ele tinha um saber só de experiências feito. Mas — renascentista que era — no próprio discurso o desmente, porque o orador da praia do Restelo faz alusão ao «miserando» Faetonte, ao «grande arquiteto» Dédalo, com o filho Icaro, vítimas de um desastre fatal. São casos mitológicos, que supõem estudo, informação, erudição. Portanto, o «só de experiências feito» tem de ser entendido como uma hipérbole, uma sobrevalorização da experiência, um como já tardio desprezo pela vã ciência haurida nos livros.

Isto afina com o que o poeta de si mesmo diz já quase no fim do Poema, na estância 154 do Canto X: «Não me falta na vida honesto estudo,/ com longa experiência misturado». E esta madura experiência lhe ensinou, vitalmente, que a maior paixão humana é a paixão do mando, do domínio, do querer ser mais, a soberba, o orgulho, o *eritis sicut dii* (*Gn*, 3, 5) soprado, na aurora da humanidade, aos nossos protoparentes. Daí a tremenda catilinária, *ex abrupto* como a ciceroniana, a execração da glória de mandar, da vã cobiça, da vaidade, do ardente desejo de fama.

* * *

A ser aceitável minha hipótese, como creio, teríamos que Camões alterou o início do Canto Quinto, para emendá-lo com o acrescentado fecho do Quarto.

Dando de novo a palavra a Vasco da Gama, o poeta assume a psicologia do chefe da expedição, e mostra nele menosprezo e até má-vontade contra o autor do terrível discurso, embora reconheça que o importuno e inopportuno orador era um *honrado* velho. Mas acrescenta que ele *vociferava*, termo que me parece aqui tomado pejorativamente, embora Auelete lhe de como primeiro sentido «proferir ou pronunciar em voz alta». E vêm como exemplo precisamente as palavras introdutórias do Canto Quinto de *Os Lusíadas*. No entanto, anacronicamente talvez, sinto o verbo como «dizer com ira», «berrar», «gritar com raiva e impertinência», podendo até contar com um erudito que me trouxesse aqui um passo de Virgílio igualzinho, que seria «fonte» de Camões: «*Talia uociferans* gemitu tectum omne replebat» (*Aen.*, 2, 679) - «Estas palavras *tais* o velho honrado *vociferando* estava»...

A continuação, porém, mostra que a objurgatória não terá produzido a menor comoção, o menor abalo no capitão e marinagem: «quando abrimos/as asas ao sereno e sossegado/vento, e do porto amado nos partimos» (*Lus.*, V, 1). A menos que este trecho já estivesse na suposta redação primitiva.

É claro que não quero perder-me em divagações inúteis, mas é objetivamente certo que, na redação a nós chegada, depois do discurso do ancião, o Gama, tranquilo, deu ordem de partida, abrindo velas ao sereno e sossegado vento.

Depois da tempestade armada pelo «velho honrado», paz e bonança na natureza física. Indiscutivelmente um contraste...

* * *

Aí está, em modesta exposição, o que tenho pensado do mais eloquente discurso camoniano e da identidade do misterioso personagem, herói sem nome e sem jaça, que seria o próprio autor do magnífico poema, cansado, desiludido das ilusões da vida, armado não já de ciência, mas de *sabedoria*, um Camões já todo voltado para a Jerusalém Celeste, chorando sentado «sôbrios rios que vão por Babilônia».

Um vilancico mindoniense de 1825 conservado em Toro (Camora)

Por José-Martinho MONTERO SANTALHA

Esquema:

- 1.—A edição de Manzano.
- 2.—Os comentários de Pensado.
- 3.—Mondonhedo 1825.
- 4.—Texto do vilancico.
- 5.—Variantes e erros do manuscrito camorano.
- 6.—A língua.
- 7.—As ideias.
- 8.—O autor.
- 9.—A música.
- 10.—Pervivência do texto: os vilancicos de 1880 e 1893.
- 11.—De Mondonhedo a Toro.

1. A edição de Manzano

O músico e compositor camorano Miguel Manzano publicou em 1987 a partitura de um vilancico de Natal com texto em galego (isto é: em português de Galiza) que se conserva manuscrita no convento de religiosas de Sancti Spiritus da cidade de Toro, na província (castelhano-leonesa de Camora¹). O texto responde à forma mais simples de vilancico cantado, constituída por dois elementos: por uma parte, um estribilho ou refrão que se repete várias vezes no curso da peça e é cantado por um coro, e por outra, diversas coplas ou estrofes —7 neste caso— entre as quais se intercalia a repetição do estribilho e que som cantadas por solistas. O editor pensa que «melodia, texto, caligrafia y papel del *Villancico Gallego* permiten ase-

(1) *Villancico en gallego al Nacimiento de N. S^{ra}. Jesucristo con/Acompañamiento de Organo/con todos los instrumentos pastoriales; los que se tocarán (a compás) en los intervalos de Organo, y en el Coreado: en las coplas estean callados; o lo más;/que toquen mui piano./Sti. Spiritus de Toro, editado por Miguel Manzano, Zamora 1987* (na «Colección de Documentos Musicales Navideños de Zamora», núm. 5). O texto acompaña a melodia (pp. 13-25).

gurar con bastante probabilidade que este curioso documento ha sido escrito hacia finales del pasado siglo»².

Mais tarde, José Luís Pensado reeditou o texto num artigo de jornal, tomando-o da edição de Manzano e acompanhando-o de breves comentários³. Como sempre, as anotações de Pensado, que com grande sensibilidade vem prestando a este tipo de textos umha atenção que vai além do mero interesse histórico-lingüístico, som esclarecedoras, e, embora neste caso se devam matizar algum aspecto accidental como consequência dos novos dados que aqui apresentamos, podem sevir-nos de ponto de partida para fazer umha nova análise do assunto⁴.

2. Os comentários de Pensado

O facto de o manuscrito proceder de terra castelhana induz Pensado a colocá-lo na lista dos «villancicos de galegos», denominam com que identificamos aqueles villancicos em que, de maneira claramente diferenciada, aparece como protagonista a personagem do «galego». Polo contrário, nos villancicos propriamente galegos, criados de modo natural na mesma Galiza, non há umha personagem de «galego» explicitamente diferenciada, apesar de que, claro está, son galegas as personagens que falam e comotais aparecem.

Os «villancicos de galegos», por sua vez, formam parte de umha ampla classe, os «villancicos de forasteiros», nos quais intervém algumha personagem que para os ouvintes do lugar resulta foránea mas ao mesmo tempo suficientemente familiar como para poderem reconhecer-la por alguns elementos característicos (especialmente, polo modo de falar). Esta classe de villancicos explora, pois, um meio de diversom dos espectadores que é frequente no teatro, e que, em última instancia, se baseia no velho princípio

(2) *O. cit.* (na nota precedente), pág. 8. Assim esta cita como todas as referências à edição, tomamo-las do artigo de Pensado que a seguir comentamos.

(3) José Luis Pensado, «Dios deixa de nacer gallego», em: *La Voz de Galicia* (A Coruña), terça-feira 14 de junho de 1988, pág. 3.

(4) Citamos a seguir alguns trabalhos mais recentes de José Luis Pensado sobre esta matéria (quando non se indica outra cosa, entende-se que o artigo citado apareceu no jornal *La Voz de Galicia* da Coruña): «Portugues y gallego en los villancicos de Juan Bautista Comesa», em: *Cuadernos de Estudios Gallegos* (Santiago de Compostela) 35 (1984-85; fascículo 100) pp. 659-675; «Los villancicos galegos en Portugal», 2 de Janeiro de 1985 (reeditado no seu livro *El gallego, Galicia y los gallegos a través de los tiempos* (Ensayos), Edit. La Voz de Galicia, Coruña 1985, pp. 62-64); «Un nuevo villancido 'gallego'», «el gallego del nuevo villancico», «De Santiago a Sayago», na mesma obra, pp. 283-293; «Los villancicos galegos de Tomás de Mioceces», 2 de Janeiro, 26 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1986; «Disputa en el portal de Belén», quarta-feira 24 de Dezembro de 1986, pág. 3; «Ay como sona a gayta gallega!», terça-feira 6 de Janeiro de 1987, pág. 3; «El villancico de Amaro, vestido de Coruña», sexta-feira 9 de Janeiro de 1987, pág. 3; «Esta noche un niño nace», terça-feira 22 de Dezembro de 1987, pág. 3; «Ay, ay, ay, poys nace en nosa terra», quinta-feira 24 de Dezembro de 1987, pág. 3; «Villancico de jubileo», segunda-feira 28 de Dezembro de 1987, pág. 3.

formulado por Aristóteles de que observar a imitação de algo que nos é conhecido produz-nos prazer⁵.

Quer isto dizer que os «vilancicos de galegos» seriam típicos de terras mais ou menos vizinhas da Galiza (mormente Castela e Portugal) onde, por ser bem conhecida a nossa gente, a personagem do «galego» podia ser facilmente reconhecida polo auditório. Dispomos de exemplos deste género de vilancicos desde o segundo quartel do século XVIII até aproximadamente os fins do XVIII⁶.

Discorrendo sobre a desaparição do «vilancico de galegos» nas terras hispânicas, sugere Pensado que talvez este vilancico de Toro nos poda pres-tar algo de luz sobre tal morte, que ele considera inexplicada.

Ainda que nom o declare expressamente, parece-nos entender que a luz que pode dar este novo texto procede de duas circunstâncias especiais. Em primeiro lugar, da sua dataçom tardia: Pensado, corrigindo a opiniom de Manzano antes citada, adverte (talvez com bom tino, como veremos) que o manuscrito de Toro bem pudera ser nom dos fins mas dos começos do sécilo XIX; em qualquer caso —observarmos nós— seria este o mais recente de todos os vilancicos de galegos até agora conhecidos. Em segundo lugar, da sua proximidade geográfica à mesma Galiza (máxime se por «Galiza» entendemos nom só as quatro províncias de Corunha, Lugo, Ourense e Ponte-Vedra, mas todo o território espanhol de fala «galego-portuguesa», pois, como é sabido, umha parte da acutal província española de Çamora fala ainda hoje umha modalidade gallega de português).

Em consonânciam com essas consideraçons, Pensado afirma que este texto «parece también canto de cisme de un género literario ya a punto de fenercer»; e isto nom só por motivos cronológicos mas também pola mesma con-

(5) «Em geral, duas causas parecem ter gerado a literatura, ambas naturais. Em primeiro lugar, imitar é algo conatural ao ser humano desde a infância, e diferencia-se dos demás animais em que é mui propenso a imitar, e adquire os seus primeiros conhecimentos mediante a imitação. Em segundo lugar, todos desfrutamos da imitaçom; boa prova disto é que há coisas cuja observacom directa nos desagrada, mas gostamos de observá-las reproduzidas com a maior fidelidade, por exemplo, animais repugnantes ou cadáveres» (Aristóteles, *Poética* 1448b).

(6) Vem-se citando como exemplo mais antigo de «vilancico de galegos» o cantado na vila portuguesa de Vila Viçosa, no distrito alentejano de Évora, em 1637 («[Ai!, se nosso Deus gallego se faze]», editado por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *Caucionero da Ajuda*, Halle a.S. 1904 (= reeditado facsimilar, Torino 1966), vol. 2.º, pág. 189, e mais tarde por Xosé M.ª Alvarez Blázquez, *Escola de poesía galega, II: a poesía dos séculos XIV a XIX (1344-1830); Ordeación, estudos e notas por*-, Edit. Galaxia, (Vigo 1959), pág. 114. Sobre este género de vilancicos, podem ver-se, além dos trabalhos de Pensado citados na nota 4., as seguintes publicações: Rodrigues Lapa, *Os vilancicos, O vilancico gallego nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa 1930 (estudo introdutorio e edição de 20 «vilancicos de gallegos»; os textos foram depois recolhidos por Alvarez Blázquez na antologia citada nesta mesma nota; a introduçom foi reimpressa em *Agália* (A Corunha) núm. 11 (outono 1987), pp. 351-361, infelizmente desprovista das notas); Amado Ricón, «Feira de Vilancetes Galegos apanhados nos fondos da 'Hispanic Society of America' de Nova Iorque», en: *Crial* (Vigo) núm. 58 (1977); Xoan M. Carreira, *Os «vilancicos de galegos» na literatura das eireixas ibéricas e americanas nos séculos XVI ao XVII*, Cadernos da Escola Dramática Galega, núm. 58, Corunha, Dezenbro 1987 (com ulterior bibliografia, referida principalmente ao aspecto musical).

textura literária, que o leva a reconhecer que «representa una pieza curiosa dentro del género». Mais ainda: depois de umha observaçom mais demorada do texto, tanto no seu aspecto lingüístico como no que diz respeito ao conteúdo, acabe finalmente por sugerir que na realidade neste caso nos encontramos já nom no campo dos vilancicos de galegos mas no dos vilancicos (propriamente) galegos⁷.

Há nestas observaçons de Pensado umha certeira intuiçom que cremos poder confirmar. Mas, antes, digamos algo sobre esse suposto mistério da morte do «vilancico de galegos»⁸.

Na realidade, tal morte nom tem nada de misterioso: o «vilancico de galegos» desaparece quando desaparecem da Liturgia todos os vilancicos de qualquer espécie; a saber: entre fins do sécilo XVIII e começos do XIX; e isto, por causas fundamentalmente intraeclesiás, relativas ao ordenamento litúrgico⁹. A sobrevivêncê dos vilancicos, especialmente de Natal, na liturgia da catedral de Mondonhedo durante todo o sécilo XIX — neste caso, ademais, nom já «vilancicos de galegos» mas propriamente galegos na sua maioria — constitui um fenômeno excepcional, na verdade admirável, que haverá que explicar por factores especiais¹⁰.

3. Mondomhedo 1825

Á vista dos dados que agora aduziremos, parece-nos seguro que o vilancico de que nos estamos ocupando procede — polo menos no que se re-

(7) Eis como se expõe Pensado: «en conjunto, el gallego del villancico es normal, con sus castellanismos y cultismos, cono los puede ofrecer cualquier otro escrito gallego (*Dios, dicha, ermoso, meloso, dulce, etc.*). Ya no se despliegan prevariaciones idiomáticas que hagan reir al auditorio y le certifiquen de su superioridad lingüística. La lengua ha tocado, al fin, al auditorio y le remata: el villancico de gallegos se ha convertido en un villancico en gallego. Al fin queda olvidada nuestra triste suerte, ya no se la enlaza con la del Niño Dios (...). También se silencian aquellas notas burlescas o hirientes que acompañaban, en sus mejores tiempos, al villancico de gallegos (...)». El villancico de gallegos ha muerto y de él resucita un villancico en gallego» (recíftico na lugam caso a pontuacôom, um campo no qual Pensado se mostra por vezes algo descurado).

(8) Sobre este punto diz Pensado: «no tenemos idea clara sobre la muerte y desaparición del villancico de gallegos en la tierra que le vio nacer: en Castilla y Portugal»; e seguidamente afirma que «su ocaso es oscuro, silencioso e impreciso».

(9) Joám Trillo resume bem estes factos, a propósito da catedral compostelana: «A finais do s. XVIII o vilancico entra en decadência, porque se dà unha invulvencia religiosa na Igrexa, e entón empezan a escasear ou a ser de proporções mais reducidas. Este é provavelmente o motivo polo que Melchor López non lle pon música no 1793, a todo o texto de *On dás casa, zelle hai licéncia?*, senón só á tonadilla *A nosa gaita*. Devido a esta decadência ou proibizón de seguir cantando vilancicos, no 1797 Melchor López compón toda unha serie de responsores de Nadal que os vilancicos substitúan» (Joám Trillo, «Os vilancicos galegos de Melchor López», em: Melchor López, *Vilancicos galegos da catedral de Santiago: Edición ao cuidado de Joám Trillo e Carlos Villanueva*, Ed. do Castro, Sada/Corunha 1980, pp. 17-18). Xoán M. Carrera póm en resalte o papel da guerra anti-napoleónica na evoluçom dos gostos musicais: (O vilancico) «Se no cambio de século xa esmorecia, a(s) guerra(s) contra de Napoleón deron co xenero no desprezo e no esquecemento. (...) Tras de 1812 xa nada sería como antes nem siquer nas capelas musicais» (*o. cit.*, na nota 6, págs. 8).

(10) Para um catálogo detalhado — que hoje devêríamos completar e até rectificar em vários pontos — dos vilancicos mindonienses, vid. o nosso trabalho «Vilancicos galegos cantados na catedral de Mondonhedo, em: *Estudios Mindonienses* (Ferrol) 2 (1986) pp. 464-469; o vilancico mais antigo data de 1793, e o mais recente de 1903.

fere ao texto; provavelmente também a música, mas este ponto seria preciso verificar-lo — da catedral mindoniense, onde foi cantado no ano 1825, com música de José Pacheco, maestro de capela (ou seja, compositor musical do cabido catedralício) naquela altura.

Na secção de música do arquivo da catedral de Mondonhedo conserva-se a partitura autógrafa do maestro Pacheco, datada em Dezembro de 1825¹¹. Como costuma suceder, essa partitura geral somente recolhe, além do estribilho, a primeira das coplas. As restantes coplas, por levarem a mesma música, nom interessavam tanto na partitura geral: bastava com que estivessem nas partituras particulares («particelas») dos solistas que deviam cantá-las. Desafortunadamente as «particelas» deste vilancico correspondentes aos tipos primeiros — aos quais incumbia o canto das coplas neste caso — nom chegarom até nós. Sucede o mesmo com vários dos vilancicos de Mondonhedo; o seu texto é-nos conhecido somente polas partituras e, por esta razom, está incompleto.

Deste modo, vem a resultar que a partitura conservada no convento de Sancti Spiritus de Toro salvou-nos as coplas 2 a 7, ausentes no manuscrito mindoniense e portanto desconhecidias.

4. *Texto do vilancico*

A seguir editamos novamente o vilancico completo: estribilho e 7 coplas. Tomamos da partitura de Pacheco o estribilho e a primeira copla, únicas partes de texto ai contidas; as coplas 2-7 transcrevemo-las de Pensado. Em coluna paralela oferecemos uma versão normativizada nos aspectos ortográfico e morfológico mas respeitando escrupulosamente as raízes léxicas¹².

<i>Festa temos, Galleguiños;</i>	1	<i>Festa temos, galeguinhos!;</i>
<i>alegria, a Belén vamos;</i>		<i>alegria, a Belém vamos!;</i>
<i>dos Anxeles, è Pastores</i>	3	<i>dos anjos e dos pastores</i>
<i>Ouzco xá o meloso canto.</i>		<i>ouço já meloso canto.</i>

Coplas

<i>1 A Dios gloria nas alturas</i>	5	<i>A Deus glória nas alturas,</i>
<i>na terra paz os humanos</i>		<i>na terra paz aos humanos;</i>
<i>non accubo d'alegría;</i>	7	<i>nom acoubo de alegria;</i>
<i>ay, q^e. dicha q^e. regalo!</i>	8	<i>ai, que dita, que regalo!</i>

(11) A partitura tem o seguinte título: *J[esús], María, José, Original de un Villancico Gallego al Sto. Nacimento. P^a, el año de 1825. Del Mtro Pacheco.* No fim está datada e assinada «Mond^a. y Diciembre. 22 de 1825. / José Pacheco».

(12) Sobre estes critérios de edição normativizada, vid. as advertências que formulamos no artigo «Sacerdotes da diocese de Mondonhedo que foram escritores em língua portuguesa», em: *Estudios Mindonienses* (Ferrol) 2 (1986) pp. 457-460.

2	<i>; Albricias! que son cumpridos os vaticinios sagrados; xsa chegou, beña endebén, o Mesías deseado.</i>	9	<i>Alvriças, que som cumpridos os vaticinios sagrados!: já chegou, venha endebém, o messias deseado.</i>
3	<i>Num pobre portal nasceu o noso Dios humanoado: oscuro, pobrech'e desnudo, sin abrigo, malpocado.</i>	13	<i>Num pobre portal nasceu o nosso Deus humanoado: oscuro, pobre e desnudo, sem abrigo, mal-peccado.</i>
4	<i>E un neno tan ermoso, tan bonito, que he un pasmo; estache, miña vidinha, n'unhas pallinhas deitado.</i>	17	<i>É um neno tam formoso, tam bonito, que é um pasmo; está-che, minha vidinha!, numhas pallhinhas deitado.</i>
5	<i>; Ay, cantas bágoas bota, meu corazon, meu encanto! esas bágoas, queridinho, son polos nostros pecados!</i>	21	<i>Ai, quantas báguas bota, meu coraçom, meu encanto! Essas báguas, queridinho, son polos nossos pecados.</i>
6	<i>Non chores, ¡o dulce prendal!, non chores Jesus amado, que eu hay de ser bo prometo, da tua gracia axsudado.</i>	25	<i>Nom chores, ó doce prenda! nom chores, Jesus amado, Que eu hei de ser bom prometo, da tua graça ajudado.</i>
7	<i>Belen, cyudad entre as grandes, a mais grande nun estabulo; pequena nun rincon pobre, tes todo o ceo apiñado.</i>	29	<i>Belém, cidade entre as grandes e mais grande, num estabulo pequeno, num rincon pobre, tés todo o céu apinhado.</i>
		31	
		32	

5. Variantes e erros do manuscrito çamorano

a) Variantes

Pode resultar útil, antes de mais, confrontar os dous manuscritos na parte de texto que lhes é comum; ou seja: no estribilho e na primeira copla. Tomando como original a partitura mindoniense, e como cópia a de Toro, podemos estabelecer nesta segunda três classes de variantes: 1) diferenças de natureza exclusivamente ortográfica; 2) suppressão da palavra *xá* (= já) no v. 4; e 3) acougo em vez de *acoubo* no v. 7.

1) Variantes gráficas.

Algumas das variantes textuais da partitura conservada em Toro, som, segundo cremos, simples erros ortográficos do amanuense: = *gallegiños* (v. 1). A luz do manuscrito de Pacheco, que traz *Galle-*
guiños, nom cremos deva ver-se aí um testemunho de «gheada», como opi-

na Pensado¹³, mas umha simples falta ortográfica. Prova disso pode ser que nom aparecem em todo o texto —e em nengum de ambos os manuscritos— outros indícios gráficos que podam delatar tal fenómeno fonético, pois o fonema /g/ representa-se sempre regularmente (isto é: por meio da letra *g*), com essa única excepção, explicável por encontrar-se aqui a consoante seguida de vogal /i/ e, portanto, exigir para a correcta representação gráfica o uso da letra *u*; trata-se de um erro ortográfico mui frequente em gente com menos escolarizaçom. Ocore o fonema /g/, além de na primeira sílaba da mesma palavra *galleguínos*, nos seguintes vocábulos: *alegria* (v. 2 e 7), *gloria* (5), *regalo* (8), *sagrados* (10), *chegou* (11), *abrigo* (16), *bágoas* (21 e 23), *gracia* (28), *grandes* (29), *grandes* (30). De resto, como se sabe, a «gheada» é fenómeno desconhecido no português falado na zona de Mondonhedo.

= *bamos* (v. 2): erro ortográfico comum; cfr. no v. 11 *beña* (= *venha*).

2) *Supressom da palabra xà* (= já).

A forma *ouxo* (v. 4) parece, por um lado, reproduzir desfiguradamente a forma original *ouzzo*, trocando -zc- em -x- (confusom fácil na leitura de textos manuscritos); mas, visto haver-se suprimido a palavra *xà* (= já), que no manuscrito de Pacheco segue depois de *ouzzo*, parece, por outro lado, ter-se adido ademais umha espécie de mistura ou salto de olhos com este vocábulo —supondo, naturalmente, que a edição seja fiel neste ponto—. Seja como for, nom há motivos para pensar que a tal forma *ouxo* poda ter, ou haver tido, correspondência na fala real, e tinha razom Pensa-
do em fazer notar a rareza desse vocáculo¹⁴.

Que a falta da palavra *xà* é erro, e conseguintemente que o manuscrito de Toro é cópia do mindoniense e nom viceversa, confirma-se também pola análise métrica deste verso quarto. Na versom camorana teríamos que ler o verso fazendo hiato entre *ouxo* e o artigo *o*, a fim de salvaguardar assim a medida silábica (7 sílabas)¹⁵, rigorosamente mantida em todo o poema. Ora, é sabido que umha característica versificatória fundamental da poesia moderna em língua portuguesa (incluindo aqui naturalmente também os poetas galegos) é a tendência a evitar no verso os hiatos intervocabulares de vogal final átona com a vogal inicial da palavra seguinte, mediante sinalefa ou crase ou mesmo elisom¹⁶. No que diz respeito concretamente à Galiza,

(13) «Notéase *galleguínio* con -LL- y *geada*», afirma Pensado.

(14) [...] «una rara forma de presente del verbo *oir*: *ouxo*, en vez de *ouzo* y *oyo*, en la letra del coro».

(15) Seguimos o sistema português de contagem silábica dos versos, atitude que consideramos mais razoável, ao tratar-se de textos em língua portuguesa, embora na Galiza se venha aplicando com mais razoabilidade o sistema castelhano, por efeito da nossa dependência cultural e literária a respeito da Espanha: vid. também sobre este ponto o artigo citado na nota 12. Metricamente o presente vilancico é, pois, um romance de 32 versos heptassilabos, distribuídos em 8 quadras, com rima grave em a-o.

(16) [...] «pode-se afirmar que, desde o século XVI, os poetas da língua manifestaram uma decidida e difinitiva opção por solucionarem com *sinalefa* ou *elisión* os encontros vocálicos intervocabulares, a fim de conseguirem para os seus versos una estrutura más continua, mais fluente, más plástica» (Censo Cunha, Luis F. Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lisboa 1984, pág. 670).

tanto a poesia popular como os grandes mestres do verso (Rosalia, Curros, Pondal, Cabanillas, Noriega) mostram neste ponto umha fidelidade admirável a esse principio subconsciente. Também o autor do presente vilancico é fiel à norma: em todos os casos em que ocorre encontro de vogal final átona com outra vogal evita ele o hiato. Eis os versos afectados, onde sinalmos com traços a divisom silábica:

= crase; «a-le-gri-a a-Be-len-vamos» (v. 2), «tan-bo-ni-to-que he-un-pasmo» (v. 18), «que eu-hey-de-ser-bó-pro-meto» (v. 27), «da-tu-a-gra-cia-a-xsu-dado» (v. 28), «Bé-len-cyu-da-de en-tre as-grandes» (v. 29), «tes-to-do o-ce-o a-piñado» (v. 32);

= elisom: «nom-a-cou-bo-d'a-le-gria» (v. 7);
= sinalefa: «xsa-che-gou-be-ña en-de-bén» (v. 11), «Be-len-cyu-da-de en-tre as-grandes» (v. 29).

Seria, pois, umha excepcóm dificilmente explicável o verso que aparece como quarto no manuscrito de Toro, com um hiato contrario à tendêcia geral da língua e do próprio autor: «ou-xo-o-me-lo-so-canto».

Por sinal, esta regularidade métrica do poema faz-nos estar certos que o v. 15 («oscuro, pobr'ch'e desnudo» na cópia de Toro) deve corrigir-se em «oscuro, pobre de desnudo»: *pobr'che* deve de ser, pois, um erro do copista ou do editor¹⁷.

3) acoubo / acougo.

Caso diferente dos anteriores é o da variante *acougo* da partitura de Toro, correspondente à forma *acoubo* do manuscrito mindoniense: ambas (*acougar* / *acoubar*) son, como é sabido, formas vivas na fala da Galiza (cujo território se repartem). Por certo, esta voz galega parece estar também representada na zona leonesa (ou salmantina), onde *acalugar* tem um significado semelhante ('descansar, repousar').

b) Outras particularidades.

Passando agora à parte exclusiva do manuscrito de Toro (coplas 2-7), achamos as seguintes irregularidades, que nom estamos seguros de que pertençam ao manuscrito: poderiam até ser simples gralhas de imprensa.

Já nos referimos à forma *pobr'ch'* (v. 15), quanto a nós, erro de cópia ou ediçom.

Em *queredíño* (v. 23), por *queridíño*, poderíamos ver umha ultracorrecção, como reaccion ante a tendência popular à chamada harmonizaçom vocálica que faz pronunciar *pequeninho* em vez de *pequeninho* ou *andurin-*

(17) Sobre esta forma adverte Pensado: «En la copia 3 aparece un *pobr'che* un tanto extraño: podría ser, si no es errata, una variante de *pobr'cho* (*pobre* con sufijo afectivo -echo: *pequerrecho*, *pequenicho*, *folecho*, *cormecho*, *rabecho*, etc.) ya que analizano *pobr'che* 'éche pobre' no casa bien en el texto, que retocamos».

ha em vez de *andorinha*. Mas é inseguro: em outros vilancicos mindonien-ses achamos sempre a forma correcta *queridíño*¹⁸.

O *nostros* do v. 24 —se é que efectivamente assim diz o manuscrito— contrasta com a forma correcta *noso* no v. 14. Tem que ser erro. Se procede do copista, indicará que era de fala castelhana; terá transformado um *noso* original sob o influxo do castelhano *nuestros*.

Igualmente *hay* (v. 31), por *hey* deve de proceder de um erro do amanuense.

Supomos que *pequena* (v. 31) será erro por *pequeno*, referido a *establo*, com cavalgamento. Modificamos, pois, a pontuação dessa derradeira estrofe, de acordo com o sentido mais lógico.

6. A língua.

a) Ortografia.

A ortografia empregada em ambos os manuscritos é, em geral, a castelhana, comum —com leves desviações— nos textos galegos em língua portuguesa escritos em época moderna. Rota pola colonização lingüística castelhana a continuidade diacrónica com o idioma medieval escrito e impedida pola fronteira político-cultural a continuidade sincrónica com o idioma escrito contemporâneo, quem se decidia a fixar por escrito a língua que falava nom tinha outro meio de fazê-lo que lançando mão do sistema ortográfico que aprendera e conhecia, o espanhol.

Assim, achamos *ll* em vez de *lh* (*Galleguíños* com castelhanismo também fonético, *pallínas*, *-n* em vez de *-m* (*Belen, non, son, tan*), *ñ* em vez de *nh* (*Galleguíños, beña, viduña, pallínas, apañado*), *-s* - em vez de *-ss-* (*Mesñas, noso*).

Algo nos surpreende a grafia *naceu* (v. 13), com *-sc*, de que nom achamos outros testemunhos nos vilancicos mindonenses e que seguramente nom corresponde à fala de Mondonhedo¹⁹ (como de resto nom se corresponde ainda hoje com a pronúncia de nengum lugar da Galiza nom sesante; na Galiza sesante, polo contrário, as grafias *-ce-* e *-sce-* têm igual valor). Podemos deduzir, pois, que tal grafia nom procede do autor do poema.

A grafia *os* (v. 6) por *aos* reflecte a pronúncia popular descuidada, comum hoje tanto na Galiza como na área luso-brasileira, cujos primeiros testemunhos emergem já ocasionalmente em textos medievais.

(18) Por exemplo: no de 1815: «Canto, canto me recreas,/meu amor, meu queridíño»; no de 1817: «Meu Queridíño/canto me pasma/yerte nus trapos/cando tes galas»; no de 1818: «Cala, queridíño, calay»; no de 1828: «Meu Queridíño, meu ben,/miña xola, meu amor».

(19) Eis os mais antigos exemplos das palavras da família léxica de *nacer*. No vilancico de 1793: «Por ser oxe ó dia do seu nacemento»; de 1796: «por que disque aqui *naceu* [Noso Señor esta noite]», «aqui neste aipende agora *naceu*»; de 1811: «nun portalo/*naceu* tembrando»; de 1813: «d'aquel Neno bonitíño/que nun Pesebre *naceu*»; de 1814: «na noite dô *Nacimento*»; de 1817: «Si pobre nace/quen tanto manda»; de 1830: «Saleu á Belén *nacer*». Como se vê, nunca com *-sc*.

Caso especial no sistema ortográfico deste texto é a representação do fonema palatal surdo /χ/. Chamando a atenção para o uso de grafema xs a este fim (xsxa 11, *axsudado* 28). Pensado chegou à conclusão já referida de que o manuscrito devia de ditar dos inícios do século XIX, pois só nessa época se usou essa grafia. A verdade é que no manuscrito de Toro aparece também a grafia x na palavra *anxeles* (v. 3), já sem tomar em conta o caso mais problemático de ouxo (v. 4), a que dantes figemos referência: essa mesma é a grafia da partitura mindoniense, assim em *anxeles* como em xa (v. 4). De resto, nem encontramos a grafia xs nos vilancicos mindonienses conservados, incluídos os de começos do XIX²⁰. E fica ainda a forma Jesus (v. 26), que podemos interpretar ou como representação de um castelhanismo fonético (o fonema fricativo velar do espanhol /χ/, em vez da fricativa palatal /χ/, comum na pronúncia do português de Galiza) ou como grafia alternativa a x, nem insolito nos vilancicos mindonienses: inclinariam-nos mais bem por esta segunda possibilidade, visto ocorrer várias vezes nos vilancicos a forma Xesus, que parece indicar nem ser geral a pronúncia castelhana.

b) Léxico.

Como já notava Pensado, som abundantes os castelhanismos. Completando a lista que ele oferecia, encontramos, em total, os seguintes, de diverso género: *abrilicias* 9 (= *alvriças* ou *alvissaras*), *Galleguiños* 1 (= *galquinhos*), *Anxeles* 3 (= *anjos*), *cudadde* (*lela-se cidade*) 29 (= *cidade*), *desezado* 12 (= *desejado*), *dicha* 8 (= *dita*), *Dios* 5, 14 (= *Deus*), *dulce* 25 (= *doce*), *ernoso* 17 (= *formoso*), *estabulo* 30 (= *estáculo*), *gracia* 28 (= *graça*), *sin* 16 (= *sem*). Attrás deixamos dito que na consoante inicial de Jesus (v. 26) pode transparentar-se um castelhanismo fonético.

(20) Reproduzimos a seguir, dos mais antigos vilancicos musicados pelo maestro Pacheco, os versos em que aparece o fonema /χ/, tal como constam nos manuscritos originais, a fim de que possa observar-se quais foram as grafias empregadas para representá-lo: ver-se-á que nem aparece nunca xs. De 1806: «(A)y, minha joíña» (v. 9), «falemos vaixijo» (v. 16). De 1811: «que xá ô sabello» (v. 11), «rhome se fixo» (v. 21). De 1813: «que já n'oisdes todos» (v. 3), «jà que n'ai outro remedio» (v. 6) (com variação xá numília repetição do mesmo verso no canto). De 1814: «E costumbre xá sabidio» (v. 1), «tempere arxina a tonada» (v. 11). De 1817: «pois non t'affixa» (v. 23). De 1818: «por sempre seja alabada» (v. 14), «Mínia joya / deladiño» (v. 17) (estes dois últimos exemplares, com variantes com x: sexa, xo, já, «o coro de Angeles cana» (v. 30), «que a noite está de greada» (v. 34). De 1819: «por sempre jámais. Amen» (v. 4), «Gil, acende cattro pallas» (v. 5). De 1821: «vinho de lexoso» (v. 30), «gentes sin tasa» (v. 31). De 1823: «Paz e Xusticia se abrazan» (v. 13), «que há de rexir a israel» (v. 20). De 1828: «minha xoia, meu amor» (v. 6), «Anxelinhos coas alas», «pra acalentalo, xo, xo», «Hei de darche un pazarino», «No campo de Xericó». De 1830: «Vid'axina compaheiro» (v. 1), «Cox a boa noite hemos tem» (v. 6), «Barzan pra nos contrery» (v. 11), «Candeo deixando a sua Patria» (v. 11), «do xardim da sua nai virxen/Ca asi o quiro dios facer./Ai que hermoso minha xoia» (vv. 19-21), «Facéi o lume xum'el» (v. 26), «Nono déxedes morrer» (v. 28), «Pois xá cō amor que nos mostran» (v. 41). De 1831: «por cantar oxe na festa» (v. 3), «pra que xeiro ponda tery» (v. 6), «compre que axuden tamén» (v. 8), «a quem fixo tanto ven» (v. 23), «Xesus, meu dono» (v. 23), «Mínia xoíña» (v. 8), «a quer fixo tanto ven» (v. 18), «Xesus, meu dono» (v. 23), «Mínia xoíña» (v. 27), «Ayy, minha xoia» (v. 31), «ceu ben quixera» (v. 33), «Xesus bendito» (v. 38), «xa meu minifio» (v. 42), «deixan o leito» (v. 43).

Todos estes som ainda hoje castelhanismos comuns no português falado na Galiza, e de diversos testemunhos é lícito deduzir que já o eram há séc. e meio, quando o poema foi composto. Effectivamente esta classe de castelhanismos, momente pertencentes à área léxica erudita, aparece com freqüênciata também nos restantes vilancicos mindonienses, de modo que podemos supor que procedem do próprio autor do poema, inclusive na parte do texto que só conhecemos pola cópia de Toro.

Como já dixemos, nom cremos que seja esse o caso de *nostros*, no v. 24.

7. As ideias.

O texto maneja ideias que som, todas elas, comuns no fundo conceptual dos vilancicos matalicíos mindonienses, e até de todo o género.

Eis, de forma esquématica, os temas mais destacados:

= alegria pola boa nova do nascimento de Jesus («Festa temos, galleguiños;/alegría», vv. 1-2; «nom acoubo de alegría,/ai, que dita, que regalo!», vv. 7-8) e convite a acudir a Belém («a Belém vamos», v. 2);
= o recém-nascido é Deus feito home («Num pobre portal nasceu/o nosso Deus humanoado», vv. 13-14); é o messias esperado, e com o nascimento cumpren-se as antigas profecias sagradas («Alvriças, que som cumpridos/os vaticínios sagrados!:/já chegou, venha endebém,/o messias desejado», vv. 9-12);

= o meno é formoso («É um nenó tam formoso,/tam bonito, que é um pasmo», vv. 17-18); acha-se num pobre estábulo («está-che, minha vidiña!/,numhas palhinhás déitado», vv. 19-20; «num estábulo/pequeno, num rincón pobre», vv. 30-31), nu e sem abrigo («obscuro, pobre e desnudo,/sem abrigo, mal-peccado», vv. 15-16); e chorar neste caso nom por causa do frio (tema tópico nos vilancicos, ao qual no entanto nom há aqui unha referência explícita, embora se poda sobreentender quando diz que esta «sem abrigo, mal-peccado», v. 16) mas polos nossos pecados («Ai, quantas bágua bota,/meu coraçon, meu encanto!/Essas bágua, queridinho,/som polos nossos pecados», vv. 21-24);

= destarte introduz-se implicitamente o tema da redenção (explícito noutras vilancicos) e abre-se o caminho para deduzir implicações de índole moral («Nom chores, ó doce prenda!/,nom chores, Jesus amado,/que eu hei de ser bom prometo,/da tua graça ajudado», vv. 25-28).

O poema segue um desenvolvimento lógico: da notícia do nascimento (estribilho e duas primeiras coplas) passa-se à observação do recém-nascido (coplas 3-6), para concluir (copla 7) com umha apóstrofe dirigida à cidade de Belém, a modo de resumo teológico de toda a composição. No seu conteúdo o poema aparece assim bem coesionado; esta unidade temática, justamente com a permanência da rima que testemuña a unidade formal, faz-nos concluir que temos aqui a composição tal como foi intencionalmente

criada polo seu autor; noutras palavras: que se trata de um poema unitário e nom, como é o caso de alguns vilancicos mindonienses, de um centom configurado por diversos fragmentos doutros poemas.

Também aqui, como em tantos outros vilancicos, é característica a fe-liz mistura de sentimentos de índole popular com conceitos de natureza teo-lógica. Desta conjunção entre o popular e o culto procede boa parte do encanto destes textos.

8. O autor: Castro Neira?

Podemos aventurar algumha opiniom sobre o autor do texto deste vi-lancico mindoniense?

Com vistas a determinar a autoria do poema, parece difícil poder deduzir nada seguro das características da língua empregada, do léxico, dos esquemas literários ou dos conceitos, pois em grande medida estes aspectos mantém-se imutados nos vilancicos mindonienses ao longo de todo o sécu-lo XIX, como umha espécie de acervo comum tradicional, do qual hauriam os distintos poetas²¹.

Atendendo principalmente à data (1825), inclinamo-nos a colocar tam-bém este texto sob a autoria do mais importante dos poetas da «escola min-doniense de Natal»: o sacerdote Castro Neira (1771-1826), que morreria em Outubro do ano seguinte. Se esta hipótese for certa, seria pois esse o último ano em que Castro Neira compus um poema natalício para cantar na cate-dral. (Em anos posteriores os mestros de capela da catedral mindoniense retomarão por vezes alguns poemas de Castro Neira, ou algumas estro-fes, para pôr-lhes nova música, seguramente por falta de novos textos. Ve-remos mais adiante que isto sucedeu também com dous fragmentos do vi-lancico presente)²².

-
- (21) Vários textos dos vilancicos mindonienses fazem alusom ao carácter de tradicom que o vilancico em língua portuguesa fora assumido em Mondiontedo com o passo dos anos, e à inevitável repetiçon ex-pressiva e conceptual em que os seus autores incorriam. Eis algumas amostras, que transcrevemos respeitando a ortografia dos originais. Vilancico de 1813: «Ora bem, meus amigazos,/que ha de decir o gallego/que já n'aisedes todos/hai vinte anos polo menos?/Ei, en fin, a Dios e á ditá:/ja que n'ai outro remedio,/é preciso cantar algo/por seguir os usos bellos. /Eu son o mismo q' tanto/vos cantou/nas tantas prozeras/d'aquel Neno bonitino/que nun Pesebre nacerá». De 1814: «É costumbe xá sabida/nha noite do Nacemento/que por remate fes/salla a cantar o gallego/»Cousa nova nona trago/«que eu a lucilo non venho/solo, si, que son amigo/de non perder os meus fieros». De 1817: «Pastores todos/de esta comarca,/que andais metidos en algazarra;/eu, como sempre,/coa minha gaita/venho a cantarvos/felices Pascuass». De 1827: «É costumbe miñ antigua,/por antigua respectada,/a de que os gallegos verian/cantar na noite de Pascuas./Nunca dirán cousas grandes,/que están as orellas far-tas/de oílo todo-los anos,/xa sin ela, xa con gaita». De 1854: «Vinde, galleguinos, vínde;/vínde con pandeiro e gaita;/ao Meniño mais hermoso/cantemos unha tonada;/unha tonada Rianxeira/seme-lhante á que cantaban/antano por Navridades/nossos Mungos e Pascuass».
- (22) Sobre a vida e a obra deste poeta pode ver-se o nosso estudo no artigo «Sacerdotes da diocese de Mon-donchedo que foram escritores em língua portuguesa», em: *Estudos Mindonienses* (Ferrol) 2 (1986) 455-512 (sobre Castro Neira pp. 460-471).

Ainda que a qualidade literária do presente pode parecer algo inferior à doutros vilancicos deste poeta, nom cremos que nesse ano 1825 fosse outrém autor do vilancico gallego. E baseamo-nos para esta suposiçom no texto do vilancico cantado em Natal de 1826, dous meses depois do falecimento de Castro Neira; desta vez o autor do texto foi Luis Corral, e nele faz referéncia à desapariçom de Castro Neira, dando a entender que este era o autor dos textos galegos cantados nos anos precedentes: «Meu Neníño, miña perla,/ non botes, non, tantas bágoas:/si un gallego achas de menos,/outro gallego che canta». Já há anos Lence-Santai, ao que parece sem conhecer a data do vilancico, supus que estas palavras deviam de referir-se ao falecimento de Castro Neira, e Alvarez Blázquez deduziu que o texto dataria do ano 1826, embora por louvável cautela colocasse ainda esta data entre interrogantes; a partitura original do maestro Pacheco (datada e assinada «Mondoñedo y Diciembre/21 de 1826/Josef Pacheco») vem a confirmar essa hipótese, expressamente no que diz respeito à data e, de modo nom explícito mas pouco menos seguro, no que respecta a referéncia a Castro Neira.²³

9. A música.

Indicamos a seguir alguns elementos descriptivos da partitura de Pacheco: trata-se de umha melodia em Dó, a 5 vozes (triple 1.º, triple 2.º, alto, tenor e baixo), e orquestra (com os seguintes instrumentos: 2 violinos, viola, flauta, fagote e baixo contínuo). E umha moinheira, e assim o indica expressamente o compositor no mesmo começo da partitura («Muiñeira»). As coplas son cantadas só polos triples primeiros (acompanhados polos violinos e a viola), e o estribillo por todas as vozes a coro²⁴.

Ponto a determinar será, como atrás indicávamos, o de se a partitura çamorana reproduz a música do maestro Pacheco —como nos sentimos in-

(23) Vid. *Eduardo Lence-Santai y Gutián, Nadal: Los Villancicos del glorioso Nacimiento de Nuestro Señor y Redentor Jesucristo, de la Santa Iglesia Catedral de Mondoñedo*, Mondoñedo 1943, folha dupla em grande folio; Xosé María Alvarez Blázquez, o. cit. (na nota 6), pp. 181-182; a propósito do v. 3 («si un gallego achas de menos») comenta: «com a ben advirte Lence-Santai, alude iste verso á morte de Castro e Neira», «que sempre facía a letra do vilancico gallego». Polo tanto, o más verosimil é que iste de Corral sena do ano en que tal morte aconteceu. Ja antes publicara este vilancico Eugenio (Clare) Alldao no seu trabalhino «Costumes do Nadal», em: *Lar* (Corunha), num. 39, 1927, pp. 27-28.

(24) A partitura, coma outras do mesmo arquivo, conserva-se envolta numha capa de papel, com o fim non só de proteger o manuscrito mas también de servir de orientacón catalogadora; sobre esa capa aparece o seguinte título, escrito em letra de época posterior por mao diferente á de Pacheco (que por comparaçom com outros manuscritos do arquivo cremos poder identificar como do maestro Pascoal Saavedra, sucessor de Pacheco): «N.º 13./Festa temos, Galleguinhos, Villancicos». Gallego al/Sto. Nacimo. de/N.S.J., en Do natal, mayor, /a 5 voces; y toda/Orquesta./del Mitro /Pacheco». Joán Trillho e Carlos Villanueva fén elaborado o catálogo do arquivo musical da catedral mondoniense, que esperan publicar proximamente; na versom provisoria que pugeron á nossa disposicón, o presente vilancico descreve-se assim: «706. Festa temos, galleguinhos, en Do, a 5 v. S, SATB y orqui.: Fl., 2 Cor. 2 V., Vla., Cont. (Fas., B). Con partitura, 1825». Querenos deixar aqui constância do nosso agradecemento a ambos por esta e outras informaçons relativas a estes temas.

clinados a supor—, ou se, polo contrário, oferece umha música original. Como nom temos ao nosso alcance a edição de Manzano nom podemos verificá-lo²⁵. Da descriçom que nos dà o mesmo título («con Acompanhamento de Organo con todos los instrumentos pastoriles») parece inferir-se que a parte instrumental sofreu umha adaptacom, e talvez ate umha simplificação, a fim de poder ser interpretada também ali onde faltasse a orquestra.

10. *Pervivência do texto: os vilancicos de 1880 e 1893.*

Dous fragmentos do texto deste vilancico retornam anos mais tarde co-mo parte doutros dous vilancicos mindonienses: em 1880 e 1893.

a) *O vilancico de 1880.*

O estribillo do vilancico de 1825 reaparece, novamente como estribillo, e sem modificaçons, no vilancico de 1880, musicado polo maestro Saavedra, sucessor de Pacheco. O resto do texto cantado neste último ano (6 copias) nom procede do que vimos comentando: constitui um romance com rima em *e-o* (o vilancico de 1825 é um romance rimado em *a-o*, como vimos), distribuído em 6 quadras.

Eis o texto completo (estribillo e seis coplas) do vilancico de 1880²⁶.

Festa temos, Galleguinhos; 1 *Festa temos, galeguinhos!;*
alegria à Belén vamos; 2 *alegria, a Belém vamos!;*
dos anxelos, e Pastores 3 *dos anxelos e dos pastores*
ouzco xa ó meloso canto. 4 *ouço já o meloso canto.*

Coplas á solo

1.ª *Chegou ó noso consolo,* 5 *Chegou o nosso consolo,*
chegou ó noso remedio, 6 *chegou o nosso remédio:*
oxe admiramos na terra 7 *hoje admiramos na terra*
reunido o Ceio inteiro. 8 *reunido o céu inteiro.*

2.ª *Unha danza graciosa* 9 *Unha dança graciosa*
disponhamos diante o Neno; 10 *disponhamos ante o neno;*
mentras quos Anxeles cantan, 11 *mentres que os ángeles cantam,*
tamén nosoutros cantémos. 12 *tamén nós outros cantemos.*

(25) Reproduzimos facsimilamente a parte da partitura correspondente ao começo do estribillo (os 3 primeiros compassos), e, ademais, a assinatura de Pacheco com a data.

(26) A partitura tem o título seguinte: *Partitura de un Villancico Gallego al Sto. Nacimto de N. S. J. (Música del Mtro. Saavedra.)* 1880: inclui o texto completo (estribillo e 6 copias). Conservam-se ademais

3. ^a	<i>iQue Neno tan garridão! Parecen, iay! dous luceiros os seus óllos centellantes, que firen de amor ó peito.</i>	13	Que neno tam garridinho!: parecem, ai, dous luceiros os seus olhos centelhantes, que ferem de amor o peito.
4. ^a	<i>iAy que pelo tan roxiño! iAy que carrillos tan terzos! iAy que boquiña de rosa, é un imán, un embelés.</i>	17	Ai, que pelo tam roxiño!: ai, que carrilhos tam terzos!: ai, que boquiña de rosa!: é um imám, um embeleso.
5. ^a	<i>iXesús, ié saltanlle as bágoas! iMeu amor!, ique che farémos? Toma umha rosquinya de ovos, toma mél é queixo fresco.</i>	21	Jesus!, e saltam-lhe as bágoas! Meu amor, que che faremos? Toma umha rosquinha de ovos, toma mel e queijo fresco.
6. ^a	<i>De todo canto lle dámos, nada quer ó noso Néno; quer corazóns humilládos, quer un amor verdadeiro.</i>	25	De todo quanto lhe damos, nada quer o nosso neno: quer corações humilhados, quer um amor verdadeiro.
		27	
		28	

b) *O vilancico de 1893.*

A segunda copla de 1825 aparece, levemente modificada, como primeira copla (é única conservada) do vilancico do ano 1893, posto em música também polo maestro Saavedra. A nova versom oferece duas modificações:

1) O verso terceiro («xsa chegou, beña endebén») passou a ser agora «chegóu o noso Ben». É possível que a causa desta mudança esteja no facto de que a palavra *endebén* já nom era comprehendida. Em qualquer caso, a corrección foi realizada com escassa pericia métrica, pois na nova versom vem a faltar umha sílaba para a medida justa do verso.

2) No quarto verso («o Messias deseado») introduziu-se *suspirado* em vez de *deseado*, seguramente para tomar assim mais intensa a expressom da espera do messias.

O estribillo deste vilancico de 1893 está tomado de outro texto já posto em música anteriormente em Mondomhedo: fora o estribillo do vilancico de 1821, musicado polo maestro Pacheco. Em esta primeira —seguramente a original— execuçom o texto desse estribillo ia seguido por três coplas, de 8 versos cada umha como o próprio estribillo, com a mesma medida silábica (tetrasílabos) e com idêntica rima (romance *em-e-o*). Resulta, assim, que o texto do vilancico de 1892 é um caso de centom, organizado —talvez polo mesmo maestro de capela— a base de fragmentos de poemas cantados em anos precedentes.

Eis o texto completo (a saber: estribilho e umha copla) desse vilancico de 1893²⁷:

Dame amorciño,
dame, meu Neno,
dous mil abrazos,
damos correndo;
si pido moitos,
tamen ch'ofrezco,
q'e. con un solo
vou satisfeito.

Coplas	
1. ^a Albricias q'e. son compridos	9 Alvricias, que som cumpridos
os vaticinios sagrados;	10 os vaticínios sagrados!
chegou o noso Ben,	11 (já) chegou o nosso bem,
o Mesias suspirado.	12 o messias suspirado.

11. *De Mondonhedo a Toro*

Depois de quanto levamos visto, non cremos que poda duvidar-se de que polo menos o texto do vilancico conservado em Toro procede de Mondonhedo; de resto, o mesmo editor admitia a possibilidade de umha procedencia galega, tendo em conta que ao convento podiam chegar religiosas de mui diversos lugares²⁸.

Ainda assim, ficam-nos algumhas dúvidas sobre o manuscrito de Toro: por exemplo, onde pudo ser copiado e por que caminho chegou ao convento de Sancti Spiritus.

Nom temos nengunha pista que nos poda sugerir resposta a tais perguntas. Tomando em consideraçom o facto de que o convento de Sancti

(27) O manuscrito initula-se *Original de un Villancico Gallego al Sto. Naciminto. de N. S. J. p^a, el año de 1893 (Mtro. Saavedra)*. Está datado e assinado «Mondonhedo, Dicembre 13 de 1893./Pascual Saavedra Poro.».

(28) Diz Manzano que «el texto en gallego podría explicarse, o porque la procedencia es gallega, hecho nada extraño en un convento al que pueden llegar religiosas de los más diversos lugares, o bien, más probablemente, porque es bastante frecuente encontrar lo gallego asociado a las representaciones religiosas navideñas de tipo pastoral» (pp. 7-8). Vem ao caso aduzir aquí, por referir-se ás mesmas terras de Camora, o testemuño persoal de Alvarez Blázquez, do ano 1959: «(A)inda nos nosos días fumos nós oíntes estremecidos de un coro inxel de nenos, cantando, na fira gravemente da eireira de Corées (Zamora) un arroio, ao Neno Xesús, con isía letra, acomodada a un trecho musical de Pascual Veiga: 'Teno sono, teno sono.../teno ganas de dormirme;/teno un ollíño pechado,' outro non o podo abrire'. Como e cándoo chegaron ali música e cantiga, e por qué a xente as escollaba con tal feitizo, foron coisas que ninguén nos soupo espicar» (o. cit. na nota 6, pag. 109).

Spiritus de Toro é de freiras dominicanas de clausura²⁹, poderíamos suspeitar que a cópia procedesse do único convento da mesma família religiosa existente na diocese de Mondonhedo, o de Viveiro, no qual parece haver umha certa afeição à música³⁰.

-
- (29) Transcrevemos a breve notícia histórica que sobre este convento oferece E. Fernández Prieto no seu estudo sobre a diocese de Camora, em: *Diccionario de Historia Eclesiástica de España. Dirigido por Quintín Aldeá Vaqueiro, Tomás Martín Martínez, José Vives Catell*, Instituto Enrique Flórez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. IV, Madrid 1975, pág. 2797, s.v. «Zamora, Diócesis de»: «Dominicas de Sancti Spiritus, de Toro. Se fundó por D.^a Teresa Gil en el testamento que otorgó en 1307; en él está sepultada, juntamente con la reina D.^a Beatriz, mujer de Juan I, y la infanta D.^a Leonor de Castilla; continúa en él la comunidad».
- (30) O Convento de Nossa Senhora de Valdeflores acha-se situado no lugar chamado A Junqueira, e foi fundado em 1357 em território pertencente à paróquia de Santiago de Viveiro (vid. *Guía de la diócesis de Mondonhedo-EI Ferrol del Caudillo*, (Mondonhedo) 1965, pag. 336). Umha religiosa deste convento, Sor María do Carmen Villar, compôs recentemente a música de vários cantos polifónicos religiosos com textos em português da autoria do sacerdote mindoniense Xoé Antón Míguez; interpretados pola freira do convento gravaram-se numha cassette comercial e editou-se um folheto com as partituras, ambas as cousas (cassette e folheto) levam o título seguinte: M.^a do Carmen Villar O.P., *Gracianas: Cantos litúrgicos galegos*, Edit. SEPT, Vigo 1985.



ANTOLOGIA

«A paixom de Brenda Moore»

Por Manuel LOURENÇO

(*O estúdio de escultura de Brenda. Um efebo de barro, de tamanho natural. Ao fundo, retrato equíestre de Brenda, pintado por Dalí).*

CENA I

(Brenda alouminha as próprias maos).

BRENDA

Tradicöm. Castiidade. Quer dizer, perfeicom e beleza. Um tacto mol, umha visom escrutadora. As pesas repartidas na balança. Feminidade, masculinidade. A lua e mais o sol. Que delírio estas maos, como palpitam e se elevam. Deusas escultoras, alhadas do barro. E tam fecundas. Como guardam o trato evangélico: nom matarás, nom fonicaráis. Implacáveis com o sexto, assi som elas. Como pombas do Nossa Senhor. Penso em Sodoma, nos roteiros da impudícia. A de maos que ali nom arderiam. E noutras cidades, noutras histórias. Por levantar a saia foi punida Cleopatra. E a mulher de Putifar. E Pepa Loba. Mesmo temo roçar este barro, humanizá-lo com carícias. Arderia com a temperatura, e as minhas maos podiam volver-se chamas, áspides ferozes a desfriever essa inocência, evidenciando o pánico dos ossos desvalidos. Frialdade, virtude que reclamo. Soberana, magnífica frialdade dos apêndices do artista. Neve eterna, suprema curaçom. Como viver em clima cálido e ter conta das ideias. Inspiraçom e técnica. Calor e frio. Intemperância e tessitura. Um coração e umha navalha na balança. Contraste. Desacougo. Areladão equilíbrio que só gera morte. Ou forma. As vezes sinto que nom podo com a escultura. Que ela pode comigo. Ou chegará a poder. Quando. Amanhá. Talvez amanhá. O barro só tem que dizer: avança.

(Limpas as maos com um pano).

Soidade e abandono. A hora ajuda. O tempo como umha gadoupa. É umha estação confusa. O sol vai-se, o verao foge de nós. Neste hora crepuscular, sarcástica, dam ganas de berrar: ao passado, ao passado. E botar sobre a nossa saudade um triste manto de viúva. Nas covas soterrás, nas moradas do verme, vive talvez a luz. Desterremo-nos logo ao silêncio das

grutas, ao ventre vazio do mundo, como os nossos avôs nas primitivas eras. No final acharremos o princípio. Que sabemos de Deus. Presença imóvel, vaguidade incognoscível. Vaiamos, pois, a Katmandu, a Jerusalém, a Delphos, nom importam os matizes. O tempo é redondo como um testículo. Que nojo. A noite vem depois do dia, o inverno chega tam molhado como sempre, e os pecados do home som sete. Um círculo perfeito. Que podemos fazer, senom seguir a lei de Onám. Como a pescada, arrastamos um rabo eternamente limitado pola própria boca.

(Soa uma campainha. Ilumina-se o retrato).

Já vou. Há umha fonte alá, detrás do espinho. A água é boa, bem pagá as rabunhaduras. A Brenda presta-lhe. E hoje Brenda está mui excitada, quase lhe ardem as maos de alumínhar o barro. Maos traidoras. Quem nom anda excitada nestes dias. Agosto é um mes terrível. Ademais somos tantos na casa. Éramos tantos. Havia tantas camas que fazer, tantos almoxos que amanhacar. O passado, feliz cauvivério. Quando Brenda era Brenda, umha escultura. Quando tinha a «Roleiro» e passeava infante pola terra, impressionando o orgulho de Dali.

(Cerva umha bágua. Sai).

CENA II

(Brenda trabalha na escultura. De quando em vez, molha com água as tempas, as maos, os lábios).

BRENDA

Preciosa criatura que será de bronze. Nacida para ser vazia. Nom semelha umha contradiçom. A tua substânciá natural arrebatada, em aras do esplendor metálico. Fria envoltura para um corpo quente. Quente. Febril, diria eu. Barro mal saído da terra, e já fulgente, abrasador. Como quemma nas maos, como palpitá. A resistênciá da matéria a tomar forma. A covardia da matéria. Ou teria de dizer a tirania. Nom querer ser mudada, castigar sem piedade o mutador. Ah, quando darei criado um corpo que se amoldé às criaturas dos meus dedos. Mareia-me essa opçom, sonho com ela. Água, água nas maos. A criatura tem de ser vencida, domeadá polo frio. A sua sanha é crescente, fortalece-se com a nossa indefensom. O seu calor confunde-nos, pede calor, umha resposta ainda más ardorosa. Eis a trampa fatal da matéria. Ela progressa, avança, faise brasa viva, em espera da nossa resposta consequente. Teríamos de arder para acalmá-la. E venceria ela. E desse jeito nunca aringiríamos a forma, e essa cousa que chamamos forma só seria umha enteléquia, umha utopia dos artistas. Mesmo a arte seria umha utopia. Nom. Água fria nas maos, água fria nas tempas. Molhar o barro e trabalhar, em espera do proximo acto rebelde. Ja está. Que pouco tarda. Já começam a arder as partículas, já o barro se me volve cousa viva. Um incêndio de veras. Acontece nas postíarias, quando a te-

rra, esta insulsa matéria lamacenta, começa a definir-se como forma humana, quando agroma a escultura. Nessa fronteira som os desencontros, é a batalha. Tu loitas por ser tu outra volta, quando nada eras. Eu luto polo triunfo espasmódico da minha soberania sobre ti. Preciso de más água. Água nos lábios, porque os lábios nom fásquem nem as palavras me incendiem, porque enriem as palavras da minha pobre matéria que sem ti seria estéril. Sem ti. Penso Brenda sem ti, e sabes o que vejo: um panteom com a porta aberta. O panteom familiar, a eterna morada dos Moore. Água sobre as palavras. Umha morada eterna tem que merecer-se. Com palavras, com gestos. Eu nom podo saturar o coraçãom de umha paixom estéril que nom me devolva as vozes dos que fórom e dos que ainda nom som. A minha imortalidade está nas maos, nestas maos. Está no gesto de criar-te, efebo. Eu rejeito viver sem esse gesto, sem os múltiplos gestos das múltiplas esculturas que son eu. Há tempo para ouvir a voz da cova. Essa porta está fechada, e ainda receia abrir-se para mim. Agora vivo em pleno gesto, efebo, estou com gesto. Queima-me abrasa-me, se queres, mas nom esperes compaixom de mim. Vou-te fazer. Vou fabricar-te como se fabrica um grande amor ou umha grande desolaçom. Com as entranhas. Com os dentes, se for preciso.

(Chimpa umha bola de barro nas coxas da escultura).

Primeiro as coxas. A conduta do home radica nas coxas. Que é um home, senom umha carreira. Errava quando te encetava por cima. Torso, cabeça, braços, nada disso é relevante. O suporte do home som as pernas, polas pernas se distinguem. O seu símbolo é cangar-te de ilusões, correr por elas. Como nom o soubem antes. Que é o que vem as mulheres nos homes, nom sendo um pedestal, umha coluna. Agora parece conforme, efebo, já nom bramas. Pensaria que atinhei, se me importasse mais a paz do que me importa a guerra. Como podo aturar essa obediência, essa utilidade da tua carne neonata. Quem es tu, que nom te me rebelas. De que matéria la-macenta te figérom, fria e podre já desde um princípio. Nom podo, nom podo. Vive, bule, responde, areia fútil. Ser obscuro e perverso, surto das profundidades abissais do surro. Acende as minhas maos. Prende o lume da tua ferocidade inadaptável no meu tacto alerta. Queima-me, abandona-me ao prazer da auto-destruçom a prol da arte. Libra-me desta obtusa ficção da criatividade exulta, fria, fácil, bruta, inaturnável. Indiferença, nunca. Sobriedade e permissividade, nunca. Antes a cova, a porta aberta do panteom familiar. Arde, barro. Abrasa, barro. Mata, queima, confunde. Que eu sei que há um lugar no inferno para mim.

(Ilumina-se o retrato).

Brenda Moore, um apelido ilustre. Neta de militares, última floracom dumha gineia de prosápia. O meu avô terceiro está deitado ali, num sartego de pedra, à sombra dos ulmeiros. Há poemas que cantam o seu nome, e a gaivota e o melro voam juntos sobre as cinzas veneradas. Para um soldado a morte é glória. Para mim a morte nom existe. Eu cavalgo tranqüila

polo Eliseo, sem volver os olhos. E nom podo morrer, pois a morte é memória, radica na memória. Ilusom negativa que desvia o nosso rego da sua intenção primeira. Que nos torce o caminho e nos empurra para o abismo. Nom. O primitivo simio nom existe: nom vivemos em covas nem colhemos a carne com as maos. Ruiim nostálgia das concavidades do nosso ser primitivo. Mais nunca primigénio desde que sabe cavalgar, desde que dometa o poldro e corre virgem profanando a terra. Eis o primeiro repto á prepotência divina. Umha mulher sobre um cavalo. Foi assi como o entendeu Dali.

(A luz do retrato esmorece).

Aqui estou outra vez. Montada na pureza, no meu pedernal de virgem. Arrestora agradeço umha pausa. Descansarás efebo, no ínterim nom preciso mais de ti. Cacaracá, cocorocó, é a minha galinha quem saída. Voltaremos a ver-nos amanhá, à hora prima. E, recorda, nada de preservativos para o teu furor. Atacarás com arte, passarás-me a tua febre. Aideremos, efebo. E logo, calma. Sairemos ao jardim. Pasearemos. E na hora do cespúculo, havemos praticar o nosso vício oculto entre as palmeiras.

(O escenário escurece-se).

CENA III

(Num recanto, com umha colecçom de árvores «bonsai»).

BRENDA

Há que cortar, há que rapar, há que cercnar. Há que segar dum talho a pôla imbecil, o filho indiscreto da tona. Há que deixar que a vida siga o seu processo, o seu voo cauteloso, responsável. Morte a folha incivil, à infânia orgiástica dos elementos cobiçosos. Operar é dar vida, expurgar é livrar o caminho para uma íntima beleza que se justifica por si mesma. Sepultar e pisar é preciso. Pisar a terra doente onde sepulto o refugalho. Também o refugalho será vida. Polo de agora só abono, carronha. Amanhá, quando a arvorinha queria ressurgir, esta merda se tornará palanca, material impulso. A importância da merda. A importância da rica carronha na arte da ressurreição. Umha questom para pensar. A merda como princípio da vida. Como causa e origem das espécies.

(Colhe o cinzel de escultora).

Merda. Também ti eras lama, merda, quando alguém te resgatara da montanha. Ou da beira do rio. Ou do caborco onde governam os mendinhos e as moscas baixam a se alimentarem no pastel. Merda, efebo. Pura merda que nem sonhar podia as minhas maos. Estás ansioso, levas presa. Sei que debeces por abandonar-te. Aguarda. Só umha noite. Deixaremos passar esse furor. Às doze no relojio, pido trégua. É necessária para o meu espírito. As maos também vam cansas, e tenho os lábios enxuitos. Nom me forces, nom tenses a corda subtil que nos separa e que nos une. A saber que me pedias um gesto, um gesto mais, estouparia. Agora nom som dona dos meus

actos e podia recear. Podia volver-me fúria, besta brava, e destruir-te. Si, quigera destruir-te. Meu efebo adorado, meu tormento. Um alouminho. Um inocente beijo na orelha inconcreta. Nós olhos, nas meixelas. Que suave o peito, que útil o ventre, que trémulas as virilhas. Podo ficar contigo, a minha pureza nom se resentir. Já podes as ramificaçons e as radiculaçons do excesso. Agora tenho umha alma clássica, distante do vício, preteniosa da magna perfeiçom. Gozar nom só é tocar ou espiar-te. Gozar, meu lene efebo, é perseguir-te pola mórbida espessura dos desejos nom vividos. Nom saber onde estas nem que pretendes. Perseguir-te, nom más. Procurar-te, encontrar-te. Como um caçador a sua presa. mas sem vítima. Nom, nom quero sangue. Como pode ser isso. Agora vou polo teu sexo, tenho-o na cunca das maos, apreijo-o, esmag-o e, porém, tu nom sofres, tu nom berrras. Como pode ser isso. A presa deixa-se atrapar, o caçador nom gosta do momento. Como pode haver tal presa. E que dizer do caçador que se volvesse humanitário. Ah, quigera degolar-te. Nom. Quigera eu ser a degolada. Degolada por ti, merda de meu, para que se cumprisse o ciclo mágico da arte edípica. Agora já nom podo mais. Desisto. Entrego-me à violência do teu gelo. Podes vilpendiar-me, violar-me. Agora podes acabar-me tu a mim, figura.

(Despe-se e deita-se a carom da sua obra).

Final de Brenda Moore. Virgem de barro.

(Ilumina-se o retrato).

Virgem de nuvem. Nem Dali sabia.

CENA IV

(A escultura desapareceu. Brenda ainda dorme, agarrada a unha botella de genébra).

BRENDA

Uf, que bebedeira. Já será meio-dia. Ou meia-tarde. De que mês. De que estação. Vai frio. Este lenço cheiroento. Fora, fora. Deveria ter mais conta da saúde, ser um pouco mais higiénica, mais limpia. Nom podo continuar assi. Acabarria leprosa, seria desterrada a Molokai. Por todas as partes, contra. Cotra, cotra. Maldita obsessom. Si, maldita obsessom por arrastar-me. Isto, isto tem a culpa. A medicina. Este líquido incoloro e fragoso. Estou aqui. Estou bem. Juro que estou aqui e que estou bem, também. Nom som um arroto, um espasmo. Som Brenda. Afirmo que som Brenda. À merda com a garrafa, está valeira. Cada dia, si, si, cada dia e cada noite procuro mais no fundo, no abismo do espelho. E que vejo, que é o que vejo no fundo dessa poca que nunca tivo fundo. Nada, vejo. Nada. Sucessom de sucessoms da mesma forma fixa, estática. Da minha forma. Sucessora de mim mesma, isso som eu. Até o mesmo zero do infinito. Porque o infinito é um zero, fruto da sucessom de sucessoms do Nada. De Na-

da. Nada, nada, nada. Tenho frio. Alguém deveu colher o meu abrigo, estava ai, ao pé do quadro. Alguém que me aborrece, e que agora andará a passear polos quartos, remexendo nos caixons, por se esquecim umha molecúula chamada passado. Alguém que pretende matar-me por congelaçom.

(Um moço, que é a mesma escultura encarnada, arroupado com o abrigo de Brenda, entra no quarto e pom-se a buscar nos caixons).

O meu abrigo, tenho frio.

(O moço deixa cair o abrigo e continua a procurar).

Arrastarei-me. Se tenho que arrastar-me para chegar ao meu abrigo, nom vou deixar de fazê-lo por umha questão de orgulho. Nom. Alá vai o meu orgulho. Vês. Já tenho o abrigo, e isso é o que me importa, o único. O abrigo é o principal, o resto nem sequer merece a minha atenção. Som selectiva, cada dia mais. Podo viver com pouco, basta um raio de sol para sentir que umha é feliz, que se acomoda às circunstâncias. Umha vida sem luxos tampouco é impossível. Sei-no bem, eu vivim de outra maneira. E nom me espanta recordar. A memória foi-nos posta por Deus para amargurar-nos a existênciia. Eu nom me queixo, podo com a memória, esse embrulho nom me pesa. E nom tenho a intenção de naufragar, ou que es-peravas. Nom ainda. Quando já nom me ataque este frio, talvez. Agora nom. Agora estou mui bem assi, na minha casa. Volvo os olhos e vejo o meu retrato. Também te vejo a ti, silente, nu, com os atributos avalando. Tu es meu, e isso consola. Saber que ainda posso umha formosa propriedade, um home nu que me desfala. Que busca com descaro nos caixons, nos meus caixons. Umha figura esquiva, venenosa como serpe. Todo sexo. Todo olhos negros, grandes e potente mango. Um melro branco, digno dumha imperatriz. Vem aqui, efebo. Dentro do meu abrigo. Já nom resta licor na garrafa, enche-ma tu. Melhor, usa a garrafa. Fai as tuas cochindadas com a garrafa, enquanto eu me consolo olhando-te. Aqui, aqui, galám. Agradece-lhe a Brenda esta oportunidade estética. O Moço da Garrafa, umha preciosa imagem. Sabes que eu era escultura. Linda e famosa. Apetecida. Dali vira-me nua a cavalo, como umha amazona. Onde poderia estar mais alta. Agora, efebo, aqui. Obedece. Quero que te masturbes com a garrafa. Vas-lhe render esse serviço a Brenda, a tua dona. Ajoelha-te aos meus pés, imbécil. Abaixo. Terás as minhas últimas alfatias. Toma, como adianto, umha escritura. Já nom som proprietária rural, esse conto acabou-se. Troco a finca por ti, polo teu acto. Es um home formoso. E o acto que vas produzir terá de ser formoso, se é que a lógica nom prescreveu.

(Obriga o moço a ajoelhar-se, e este envolve-a com o lenço, apretando com força. Logo rouba-lhe o abrigo e mais o quadro e sai).

(O cenário escurece-se).

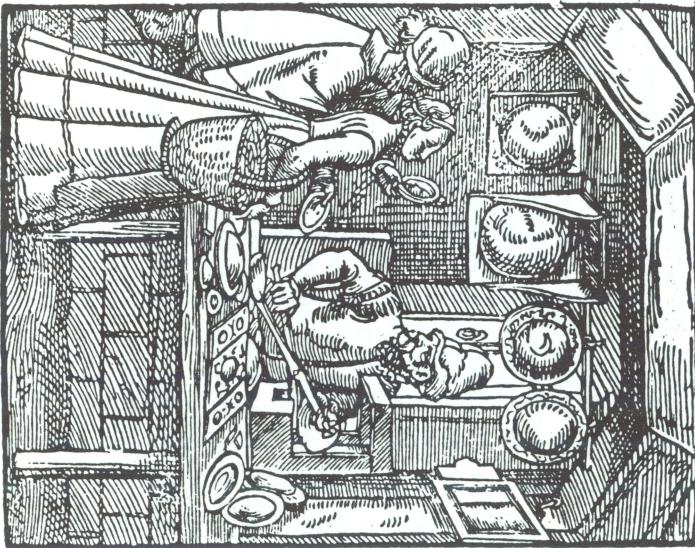
CENA V

(Brenda, múmia ou espetro, envolvida no lenço, ocupa agora o lugar do quadro).

BRENDA

Cacaracá, cocorocó. No meio do esterco há um grão de trigo. Que lás-tima, nom podo recolhê-lo. Nengumha de nós pode recolhê-lo, está vedado polo amo. Silêncio, companheiras, que o amo já tocou o seu flautim. Ca-caracá, cocorocó. Tocam a recolher-se, e as galinhas caminhamos fazendo umha ringleira de barrigas brancas, de pescos brancos e de cristas coloradas como o sangue. Cacaracá, cocorocó. Já nos abrem a porta, adentro, adentro. O galimheiro familiar está emplumado e bem quentinho. Compan-heiras, adeus, já nos veremos o catorze. O catorze é o meu santo, e haverá pam de ovo e melindres de Silheda. Nom podedes faltar, o dia vem no ca-lendário. Aguardarei por todas. Comeremos e logo folgaremos. A meren-da será no jardim, e as couzas feias também no jardim, detrás do muro. Nom olhedes as finas esculturas que fabricam estas maos, ou ficariades te-sas, prisioneiras dos lindos efebos incendiários. A minha arte é tal como vos digo, e cumpre-vos guardar-vos dela. Excitariades os homes com as vos-sas posturas parciais, inspiradas nos barros e nos bronzes. E nom digo mais nada, que nesta hora da tarde o ar vai quente, há no céu um silêncio de gestos inacabados. A forma é um estupor que paralisa, recordade. Nom vos vaia passar como a Dali, que me pintou equestre por economia, para nom ter que atingir-me nessa elevação químérica das formas puras. Compan-heiras, já nos veremos o catorze. Haverá sol, cacaracá. Haverá amor, co-corocó. E estallaram as horas como lôstregos nos peitos das donzelas vir-gens. Cocorocó, cacaracá.

(Umha luz baixa fica imóvel, durante um momento, no rosto de Brenda Moore, que já é escultura).



Antonin Artaud

Ele que para medir-se com os deuses
Em atitude sacrificial
À glória das pequenas atracções equívocas
A própria vida expôs estranhamente
E sen limites
Em si vulgarizou a morte
Volta-se agora para a terra
Há-de a isso juntar a pompa duma excessiva grandeza
Porque o corpo Um corpo jovem
Raras vezes suporta a ideia de morrer
A menos que ignorasse
O que dele ainda assim queria a solidão
Ele sabia como assombra
Medonhamente esse regresso da luz
Ao coração

Vergílio Alberto Vieira
(inédito)

Hölderling

Enlouquecer assim
Sem mais À dor cingir o brilho extremo
Que a vibração diurna
Em vão à noite afixou O abandono
Esquece De heras corado
Finge outravez
Não ser ninguém Mortas estrelas esfria
Na voz a comoção perdida
Para ser ouro
Escuro ilumina a terra
A cor das alquimias Em sonho volta
Sombrias mãos remove a luz
No riso dos taludes
Sob a folhagem surdas fragrâncias vence
Invisível a flor do equinócio

Vergílio Alberto Vieira
(inédito)

Ordem do Infante

*a Fernando Pessoa que, recusando-se
a partir, fez do Martinho, em vida,
o Cabo da Boa Esperança.*

Recomendavam-nos à pátria, e eles? iam; sulcando (férteis) a bárbara epopeia. Por esconhos sóis passados, espiaram febres, fizeram história: muito lhes deve a pregação, e a turbulência infernal.

A menos que a tormenta, zarpavam.

Infringiram águas (lustrais), rondaram plagas monstros, e em palmeiros do sul improvisaram missas e padões — esticavam mártires.

Desocupados, vingavam céus: cursavam leitos alfamas coruchéus, voltavam a partir, partiam sempre. Por oíros e damasco, rezavam; dobraram fortalezas feitorias; mercaram raças engenhos escorbuto, e já só depois, no fim da vida, vinham de assento — mortos, ou velhos.

Terçados timbram na pena do cronista:
prosélitos (a soldo) para incensar de glória a ópera lusitana e enfeitar de bruma o discurso dos párias.
perfeitos sacros insanos.

*Vergílio Alberto Vieira
Publicado em Destino de Orfeu.*



Casador

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

O «Correio da UNESCO» em galego-português

Ourense, 26 Abril 1988

A presidência da AGAL, em nome da Associaçom, dirigu-se ao Director Geral da UNESCO nos seguintes termos:

Excmo. Sr. Prof. Dr. Federico Mayor Zaragoza
Director Geral de UNESCO
7 Place Fontenoy
75700 - PARIS

Exmo. Sr.,

A Associaçom Galega da Língua (AGAL), entidade cultural fundada no ano 1981 e legalizada polo Ministerio do Interior do Estado Espanhol, tem como obxectivos potenciar qualquer actividade predominantemente cultural que se expresse *em galego*, de xeito que se consiga na Galiza o seu emprego normal e trabalhar para conseguir unha substancial reintegración idiomática e cultural (nromeadamente nas suas manifestaçons escritas) na área lingüística e cultural que lhe é propia: a *galego-luso-africano-brasileira*.

A AGAL, firmemente comprometida com a normalizacón cultural do nosso País, amplamente conxugada dentro da Galiza e reconchida no Exterior polo seu traballo de investigación e divulgación e polo seu esforzo editorial, estando presente nos foros nacionais e internacionais, onde a situación do noso idioma era debatida.

Em nome da Associaçom que tenho a honra em presidir, DIRIJO-ME a V.a. Exa. para DENUNCIAR a grave situación que o idioma *galego-português* na Galiza está a sofrer depois de ter resistido durante mais de cinco séculos ao proceso de colonización lingüística. Este idioma veículo de umha importante cultura, a segunda lingua románica mais falada no mundo, está hoje em *perigo real de desaparición*, designadamente porque certos poderes públicos, contando com a colaboración de algunos sectores pseudo-científicos, tentam reduzir a lingua dos galegos a unha curiosidade folclórica e aceptam como inevitável a sua desaparición, para depois de um proceso de dialectalización, integrá-lo na lingua española.

Um representante desses sectores pseudo-científicos, o actual conselleiro de Cultura, D. Alfredo Conde, bem conhecido na Galiza pola sua perséguicón e censura dos reintegracionistas, acaba de solicitar do organismo internacional por V.a. Exa. dirigido a editor do CORREIO DA UNESCO nesse vulgar dialecto do español, por elles confeccionado, quando já existe *umha edição numma das normas cultas* presentes no galego-portugués.

A AGAL por motivo de informar com rigor a ese organismo, envia por correo algúmhas das suas publicaçons em que se recolle informacións sóbre a situación do idioma na Galiza. Dous Congressos internacionais, a edición da revista *Agalia*, os estudos realizados, a presenza de lingüistas e filólogos como JOAM COROMINES, OSCAR LOPES (Portugal), MANUEL RODRIGUES LAPA (Portugal), LEODEGÁRIO A. de AZEVEDO FILHO (Brasil), SÍLVIO ELIA (Brasil), GLADSTONE CHAVES DE MELO (Brasil), RICARDO CARVALHO CALERO (Galiza), ERNESTO GUERRA DA CAL (Galiza-Portugal) na nossa asociación valorizam as nossas teses.

Polo grave atentado que constituiria a edición desse CORREIO DA UNESCO num vulgar dialecto do español (hai que ter presente que o CORREIO tampouco se edita em «andaluz», «argentino» ou español de Puerto Rico, nem tam umha edición para França e outra para o Canadá), SOLICITO de V.a. Exa. que a UNESCO nom contribua com o seu labor e prestigio a dar legitimidade científica a un «criollo», inventado recentemente para propiciar a desaparición deste velho idioma falado hoy polo 80% da populaçom gallega.

AGAL contra la edición del «Correo de la Unesco» en gallego

OURENSE. El

La Asociación Galega da Língua se dirigió ayer por escrito al presidente de la Unesco, Federico Mayor Zaragoza, para rebatir una petición del conselleiro de Cultura en la que solicitó la edición de la publicación "Correo de la Unesco" en lengua gallega. Según la portavoz de la Asociación, María do Carmo Enríquez, "nos oponemos a que se publique en un vulgar dialecto del español cuando ya existe la edición en una de las normas cultas presentes en el idioma

gallego-portugués". En el escrito, que va acompañado de variada y profusa bibliografía, se denuncia "la grave situación por la que pasa el idioma gallego-portugués en Galicia, después de haber sentido más de cinco siglos el proceso de colonización lingüística". Indica que ese idioma, "representante de una importante cultura, está en peligro de desaparición", al tiempo que acusa al conselleiro de Cultura, Alfredo Conde, por su "persecución y censura de los reintegacionismos".

«El Correo Gallego» (Santiago), 27 de abril de 1988, p. 21

● Vulgar dialecto

La Asociación Galega da Língua, que preside la catedrática oriolana María do Carmo Enríquez Salido, ha enviado una carta al director general de la Unesco, Federico Mayor Zaragoza, en la que denuncia la situación que atraviesa en Galicia «el idioma gallego-portugués» y donde pone de manifiesto, además, que «un representante de esos sectores pseudo-científicos», en referencia al actual conselleiro de Cultura, Alfredo Conde, «del que asegura que es bien conocido en Galicia por su persecución y censura de los reintegacionistas, acaba de solicitar al mencionado organismo internacional la edición de «El Correo de la

Unesco» en el que califica de «vulgar dialecto do español» cuando sigue la nota, ya existe una edición en una de las normas cultas presentes, el «gallego portugués». En consideración del «grave atentado» que en opinión de la AGAL constituiría la edición de ese Correo de la Unesco en un «vulgar dialecto» del español —recuerdan que no se edita en andaluz, argentino o español de Puerto Rico—, solicita al director de la Unesco que no contribuya con su labor y prestigio a legitimar científicamente a un «criollo», inventado recientemente, en su opinión, para propiciar la desaparición del viejo idioma que aseguran es hablado hoy por el 80% de los gallegos. Sigue el diablo aburrido.

«La Voz de Galicia» (Coruña), 27 de abril de 1988, p. 68

Fica ao seu dispor e aproveita a oportunidade para se subscrever com a maior consideração e estima.

Ass. Profa. Dra. Carmo Henriquez
(da Universidade de Santiago e presidente a AGAL)

Bastaria com facilitar aos cidadãos galegos a adquisição e leitura da edição portuguesa do CORREIO; mas é a isto ao que se oponhem as autoridades galegas. A carta foi interpretada no seu jeito pela imprensa diária; como exemplos, reproduzimos duas referências. Observe-se o sentido de humor e a inteligência tradutora dos jornalistas.



Memorandum sobre o conflito lingüístico na Galiza apresentado polo conselho da AGAL ao Presidente da Junta da Galiza

1.—No mundo contemporâneo, umha política lingüística tem de ser pluralmente negociada e periodicamente avaliada e revisada num diálogo em que participem todos quantos utilizilizem o capital simbólico por exceñencia de umha comunidade, que é a sua lingua. Qualquer imposición normalitaria por DECRETO revela-se inutil, polo menos em sociedades abertas e que se definem como democráticas.

2.—O DECRETO de normatização (173/1982, de 17 de Novembro, apresentado por Filgueira Valverde e assinado por Fernández Albo), tam esperado polos anti-galegos de sempre como polos micro-nacionalistas enxebristas, disfarçados de «REALIDADE GALEGA», nessa altura, tentou consagrar a deseita do idioma galego com o sudário da ortografia española, ceifando-lhe as possibilidades de comunicación e ósmose com as demais normas do ibero-románico occidental atentando contra a unidade estrutural da lingua galego-portuguesa, non posta em causa por nengumha das figuras relevantes da cultura gallega anterior ao franquismo.

3.—Tal decisom politica de «A.P.» significou um «golpe de timom» no processo de diálogo propiciado polo governo pré-autonómico da «UCD», que nomeara umha Comissom Lingüística, em que estavam representados os distintos pontos de vista sobre a orientación da ortografía do nosso idioma. Questom non trivial pois que a escrita do galego reflece a imagem que do mesmo se professa e o ideal que se aspira a promover. As Normas do 80, flexíveis e abertas a posteriores reformas, renunciavam ao dirigismo lingüístico e aliviavam a carga emocional que a tantos anuvia no tratamento da lingua.

4.—Normativizando o folclore e confundindo o chao com o teito, o irracionalismo pequeno-oligárquico, legitimado e consagrado polo DECRETO, tomou o fim polos meios e concentrou-se obsessivamente na defesa de umha ortografía pretensamente enxebre e na desqualificación, proscricion e silenciamiento do Reaintegacionismo. Sob o pretexto da necessidade de umha ‘aqui e agora’ Norma (que nós non negamos para os diplomas da Administracón) produziu-se umha desproporción absurda entre os esforços dedicados á normatización e os dirigidos aos problemas básicos da propia sobrevivéncia do nosso idioma. Non vemos ainda por nengures um projeto realista e decidido que ponha as bases de umha comunidade lingüística viável na Europa das últimas décadas do século XX.

5.—Durante o mandato do actual governo, depois de constatarmos unha vontade inicial de abrir um diálogo democrático e realista, assistimos de novo a unha ofensiva irracional do exxebrismo grotesco efectivizada por sectores da administración, polos «Notáveis do clam» cratolatras que vem en perigo o negocio montado sobre o nosso idioma. Tentan demagogicamente tiranizar a opinión pública através dos medios de comunicación e pro-pugnam unha caça de bruxas, já desde unha leitura coercitiva e restritiva do DECRETO.

Representantes do poder político continuan a utilizar a normativa oficial repressivamente sobre os escritores, quando unha parte muito importante deles non a aceita.

Certos membros da Inspección segue a conculcar pateticamente a liberdade de cíntara no ámbito do ensino, onde un sector numeroso, consciente, competente e comprobado, já rexeitou publicamente o citado DECRETO. Non mudou tampouco a designada de tratamento no que se refere a subsídios, prémios ou adquisicións pola Administración de obras editadas en galego.

6.—Dentro do próprio Governo, o Sr. Alfredo Conde confunde unha Conselharía con unha fundación privada, pois que a non transparencia e a arbitrariedade son a sua norma:

Como se poden convocar subsidios de promoción cultural com um prazo de apresentación de solicitudes de cinco días naturais?

Pode a un político teóricamente legitimado polo povo tolerar-se-lle a bufonada de declarar respectivamente que «vive num país que non sabe como se chama»?

XUNTA DE GALICIA

Secretario Xeral da Presidencia

Pedro M.ª Rey Suárez

Santiago, 13 de maio de 1988

Sra. Dna. M^a do Carmo Henriquez Salido

Presidenta da Asociación

Gallega da Lingua

Curros Henríquez, 1 – 15^o

32003 OURENSE

Moi Sra. miña:

Da Delegación Provincial en Ourense da Consellería de Educación, remítennos o seu escrito do pasado 27 de abril, e con esta mesma data dámoo traslado do mesmo á Dirección Xeral de Política Lingüística,

Co meu atento saludo,



Por que tenta consagrar esse autêntico invento assimilacionista que é a normativa «oficial» numha tribuna internacional como é a UNESCO e nos seus órgaos de expressão, para afastar o idioma nacional da GALIZA do seu trono natural?

Nom é cinismo mentiroso e fanático afirmar (*A Nossa Terra*, 4 - XI - 1987) que «é preciso que os livros que esta Conselharia subsidie sejam livros escritos na *ortografia do país, e esa é umha*», ironizando grotescamente a seguir sobre as relações idiomático-culturais GALIZA-PORTUGAL?

Como se harmoniza isto com as manifestações realizadas em BRAGA (6-II-1988) pelo próprio Presidente do Governo, quando salienta a dupla fraternidade entre GALIZA-NORTE DE PORTUGAL quer no plano histórico-geográfico quer no lingüístico-cultural?

7.—Dentro do Reintegracionismo a AGAL é o colectivo nom partidário mais numeroso e organizado. Face a polarizações religiosas e estériles optamos resolutamente por relações de multipolaridade, interdependência, diálogo e pluralismo, mas nom podemos tolerar por mais tempo que um discurso e umha praxe escapista, auto-mutuadora e anti-democrática consiga aqui o que a direita valenciana neo-nazi nom obtivo naquela comunidade. Nom nos resignaremos, dentro do Estado Espanhol, a umha posição marginal e subalterna no plano idiomático-cultural, reflexo da nossa periferização económica.

8.—Como membro que é Va. Exa. de um partido que no seu Congresso em Ourense decidiu liberalizar «o processo de normatização da língua derrogando o Decreto de NOR-

	<p>PARLAMENTO DE GALICIA REUNIÓN XERAL SAÍDA 16 JUN. 1988 /2.745..... NÚM.</p>	<p>O PRESIDENTE  Tomás Pérez Vidal</p>
<p>PARLAMENTO DE GALICIA</p>		<p>Santiago de Compostela, 16 de xuño de 1988.</p>

A Mesa do Parlamento en reunión celebrada o dia 23 de maio de 1988, tivo começoamento do seu escrito polo que remite elaborado pola Asociación Gallega da Lingua (doc. n.º 9.295), e acor do o seu traslado os portavoces dos Grupos Parlamentarios.

○ Que lle comunico para o seu conhecimento e efectos.

mativizaçom e re-oficializando as Normas de 80, mais democráticas e representativas; e como político que tem dado provas de sensibilidade democrática confiamos que atenda as SOLICITUDES.

1.ª Dergaçom já do Decreto Fligueira.

2.ª Nenguma discriminaçom e igualdade de tratamento para as normativas em presença na GALIZA, admitindo que os escritos emanados da Administraçom utilizem provisoriamente umha delas.

3.ª Constituiçom de uma Comissom Nacional de Planificaçom Lingüística em que participem e se sintam representados todos os sectores da sociedade galega, para elaborar propostas a debater polos máximos órgaos de representaçom popular.

Entendemos que só auto-construindo-nos deste jeito a GALIZA será modelo e referência exemplar para as culturas minorizadas da Europa do século XXI.

Eis a nossa vocaçom de modernidade e universalidade:

Em Compostela, a 25 de Abril de 1988

O CONSELHO DA AGAL

O «Memorandum» enviou-se, o 28 de abril, aos Presidentes da Junta e do Parlamento, assim como ao Vice-Presidente e ao Conselheiro da Presidênciia da própria Junta. Os primeiros responderon, iarde; reproduzímos os seus escritos.



Curso de Galego na Faculdade de História

Entre o 20 de Janeiro e o 13 de Abril do presente ano tivo lugar na Faculdade de Geografia e e História da Universidade Galega um curso de língua galega impartido na normativa do *Prontuario ortográfico galego*. Este curso, organizado conjuntamente polos C.A.F. (Comités Abertos de Faculdade) e a A.G.A.L., levou-se a cabo a iniciativa dos C.A.F. e co-m parte de um programa amplio de normalizaçom da língua na Universidade que incluía cursos de galego em todas as normativas em uso: oficial, normativa mínimos e normativa de A.G.A.L.

O curso desenvolveu-se em sessons de hora e meia de duracom impartidas na terça e sexta-feira de cada semana. Foi dirigido por um professor de língua membro de A.G.A.L. Ponhamos de relevo que o número de alumnos (mais de setenta inscritos e assistentes assíduos) e o alto nível de conhecimento que se partiu inicialmente permitiu um aproveitamento óptimo das aulas especialmente por serem os assistentes na sua maioria pessoas claramente posicionadas na defesa da normalizaçom do nosso idioma e muitas delas com umha ampla práctica normalizadora.

Ao finalizar as aulas, o dia 13 de Abril, tivo lugar a prova para a obtençom dos diplomas acreditativos da assistênciia, que foram entregues o dia 17, no acto de encerramento. Coincidindo com a ultima semana do curso desenvolveu-se na mesma Faculdade de Geografia e História um círculo de conferências organizadas conjuntamente pola Mesa plena a Normalización Lingüística e a A.G.A.L. Nese círculo interviveron, por esta ordem, a professora D. María do Carmo Henriquez Sallido, presidenta da A.G.A.L., cuja conferênciia versou sobre «Aspectos da normalizaçom lingüística na Universidade»; a professora D.ª Pilar García Negro, quem falou sobre «O conflito lingüístico no ensino», o professor D. Anselmo López Carreira, sobre «O galego na Idade Média» e por último fechou o círculo o membro de Honra da A.G.A.L., professor D. Ricardo Carvalho Calero, cuja conferênciia versou sobre «O pensamento lingüístico de Otero Pedrayo».

Para a AGAL a concessom das medalhas Castelao é umha prova clara de que o Governo galego tenta assimilar e minorizar a cultura galega

A «Associacom Galega da Língua» (AGAL) já tem denunciado noutras ocasions que a concessom das medalhas Castelao era umha prova clara de umha política que busca só achegar-se ao centralismo de Madrid, já ultrapassado, para assi riscar todo sinal de identidade da nossa nacón.

Em 1988, a AGAL tem que denunciar, mais umha vez, diante da opiniom pública galega:

1.—Quando hoje na Galiza as vozes mais comprometidas com a normalizaçom cultural e lingüística, como son escritores, associações culturais, jornais e revistas galegas, liders políticos e sindicais, manifestam o seu enérgico protesto pola falta de liberdade, necessaria em todo proceso de criacom literaria, o Governo galego premia escritores e pessoas integradas no sistema español. Com este feito, demonstra-se que alguns escritores periféricos, com umha visom paroquiana da cultura galega; eternos aspirantes a integrar-se na cultura española, tentan *pagar* aos seus valedores no ámbito español, instrumentalizando assi o seu posto político para a sua apresentaçom na sociedade española.

2.—Mentres os escritores galegos son privados da sua liberdade de criacom, a «Xunta» premia escritores pertencentes de cheio à cultura española, com praxe literaria em español, cujo único sinal galego de identidade é *o feito accidental* de terem nascido na Galiza.

3.—Mentres na Galiza abundan pessoas comprometidas realmente com a normalizaçom cultural e linguistica do País, o Governo galego premia umhas pessoas, *em grupo e em equipa*, com o objectivo de apresentar ante os galegos que na Galiza se fai cultura española e mesmo é um centro importante dessa cultura, para assi poder provar e demonstrar que o «bilingüismo harmónico» está consagrado e é frutífero.

4.—Ao premiar a estas pessoas, o Governo galego busca espanholizar mais cada vez aos galegos, para assi minorizar e privar da sua projeccom internacional a nossa cultura nacional. Com isto o Governo galego demonstra non considerar que a cultura galega é universal ou, em todo o caso, entende que este reconhecemento (internacional e universal) tem que passar necessariamente pola interposicom centralista, já ultrapassada

5.—A AGAL nom entra nos merecimentos pessoais, literarios e científicos de todas as pessoas premiadas nesta occasiom.

Em Compostela, a 19 de Maio de 1988

NOTA: Os premiados nestas occasioms foron: Gonzalo Torrente Ballester, Camilo José Ceia, Monsenhor Araujo Iglesias, Giuseppe Tavani, María Casares, José Neira Vilas e Rafael Martínez Cortiña.

Seguindo a este passo haverá más medalhas «Castelão» do que galegos ou simpatizantes. A nossa expectaçom avivece-se perante a iminente possibilidade de tambem e inclusive recebermos esse galardom devaluado num proximo futuro.
(Pobre Castelao, manipulado e escarnecidol).

Reproduzimos a noticia breve do comunicado, dada por diferentes meios o domingo, 22 de maio:

«El Correo Gallego», pág. 34

La Asociación Galega da Lingua critica la concesión de las medallas Castelao

La "Asociación Galega da Lingua" (AGAL) denunció en un escrito público que la concesión de las medallas Castelao es, una vez más este año, una prueba clara de que el Gobierno gallego intenta asimilar y minorizar la cultura de Galicia, buscando el acercamiento al centralismo de Madrid. Según AGAL, «se pone en peligro toda señal de identidad de nuestra nación y, al premiar a estas personas, el Gobierno gallego busca españolarizar cada vez más a los gallegos, para así minorizar y privarles de la proyección internacional de nuestra cultura».

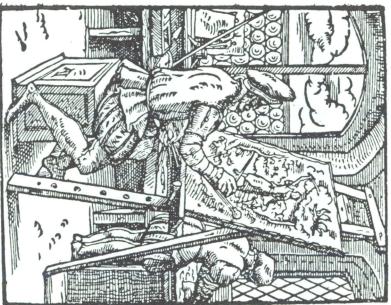
Para la "Asociación Galega da Lingua", el Ejecutivo autónomo "ha demostrado no creer que la cultura gallega sea universal y concluye que "no entra en los merecimientos personales, literarios y científicos de todas las personas premiadas en esta ocasión".

«El Ideal Gallego», pág. 15

La Asociación Galega da Lingua critica la concesión de las Medallas Castelao

Orxente

La Asociación Galega da Lingua (AGAL) denunció ayer en un escrito que la concesión de las



«La Voz de Galicia», pág. 21

Medallas Castelao

Santiago.— La Asociación Galega da Lingua (AGAL) afirma en un comunicado que la concesión de las medallas es este año, una vez más, una prueba de que el Gobierno gallego intenta asimilar y minorizar la cultura de Galicia, buscando un acercamiento al centralismo de Madrid. «Al premiar a estas personas —dice—, el Gobierno gallego busca españolarizar cada vez más a los gallegos».

Medallas Castelao «es, una vez más este año, una prueba clara de que el Gobierno gallego intenta asimilar y minorizar la cultura de Galicia, buscando el acercamiento al centralismo de Madrid». Según AGAL, «al premiar a estas personas, el Gobierno gallego busca españolarizar cada vez más a los gallegos, para así minorizar y privarles de la proyección internacional de nuestra cultura».

O prémio «Lousada Diéguez» e a reacção da imprensa

O dia 17 de junho a imprensa da Galiza fazia-se de um comunicado do Conselho da AGAL a propósito da concessão do prémio «Lousada Diéguez» ao Sr. Casares. Textualmente dizia:

TEXTO DO COMUNICADO

Desde o momento da criação do prémio «Lousada Diéguez» já temos denunciado nos meios de comunicação o clientelismo retro-alimentado e a endogamia cultural, o neopatismo e na actualidade esse circuito de prémios e auto-bombos que *impudicamente* se concedem uns aos outros. O conflito agrava-se por motivo da entrega do prémio dada a situação *ágonica* em que se encontra a nossa cultura.

Como existe uma campanha para desvirtuar a realidade e profundidade do conflito, pois tentam reduzi-lo a uma estreita questão pessoal ou superficial, a AGAL, ao ser esta problemática essencial e profunda, manifesta:

1. Hai *um intento*, por parte dos oficiantes de sempre, introduzidos no Conselho da Cultura Galega, Real Academia Galega, Instituto da Língua Galega, editoras e demais folcloradas, *de sequestrar a história e a cultura do nosso país*, para evitar que o povo galego desperte e recobre a sua consciência nacional.
As imagens reproduzidas nos meios de comunicação lembram-nos as aparecidas quando os agentes de sempre sequestraram e manipularam os restos de Casteleao, a quem querem matar para sempre. Nessa altura também estavam presentes os membros da *Realidade Galega*, sempre omnipresentes nesses espetáculos esperpéticos.
 2. Estes membros da «(I) Realidade Galega» manipulam a nossa cultura e instrumentalizam os fundos públicos dos galegos para o seu *próprio* benefício e lucro pessoal, feito que tem sido denunciado e que recolheu e revista *Agália* (ver nuns., 44, p. 481-483; n.º 9, p. 121 e n.º 12, p. 480-481).
 3. O que é já mais provocador é que se apresentem como intelectuais e mártires legalistas e tentem passar factura, aqueles cuja situação privilegiada de burgueses ilustrados lhes permitia censurar a ditadura franquista; nom obstante, nom tenhem o mais mínimo escrúpulo em receber o dinheiro público que se lhes concede polos serviços feitos para defenderem interesses anti-galegos de um modo provocador.
 4. Desde o momento em que já defendem aberta e descaradamente interesses bas-tardos, provocam, *afortunadamente*, a reacção dos sectores mais comprometidos com a cultura viva da Galiza.
- A AGAL constata, felizmente, que já se começa a verificar que existem amplos sectores que trabalham para *construir* Galiza (que nom se compram) e sectores *mercenários* que colaboram para *destruir* a nossa cultura entre os quais hai que citar, por ordem alfabética, a Jesus Alonso Montero, Carlos Casares, Alfredo Conde, Domingos García-Sabell, Luis González Tosar («Che»), Ramon Lorenzo e Ramon Piñeiro, entre outros.
- Já vai sendo hora de que os galegos, ante estas agressões, nos defendamos.

Em Compostela, 17 de junho de 1988.

O Conselho da AGAL

REACÇOM DA IMPRENSA

A imprensa diária deu breve conta, desde comunicado em páginas interiores, como quase sempre; só um certo jornal intituiu em primeira: «AGAL fai pública unha lista de 'mercenarios' da cultura galega». Numha certa altura da noticia o redactor permite-se misturar, nem se sabe se por ignorância ou por má fe, o nome da associaçom com o de certa organização partidaria, cuja militancia reintegracionista desconhecemos.

Em páginas interiores insiste-se na listagem, descuidando o texto do comunicado, e o subdirector comenta, «con su característica grafixa», o acontecimento. É certo que pretende exprimir-se retranqueiramente, mas alcançou um alto grau de «racionalidade»: «...tentaría infiltrarme nesta organización [AGAL] anque só fora para observar o libidinoso ritual que precede á elaboración dunha lista de traidores [sic]. As discu-

24/5
■ AGAL fai pública
una lista
de 'mercenarios'
da cultura gallega
Uma primeira lista de sete
'mercenarios' que elaboran a lista
de autores que cultiva el.

■ 'Sotelo Blanco Ediciones' sufriu
presiones políticas

**Los Libreros de Galicia piden
la dimisión de Alfredo Conde**

DAG Santiago
organiza, conmigo mesma,
da por negociais da
desgracia, faillo
na Federación de Libreros de
Galicia. Pedimos a nos dous
que me hagais ayer «o»

Seminario sobre bilingüismo en los medios de comunicación
■ DAG Santiago

La función de los medios de
comunicación en el proceso de
normalización lingüística que el
comitato de Galicia en la
ayor lugar en Santiago, orga-
nizado por la Fundación CED
y Emilio Ferrero. Después d
historia de la CED.

**Unha lista de chisgarabís
se administra en castellano**

■ Dag A Gourda

El presidente de la Audiencia Territorial de Galicia, Alfredo Conde, critica a la
listagem de autores que cultiva el. Dice que se trata de una «lista de chisgarabís» que se ha elaborado de forma arbitraria. Dice que no es la primera vez que se hace una lista así y que es una «lamentable situación». Dice que el Comité Lingüístico de Galicia, que preside, tiene que intervenir en este tipo de decisiones.

**Malestar de los profesionales del
teatro gallego por las subvencione**

DAG Santiago
Miguel González, director del Teatro Galego, denuncia que el Ministerio de Cultura reparte en este ejercicio 35 millones de euros entre 25 teatros, lo que resulta en una situación desigual. Dice que el Teatro Galego ha sido beneficiado con una subvención de 100 mil euros.

■ 'La justicia en Galicia' se administra en castellano

DAG Santiago
El presidente de la Audiencia Territorial de Galicia, Alfredo Conde, critica la situación de la justicia en Galicia, que se administra en castellano, lo que resulta en una situación desigual entre los profesionales del teatro gallego.

SÓLOS GALEGOS

Manuel Rivas

La presencia del gallego en la
prensa no supera el 5 por ciento

Bellas pregunta si Galaxia
boicoteará la edición de la
obra completa de Pedro
Hervás

**Unha lista de chisgarabís
se administra en castellano**

■ Dag A Gourda

El presidente de la Audiencia Territorial de Galicia, Alfredo Conde, critica la situación de la justicia en Galicia, que se administra en castellano, lo que resulta en una situación desigual entre los profesionales del teatro gallego.

1. La justicia en Galicia se administra en castellano, al igual que el resto de administraciones, pero las personas que trabajan en el sector público tienen que aprender el idioma para poder trabajar, ya sea en el juzgado o en la administración. Isto es algo que el Comité Lingüístico de Galicia se ha planteado.

■ 'La justicia en Galicia' se administra en castellano, pero las personas que trabajan en el sector público tienen que aprender el idioma para poder trabajar, ya sea en el juzgado o en la administración. Isto es algo que el Comité Lingüístico de Galicia se ha planteado.

1. La justicia en Galicia se administra en castellano, al igual que el resto de administraciones, pero las personas que trabajan en el sector público tienen que aprender el idioma para poder trabajar, ya sea en el juzgado o en la administración. Isto es algo que el Comité Lingüístico de Galicia se ha planteado.

1. La justicia en Galicia se administra en castellano, al igual que el resto de administraciones, pero las personas que trabajan en el sector público tienen que aprender el idioma para poder trabajar, ya sea en el juzgado o en la administración. Isto es algo que el Comité Lingüístico de Galicia se ha planteado.

1. La justicia en Galicia se administra en castellano, al igual que el resto de administraciones, pero las personas que trabajan en el sector público tienen que aprender el idioma para poder trabajar, ya sea en el juzgado o en la administración. Isto es algo que el Comité Lingüístico de Galicia se ha planteado.

1. La justicia en Galicia se administra en castellano, al igual que el resto de administraciones, pero las personas que trabajan en el sector público tienen que aprender el idioma para poder trabajar, ya sea en el juzgado o en la administración. Isto es algo que el Comité Lingüístico de Galicia se ha planteado.

sions para identificar a un mercenario poden ser fascinantes. Suponse que non chega coa 'traición' lingüística, entendendo por isto seguir a normativa oficial, senón que hai que facer máis méritos para que o tribunal de AGAL fixe o ollo inquisitivo nun. Hai, pois, razóns políticas» etc.

A perspicácia retranqueira do subdirector é manifesta, mas, para eliminar qualquer dúvida, o outro dia continuaremos amostrando o seu cráneo e novamente comenta sob um título glorioso, quase em castelhano, «Unha lista de chisgarabís» (*Umha lista-gem de melquetreis, enredadores ou bilites ou farabutes ou monifates ou patifes*, etc.), comenta sem retranca:

«Ninguén pode colocar a outro para sempre un estigma na frente. Ningún ten de reito. Os listos de hoxe poden ser os parvos do mañá, e viceversa. En cambio, os chisgarabís de hoxe continuaremos sendo os chisgarabís do futuro».

Nom recorreu, já a sério, a aquilo de que todos somos iguais perante a lei, por exemplo; sabe o subdirector que elle pode criticar assim as listagás, mais ou menos ajeitadas, que insinúan os «ilustres», mas non se atreve a denunciar com igual retiranca ou seriedade as arbitrariedades em que reincide a camada dos «mercenarios» nesta Galiza ainda irredenta. Ou talvez opina que só individuos como Ramón Lorenzo Luis G. Tosar («Ché») ou Carlos Casares merecen a honra e o dinheiro do «Lousada Diéguez»? É dígo que o premiado numha edición actue de xuri noutra e vice-versa; assim, até quando será licito e meritório?

Também poderíamos solicitar do referido subdirector se sabe ler, porque mesmo em castelhano «mercenario» e «traidor» tenhem significados diversos. Mas esta foi explicacón que lhe fornecerom alcunios leitores em cartas aparecidas nesse mesmo jornal (polo menos non houvo censural) os días 19, 22 e 24 de Junho. Um deles lembrava:

«Os que sinala a AGAL non son traidores, som simplemente mercenarios, isto é: os que vendem os seus servicios numa guerra por dinheiro ou os seus equivalentes (horras, homenaxes, favores oficiais, prémios Louisada Diéguez /que también acarrefam dinheiro/ etc., etc.). O mercenario nunca é nobre, Rivas, é um producto das batalhas (todos eles prostitutas, neste caso). Polo demais, tu non tens que temer, fillo: AGAL non te vai incluir em nengumha lista de traidores, ainda que na lista dos parvos, polas cousas que escreves, já tu mesmo te inclues».

BREVES ANTECEDENTES AO «AFFAIRE»

O ambiente sócio-cultural e mesmo político estaba nessa altura fortemente aceito na Galiza, ainda que as agresións á identidade nacional da Galiza venham de longe. Neste ano (1988) «pessoeiros» e outra gente salientaván as excelencias do inglés, quando som imperterritórios utentes de castelhano, contra a parvidade do galego. (Vide Agallia núm. 13, pp. 114-115, 116-117). Essa mesma casta de «pessoeiros» levara a cabo a «reconversón» industrial da Terra até quase acabar con toda a industria galega por exigencias da CEE. Mas, cingindo-nos ao estritamente lingüístico e cultural, ofereceremos como amostras notícias aparecidas na imprensa diaria nestes tres últimos meses:

«La presencia del gallego en la prensa no supera el 5 por ciento». Num Seminario sobre *bilingüismo* tivo de reconhecer-se que «no momento actual se assiste a umha notória diminución de mensaxes en galego na imprensa escrita, depois de que se normalizasse a situación política do país (que fijo que arredor do ano 75, pouco depois da morte de Franco, se produzisse umha clara curva ascendente no número de mensaxes emitidas en galego, que em ocasions alcanzaron até ao 30 % ou o 40 % da mensagem total do medio» (1 de maio de 1988).

«Es una confrontación de ópticas nacionales», según Torrente. Autores de todo el mundo debaten modelos literarios en Lisboa». E nesse foro interveu como escritor español, em castelhano, Gonzalo Torrente Ballester, que é habitualmente apresentado pola oficialidade cultural galega como exemplar de escritor galego, induzindo assim à confusión entre o lingüístico (o escritor define-se pola lingua que emprega) e o administrativo/nativo (o individuo identifica-se polo lugar de nacemento) (6 de maio de 1988).

O 19 de maio o governo ou «Xunta» da Galiza outorgou as Medalhas Castelao, que entregou o dia 28 de junho. Veja-se o comunicado da AGAL transscrito acima.

A detenção de supostos membros do «Exército Guerrilheiro do Povo Galego Ceive» ocasiona a publicação de um artigo, que elevantou muitas celeumas, da utoria de Carlos Casares, premio «Lousada Diéguez» deste ano. Intitulado «'Colonia o champú?'» (30 de Maio), provoca a réplica imediata de José Manuel Beiras, «Ni colonia ni champú: desodórnate» (7 de Junho). Nesta dizia-se: «...no meu livro *O atraso económico de Galicia* afirmei que a Galiza tinha sido historicamente unha 'colonia interior' do Estado español, e seguia a sé-lo. [...] dito por um indígena galego de nome um tal Beiras, quer dizer, certe de credibilidade e saber por genes e por nação, tam piotresca e parva tese suscitou o escândalo nas élites mais preclaras do país, desde a esquerda divina até aos galeguistas rumorosos coma ti. E incluo-te porque agora comprehendo o motivo da tua inesperada negativa de última hora a participar no primeiro acto nom clandestino do PSG celebrado poucos anos depois na Faculdade de Medicina compostelana, com surpreendido desconcerto dos nossos companheiros de enton. [...] Talvez eu estivesse equivocado. Assim me induz a pensar, ao menos, a tua liçon magistral de drogaria. Só me resta unha piñga de dúvida, suscitada por aquilo que escrevera um dia Mário Benedetti [...]. Dizia, apropriadamente, que a melhor prova de que qualquer americano, inclusive o mais inapto, podia alcançar a presidência do seu país era justamente o seu actual presidente. Quero dizer que me perguntou se a melhor prova de que a Galiza é ainda unha colónia non seredes justamente tu mesmo e os teus artigos de drogaria».

Todos esses acontecimentos tiveram comentários, para todos os gostos, e «aduviños» de confrontações verbais, inicialmente apresentadas como ameaças e ataques à integridade física do «pessoalero».

No entanto, seguiriam aparecendo notícias como: «Malestar de los profesionales del teatro gallego por las subvenciones. La consellería de Cultura reparte en este ejercicio 35 millones» (25 de Junho); «Beiras pregunta si la Editorial Galaxia boicoteó la edición de la obra completa de *Otero Pedrayo*» (26 de Junho); «La justicia en Galicia se administra en castellano. El presidente de la Audiencia Territorial alega que no tiene traductores» (28 de Junho), etc., etc.

De todas elas salientaremos duas. A primeira resume-se no titular «Sotelo Blanco Ediciones sufrió presiones políticas»:

«O editor de 'Sotelo Blanco Ediciones', Olegárijo Sotelo Blanco, manifestou [...] ter sofrido pressões políticas para non publicar algunos livros. «Estes grupos sustentan unha guerra normativa que conduce ao amordacamento da livre expressom cultural, contra a que a minha editora se propuxo luitar». Sem delatar ditas fontes, Sotelo informou que «unha das obras afectadas por estas coaccións foi a do escritor Carvalho Calero que, non obstante, é a de maior acollida no mercado» [apesar dessas pressions «oficialistas» foi *Prémio Nacional da Crítica*, como acima noticia-mos] (29 de Junho).

A segunda, já vencido o trimestre, intitulava-se «Los libreros de Galicia piden la dimisión de Alfredo Conde», conselheiro de Cultura, por pressumivel tráfico de influencias. Houvo quem perante tudo isto opinou:

«Houvo un eco un tanto confuso, rasgos de intolerancia como a agresión da que foi obxecto Carlos Casares e as contusas explicacións que de certos ambientes partiron en torno a esta agresión, e recentemente o que eu chamaría un bando en que determinados colectivos, sin ninguna [sic] lexitimación especial, allistaban a sete cidadáns relevantes da vida galega diciendo desde a sua [sic] irresponsabilidade más ou menos que quedaban integrados nunha lista negra» (26 de Junho). Mas nom se detivo a examinar se os «ofensores» nunha realidade ofendidos nem se esses «listados» som de facto os que negam o pram e o sal das liberdades cidadás a aqueles que singelamente, denunciando essa situación antidemocrática, defenden os seus direitos. Non à AGAL mas aos Alfredos Condes ou aos Domingos Garcías cabe atribuir os protestos desse qualificado opinante.

«Penso que isto é umha peça de 'macartismo' e um intento de introduzir a intolerância na vida política [e cultural] galega que todo o mundo deve vigiar estritamente, ajudar despaixionadamente e, consagrando o único que é valioso para a vida dum povo, que é a ideia da tolerância. O povo galego, do que se deve livrar muito é da intolerância».



«Bases» do prémio «Blanco Amor»

Ourense, 9 Maio 1988

Ilmo. Sr. Alcalde-Presidente da Câmara Municipal de BOIRO

Ilmo. Sr.,

Tendo notícia polos meios de comunicação que nas presentes «Bases» do prémio de romance «EDUARDO BLANCO AMOR» se exige que as obras apresentadas utilizem a «normativa oficial», e por esta ser a primeira vez que tal feito acontece na história do citado prémio, SOLICITO de V.I. lembrar a quem corresponder:

1.º Que o citado prémio, sendo convocado por instituições públicas, com fundos públicos, isto é, de TODOS OS GALEGOS, nom deve ser discriminatório nas suas «Bases».

2.º Que informe que fundamentos legais se exige tal critério restritivo, que atenta contra a liberdade de expressão de todo escritor, já que a legalidade vigente, por nós conhecida, em nengum modo justifica tal decisom das entidades convocantes do prémio.

Em nengum modo fundamenta tal decisom das entidades.

Lembro também que se o escritor estivesse entre nós, provavelmente nom estaría conforme com este novo acordo, agora, incorporado.

Na espera de umha resposta, subscrevo-me com a maior consideraçom e estima.

Ass. Maria do Carmo Henriquez Salido

(Presidenta da Associaçom Galega da Língua)

Nom houvo resposta a esta carta, salvo que o novo presidente da Câmara Municipal de Boiro se ocupe do tema que o anterior, demitido por ficar em minoria, nom pudo justificar.



Otero Pedrayo e a Geografia de Galiza. Simpósio Internacional. Santiago de Compostela, Junho 1988

Com motivo do centenário do nacemento de Otero Pedrayo celebram-se muitos actos em lembrança da sua pessoa e da sua obra. Mas particularizadamente topamo-nos com a triste realidade de a Geografía «institucional» desconhecer os pressupostos teóricos ou metodolóxicos que inspiram e dotam de valor científico a sua obra. Como vem acontecendo na maior parte dos eventos culturais oficialistas assistimos a um desfile de ponencias que baixo títulos deslumbrantes escondem essa fame de méritos para um currículo em

dura competência. A essência teórica de Otero devemos procurá-la sem nengum tipo de dúvida nas correntes fenomenológicas e existencialistas, entroncando-se de este jeito com as investigações desenvolvidas recentemente no campo da geografia polos seus cultores «humanistas» centrados no conceito de espaco vivido. A aproximaçom que Otero fai à paisagem participa destes principios, incidindo na necessidade de compô-la previamente e para poder comprehendê-la. As propostas metodológicas, realizadas na década dos vinte, mantinham plena vigênciia na actualidade e amostram-se como ferramenta de trabalho indispensável para o desenvolvimento de umha geografia humanista. A importânciia que concede ao ritmo da paisagem, ao som, à história, à literatura e à arte permitem situar a Otero como um dos impulsores da metodología empática na nossa ciéncia. O tratamento que da paisagem fai na sua *Guia de Galiza* corrobora estas afirmações de procureira de umha ontología espacial proposta polo Galizismo existencialismo e essa visom espiritualista da paisagem.

«Hai, por cima, o Cancioneiro eruditio e o Cancioneiro popular, com as suas caracterizaçons geníais da paisagem. O peregrino da Galiza deve acompanhar-se dos poetas e de alguns grandes mestres noutras formas da arte literário. Com esta invitaçom a conquista de umha profunda e exacta convivênciia da paisagem da Galiza, cerrase a parte geral de este livro».

Esta contribuiçom oteriana fundamental é desconheçida pola maior parte dos geógrafos, como a ocultaçom do seu compromiso político com os nossos homes e a nossa Terra, eixos vertebradores do seu pensamento, é sistemática neste tipo de celebraçons.



A AGAL denuncia o grave intento de agressom contra o idioma e a demagógia, hipocrisia e oportunismo político no Parlamento galego

Ante os acontecimentos que se produziron o passado 7 de junho no Parlamento galego a AGAL denuncia perante a opiniom pública:

1. Ao partido, gestor de interesses alheios, que com a sua arrogância tentou come-

ter umha traicom e burla para com o nosso pais.

2. O oportunismo, hipocrisia e demagogia dos partidos, cujos parlamentarios possem umha prática idiomática nem coerente nem galega, segundo é voz comum e até agora non desmentida, que utilizam com fins bastardos o idioma nacional da Galiza, mas que non tenhem claro qué é um processo normalizador. Temos que denunciar, assim mesmo, a sua colaboracom com instituções como o «Instituto da Língua Galega», «Real Academia Galega» e «Conselho da Cultura Galega», que si tenhem o objectivo claro de *liquidar* a lingua nacional da Galiza.

3. Ao Parlamento galego, por non cumprir nem antes nem agora a sua función de controlo do executivo, pois permite e non fai nada por evitar as *arbitrariedades* bem manifestas na Conselharía de Cultura, Conselharía de Educação e em todos os medios de comunicaçom dependentes da Junta.

4. Non é certo que no Parlamento estejam representadas nem todas as ideologias nem todos os interesses presentes hoje na sociedade galega, pois a Associaçom Galega da Lingua (associacom cultural apartidaria firmemente comprometida com o proceso de normalizaçom) ainda hai pouco tempo tem dirigidu um escrito ao presidente do Parlamento e *nem tam sequer se dignou dar resposta*.

5. Ainda que a AGAL tem que estar de acordo com que o processo normalizador seja preciso e claro, também é evidente que antes hai que determinar com critérios das ciencias da lingüagem o *qué se deve normalizar*. Qualquer processo normalizador nunca será o adequado, enquanto non se permita que a sociedade galega decida *de acordo con a sua historia o instrumento lingüistico a utilizar*. Por isso, urge que o Parlamento galego convoque a todas as entidades e movimentos cívicos interessados e unha questiom que afecta, pola sua essênciia, absolutamente a todas as camadas da populaçom galega.

Compostela, 8 de Junho de 1988

O Consello da AGAL

TITULARES DA IMPRENSA

22 El Correo Gallego

Viernes, 10 de junio de 1988

Agal denuncia a actitude dos políticos respecto ó galego

LA REGION

10 Junho 1988, p. 7

**La AGAL
arremete contra
el Parlamento en
el tema lingüístico**

LA VOZ 10 Junho 1988, p. 78

FARO DE OURENSE
10 Junho 1988, p. 4

**AGAL denuncia un
«grave intento de
agresión contra el
idioma gallego»**

**Denuncian la
“agresión” del
gallego en el
Parlamento**

A Associaçom Galega da Língua no Dia da Pátria

TEXTO DO COMUNICADO

Na celebraçom do *Dia da Pátria* a AGAL lembra a todos os cidadaos galegos que a Galiza é cada vez mais pobre no Estado espanhol e fica desmobilizada política e culturalmente. O caciquismo gestor dos interesses de Madrid está a utilizar as diferenças idiomáticas e culturais para consagrar a extinçom das línguas e culturas minorizadas, ao tempo que nos empobrece e regionaliza cada vez mais, negando as possibilidades a um projeto nacional galego.

Na nossa Pátria:

1. A *direita regionalista e ultra-montana* e os seus lacaios tentam, como sempre, impedir grotescamente que a identidade subiazente entre o galego e o portugués cristalize numa variante culta dessa língua de civilizaçom e cultura. Joga com o modelo de língua (o espehho é o simbolo mais sagrado da nossa Pátria) e fai terrorismo cultural ao propor-se desolver o nosso idioma no espanhol, como se fosse um dos ingredientes de umha queimada.

2. O bloco do poder autonómico persiste em duas atitudes complementariamente anti-galegas: o bilíngüismo harmoníco com hegemonia e primacia do espanhol e o dirigismo cultural fascistoide contando com a colaboraçom dos *galeguistas de norma*:

a) Obstraculiza e impede o debate sobre a nossa cultura e idioma.

b) Sequestra informaçom do Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Romântica, para evitar a participaçom dos Galegos, entanto os fundos públicos dos galegos som utilizados para destruir e dinamitar, justamente, o nosso idioma nacional.

c) Silencia e divide Otero Pedraio através de simpósios, com liturgias em que poderiam participar desde umha Sara Montiel a um palhaço italiano, mentres aos cidadaos galegos nom se lhes dá oportunidade para opinar sobre a significação de Otero na história do nosso país.

d) A Junta, Deputaçons e Concelhos andam à competéncia para ver quem fai mais folcloradas e movidas: subsidiam-se romarias e pequenas movidas post-modernas, usam o dinheiro dos galegos para fazer traduções ao italiano em colaboraçom com os amigos do «clam», e pola contra a infraestrutura cultural fica em extrema penúria e continuam a ser discriminadas por ditos organismos as associaçons culturais que como a AGAL trabalham diariamente pola normalizaçom cultural e lingüística da nossa Pátria. A filologia e política cultural destas instituições vem a coincidir com a dos «*Coros e Danzas da Secção Feminina*» com vernizes de post-modernidade.

e) Tenta converter a Fisterra num espaço exótico no contexto europeu, numha reserva de índios ou de peles vermelhas, mas esquece que a Galiza num momento da sua história foi caminho da Europa e aportou algo fundamental ao seu património, sem renunciar à sua identidade.

3. A *esquerda* fica ancorada num nacionalismo de campanário, pois confunde a cultura de corredoiria com a cultura popular, dificultando que o povo se reconheça a si próprio nas formas mais universais e mais progressivas do nosso idioma. *É aberrante* que se proclame a soberania nacional ou ate a independéncia, mentres se utiliza a *libre da escravidoute*; é aberrante que se exiba a Pátria galega empregando sem remorso a grafia española (clara marca de escravidoute) para a língua da nossa Pátria.

Ante estes feitos, e porque o colectivo de gente que continua a luitar e reivindicar um futuro possível para a nossa Pátria se vai acrescentando, a AGAL fai um chamamento a todo o povo galego, pols tem a convicçom de que chegará umha restauraçom da Galiza gloriosa de outrora.

Compostela, 23 de Julho de 1988.

FARO DE OURENSE

24 Julho 1988, p. 7

Agal denuncia la marginación de la región gallega

La Asociación Gallega de la Lengua, con motivo del Día da Patria Gallega, «recuerda a todos los ciudadanos que Galicia

LA REGION

La “Associaçom Galega da lingua”, con motivo del Día da Patria Gallega, manifiesta que nuestra comunidad autónoma es cada vez más pobre en el Estado español política y culturalmente.

25 Julho 1988, p. 3

Esta asociación asegura que las gestiones realizadas desde Madrid utilizan las diferencias idiomáticas y culturales para consagrar la extinción de las lenguas y culturas minoritarias y nos niegan las posibilidades de un proyecto nacional gallego”. Se denuncia también el empobrecimiento de Galicia.

EL CORREO GALLEGO

AGAL acusa ó Goberno de antigalego

SANTIAGO. Redacción Co gallo da celebración do Día da Patria Gallega, a Asociacion Galega da Lingua (AGAL) difundiu onte un comunicado de prensa no que acusa ó goberno autonómico de manter dúas actitudes complementarias ante antigalegas, “o bilingüismo harmónico com hegemonía e primacia do español e o dirixismo cultural facistoide contando com a colaboracion dos galeguistas de nónmina”.

Na mesma liña, a Asociacion engade que os responsables do goberno obstaculizan e impiden o debate “sobre a nossa cultura e

es cada vez mas pobre en el Estado español». En un comunicado denuncia «el caciquismo gestor de los intereses de Madrid que utiliza las diferencias idiomáticas y culturales para consagrar la extinción de las lenguas y culturas minoritarias y nos niegan las posibilidades de un proyecto nacional gallego”. Se denuncia también el empobrecimiento de Galicia.

25 Julho 1988, p. 21 (Cultura)

Esta asociación asegura que las gestiones realizadas desde Madrid utilizan las diferencias idiomáticas y culturales para consagrar la extinción de las lenguas y culturas de las comunidades.

25 Julho 1988, p. 21 (Cultura)

idioma”, ó tempo que tentan converter Fisterra “num espaço exótico no contexto europeo, numha reserva de índios ou de ples vermelhas”, esquecendo que Galicia, nun momento da súa identidade”.

AGAL acusa tamén á esquerda de ficar ancorada “nun nacionalismo de campanário que confunde a cultura de coredaira com a cultura popular”, engadindo que é “aberrante que se exhiba a pátria galega empregando sem remorso a grafía española para a lingua da nossa pátria”.

No seu comunicado, a Asociacion da Lingua denuncia feitos como “silenciar e dividir a Otro Pedro a través de simposios com liturgias em que poderíam participar desde umha Sara Montiel a un palhaso italiano”.

Este ano em Buenos Aires o único curso de galego é o reintegracionista

Aparentemente eram os adeptos à política cultural da «Xunta» anterior a manterem a vontade de confrontar, em Buenos Aires, o reintegracionismo, que de há já doze anos vem organizando *Amigos do Idioma Galego*, com um curso de galego «oficial». Já informáramos aqui que nos últimos três anos aquela «Xunta» e os simpatizantes transatlânticos de AP fizeram quanto puderam por extirpar o «foruncho sedicioso» que dolorosa e teimudamente lhes brotara justamente na cidade do exílio de Castelao e do Conselho da Galiza; bem se sabe que as infecções devem cortar-se a tempo, antes que todo o corpo resulte contaminado. Para isso enviaram alem-mar, nesses três anos consecutivos, professores com todas as despesas pagas, para que, oficial e institucionalmente, brotassem fora os irritantes «jusistas», que tinham aousadia de reivindicar o carácter científico das suas «perversas» teses e que estavam a «corromper» a ingénua nobreza dos emigrantes e dos seus filhos. Em suma, aqueles que anos há resistiram a implantação de cursos de galego, agora os multiplicavam.

Infelizmente para estes zelosos defensores da pureza do «castrapo», nem puderam lograr os seus objectivos. Os factos retorciam-se endemoninhadamente. Eles promoviam abundantemente na imprensa escrita e radial a verdade recém chegada e afinal essa mesma publicidade reverteu em concorrência democrática, para os reintegracionistas. O que havia era que as pessoas que nunca souberram, nesse mar humano que é Buenos Aires, de cursos dum exótico idioma dos galegos, informavam-se logo nos jornais. Umha vez nos cursos «oficiais» inevitavelmente chegavam a saber dos outros cursos em plugna (*Amigos do Idioma Galego* somente porm um pequeno anúncio ao começo do ano). Essas pessoas inscritas eram induzidas inconscientemente pelos professores a comparar. Quer pelo simples confronto tácito, quer pola desestacón directa, os alunos precatavam-se de que essencialmente os cursos eram *contra algo*, decreto non podiam descansar até ver por si se aquilo era tam fero como lhe-lo pintavam. A concorrência paralela non se prolongava muito: umha licom, umha semana. E non duvidavam em deixar de perder o tempo quando comprovavam que os inífiés eram pessoas que pensavam precisamente como elles de modo vago vinham pensando.

Assim, pouco a pouco e ano trás ano, o confronto abria caminho a um tráfico num só sentido, que produzia grave dano no ânimo dos promotores, dos professores vídos de além-mar e mesmo do résido de alunos inscritos por compromisso político.

Por salvar algo, ao menos nos ecos escritos para consumo eleitoral, oussaram dizer que o seu concurso era de centos, com desentendo alegre. De muitos centos era a inscripción que, em oito anos previos, *Amigos do Idioma Galego* recolhera quando ditava os cursos justamente nesses ámbitos donde foram expulsos e substituídos pola «ortodoxia oficial». Leve deslize.

Mas isso é história, ainda que próxima. Em 1988 os *Amigos do Idioma Galego* ditaram os duodécimos cursos anuais consecutivos, agora no velho e hospitalero casarom da Federación de Sociedades Galegas da Argentina, na rua Chacabuco, num meio carregado de pegadas da história e de presenças vivas da emigración galega na Argentina. Foron ali convidados pola Federación, que decidiu deslocar o eixo do seu labor num sentido mais integralmente cultural.

Como sempre, as aulas ditam-se os sábados de 14 a 19 horas, e comprehendem módulos de exercitaçom, de gramática mais ou menos teórica, de análise filológica de textos literários e também umha miscelânea de arqueología, etnografía e mitología da Galiza (inclusive o pré-romano). Como base material, continua a utilizar-se a traduçom galega de *Os Paços de Ulhoa*, bom exercício polos diversos níveis e riqueza vocabular e de locu-

çons. No último segmento, partindo do mapa das comarcas galegas tradicionais, trabalha-se no mapa das tribos antigas, com ajuda da lingüística, da documentação histórica, da topónima actual e da geografia arqueológica. Como nos anos anteriores acontecerá com a maravilha dumeziliana aplicada às fontes da religiom celtaica e da especificamente galega, em Buenos Aires continua a suportar-se a crise económica mediante o inefável fascínio da Galiza remota.



Nom se deve promover oficialmente o analphabetismo

A *Associaçom Galega da Língua* perante as acções coactivas de um grupo de senhoras contra o professor dom Mário Alonso Nozeda, do Colégio Público de E.G.B. da Ilha de Arousa.

Lembra à opiniom pública galega:

1. Que parece surpreendente que um grupo de cidadás, provocadas por umha pessoa relacionada com umha autoridade local da vila, altere a ordem pública sob pretexto de fazerem cumprir a legalidade vigente.

2. Que a legalidade vigente sobre a maneira de escrever o galego é observada es-crupulosamente polo citado professor.

3. Que tal legalidade só obriga (Art. 4.º do Decreto de Normalizaçom) a ensinar as Normas, feitas no seu dia polo ILG, com a anuênciia da RAG, definidas como «Norma para a unidade» (Art. 1.º), mas *em nemugam caso é obrigatorio usá-las*, a nom ser para o material didáctico que tenha de ser aprovado (Art. 5.º).

4.º Que esse Decreto 173/1982, de normativaçom lingüística, publicado o 20 de Abril de 1983, foi promulgado polo Governo de Alianza Popular presidido por Fernandez Albor e, que, pola sua parte, o PSOE, no seu Congresso celebrado em Ourense, advogou polo desenvolvimento democrático e non violento da normalizaçom cultural da Galiza.

Portanto, parece impróprio, quando menos, que a esposa de um conhecido militante do PSOE actue violentamente e promova a desordem pública, ainda mais, contra a legalidade constitucional vigente que garante a *liberdade de cátedra* e o direito a informaçom aos cidadados (Artis. 20.º e 27.º).

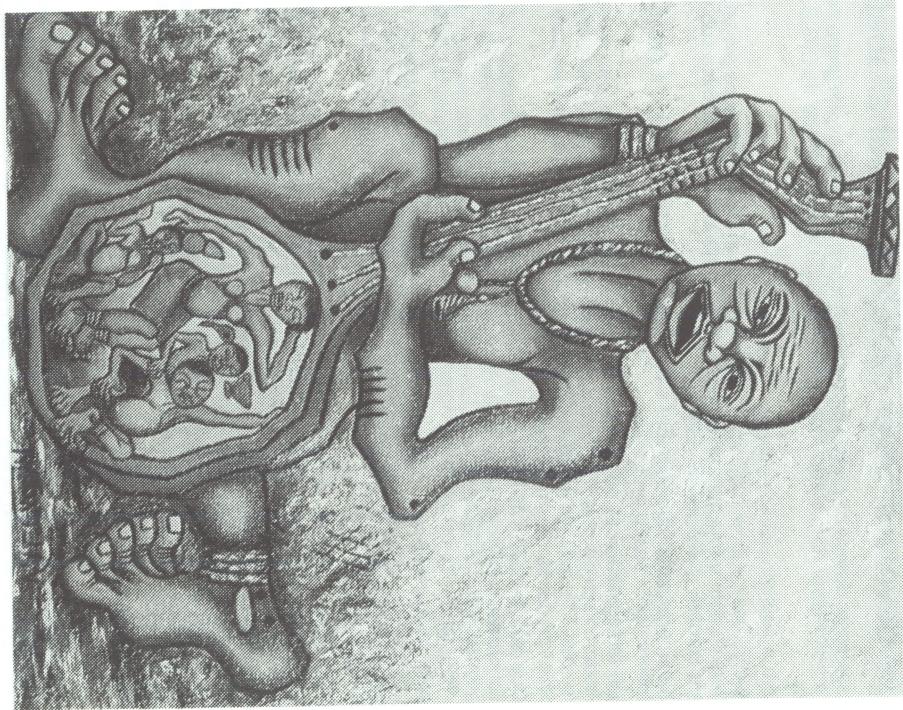
A AGAL requer, portanto, das autoridades pertinentes, que cumpram decentemente a vigente legalidade e evitem qualquer arbitrariedade e coaccion contra cidadaos dignos, como o professor don Mário Alonso Nozeda, injusta e indecentemente agredido.

Solicita também dos medios de comunicaçom que informem o mais imparcialmente possível sobre este e outros temas atinentes ao processo normalizador lingüístico na Galiza. Todo isto contribuirá á paz e convivênciia cidadá, em que todos estamos interessados, e ajudará a que *nom se promova oficialmente o analphabetismo* nas nossas escolas e centros de ensino.

Compostela, 8 de Novembro de 1988.

O CONSELHO DA AGAL

O comunicado, acima transcrit, enviou-se á imprensa na data indicada. Dada a importânciia do assunto, adiantamos com ele um informe ou relatório, que, completando o aparecido no núm. 14 de AGAL/A sob o título «Mais um intento de repressom», apresentaremos no próximo número sobre o processo irregular da «normalizaçom» lingüística nas instituiçons públicas assentadas na Galiza.



**1.º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
SOBRE CULTURA ANGOLANA**

PORTO

17 - 20 MAIO / 89

TEMA CENTRAL

1. A poética de Neto como praxis social.

1.1 O Evangelismo poético de Agostinho Neto.

1.2 A política como fonte de inspiração poética de Agostinho Neto.

1.3 O internacionalismo poético de Agostinho Neto.

OUTROS TEMAS

1.4 Agostinho Neto: uma escrita humanista.

1.5 Agostinho Neto contista

1.6 Agostinho Neto ensaísta.

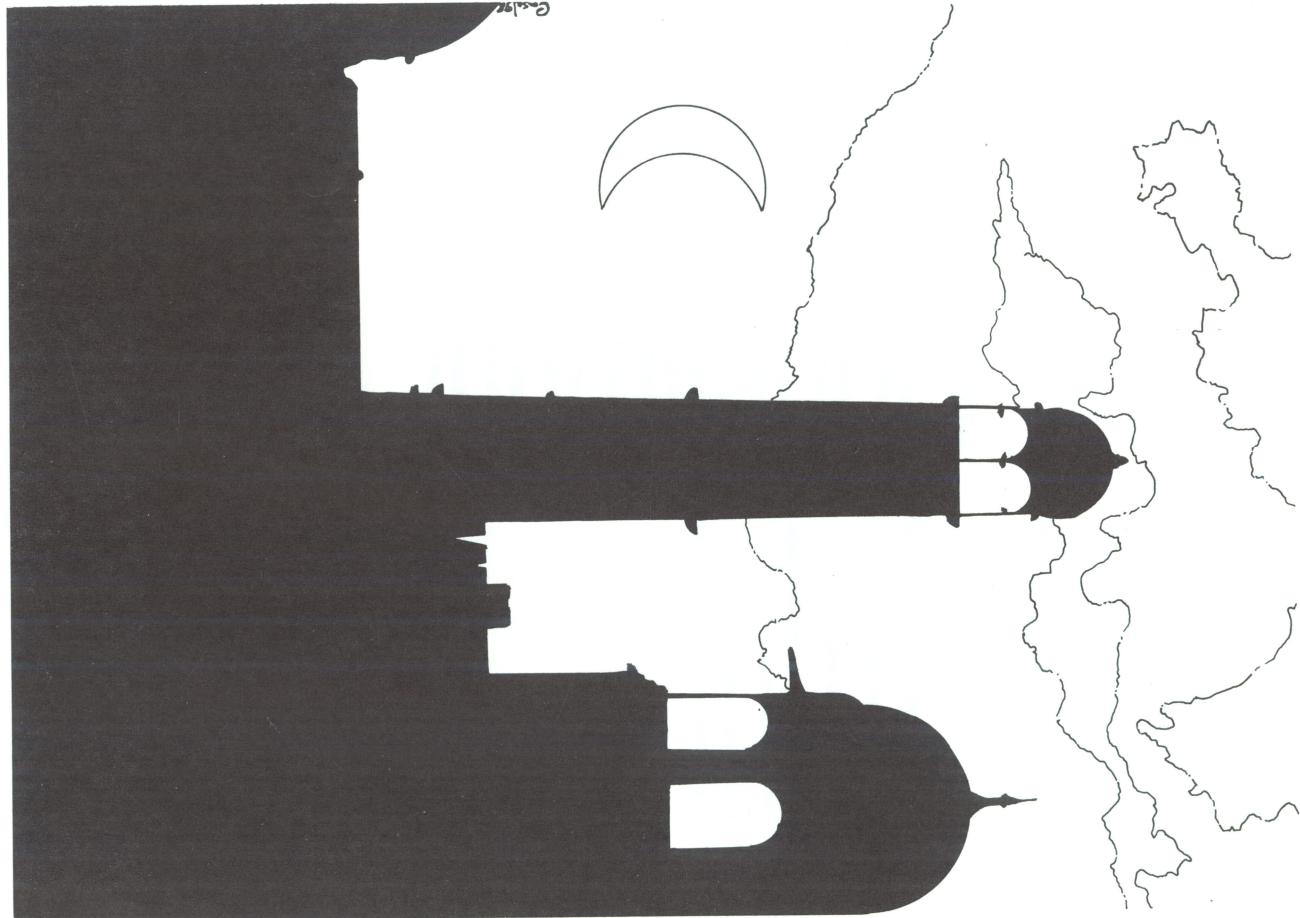
1.7 Agostinho Neto e a modernidade literária Africana.

1.8 O contexto histórico-cultural da criação poética de Agostinho Neto.

- 1 Angola pré-colonial e movimento de resistência sócio-político-cultural.
- 2 Movimentos culturais e literários do século XIX à actualidade.
- 3 Literatura colonial: vertente colonialista e vertente anti colonialista.
- 4 Literatura angolana: fase nacionalista, nacionalidade e identidade – vertentes da actual produção estético-literária, a problemática dos gêneros.
- 5 Línguas nacionais e produção literária.
- 6 O ensino do português enquanto língua segunda.
- 7 A tradição oral angolana fixada pela escrita e em língua portuguesa.
- 8 A antropologia social e cultural angolana nos diversos períodos.

ORGANIZAÇÃO
ANGOLE - ARTES E LETRAS
AVDA REPÚBLICA, 88 - 1003 LISBOA

COLABORAÇÃO
CENTRO ESTUDOS AFRICANOS DA FACULDADE LETRAS DO PORTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DA R. P. ANGOLA



RECENSONS

A vida escura, de Jenaro Marinhais del Valle⁽¹⁾

Por Alberto GARCIA VESSADA

O molho de contos recolhidos no livro significativamente intitulado «A vida escura», vários de eles já publicados com anterioridade, constituem, pela sua coerença temática, estilística e estrutural, uma unidade que faz que o conjunto esteja mais alá que umha simples colocacão em fileira de papéis mais ou menos empoados que um bom dia se tiram da gaveta, de modo a constituir umha autêntica obra literária.

E isto conseguiu-no o autor mediante a injeccom de umha série de temas e motivos temáticos que, como seiva enriquecedora, partindo da terra (Galiza, a sua realidade) fluí e empapa as distintas pólás que som os contos que como braços dirigidos em distintas direcções formam um conjunto variado mas orgânico.

Passo a continuacão a comentar brevemente estes temas e motivos, especialmente aqueles que eu considero mais significativos na visom do mundo do autor.

Muitos criticos literarios falam do «espaço boomerang» para referir-se a aquelas narracões onde o protagonismo sai da sua terra, e, após umha série de aventuras mais ou menos felizes, regressa a ela: trata-se do reencontro coa realidade primitiva, original, conformatadora da personalidade que a vida se encarrega de desenvolver.

Hai que dizer que no caso do livro que nos ocupa, as aventuras, isto é, o espaço de tempo passado entre a ida e a vinda, nom é significativo e apenas se nos indica em poucas linhas; o importante é o momento psicológico da chegada em si mesma; do choque psíquico que representa o que, de socate todo um mundo de vivências se fagam realida-de de súbito, iluminando, como na tragédia grega, a mente do que regressa de longes terras, destino fatal dos galegos condenados a emigrarem. E assi, o protagonista de *O Retorno impossível*, lembrando a sua meninice ao chegar de novo à terra, sente-se tam estranho que as lembranças parecem nom referir-se a ele próprio, mudado pola vida e os amores, e decide desandar o caminho andado cara ao mundo em que vivera a maior parte da sua vida, ao encontrar as suas raízes «mortas, incapazes de reverdescer».

A protagonista de *O passamento* dá-se conta do nada, do vazio da vida, umha vez que chega, velha e acabada, à casa, a mesma casa onde já a sua avó lhe falaria, tempo atráis, do mesmo que ela sente agora: «nada vim, moça, do que vás buscando, mas tudo encontrai aqui e tu volverás sem trazer nada novo». A morte é a consequéncia natural da iluminaçom que nos mostra que a vida, as ilusons, o eterno buscar o que nunca se conseguirá, dá nada valem.

Em conexom com este tema, temos o do reencontro mas nom com a terra senom coa pessoa amada que se deixou de ver ou se perdeu por algum tipo de culpa. *Maria Felizia*, antes aldeá e agora famosa actriz de teatro, mudou de gestos e de falares e provoca no seu antigo e aldeao namorado a desilusom do que já nom é o que foi, da perda de natura-

(1) JENARO MARINHAS DEL VALLE. *A vida escura*. Agal, A Corunha, 1987.

lidade e de troca de pele de alguém que nunca mais pertencerá ao nosso mundo. Em

Aniversário, uma parelha de amigos namorados, dançando frente ao espelho, compõem o amargo de reconhecer a passagem do tempo, que non perdoa e os fai parecer «umha ruina irremediable». Em *Amor serôdio*, uma velha, já demasiado tarde, chora pola morte dum antigo noivo que ela desprezou.

De especial relevo é o motivo do que perde esse algo que era base e sustento da sua existência e sem o qual o mundo perde o seu sentido non ficando já nengumha esperança nel, o que fatalmente leva à desesperação, à locura ou à morte.

Alguns dos contos citados acima entrariam também aqui (o normal é a presença de vários motivos num só conto) mais especialmente esclarecedores som ao meu ver, em relação com isto, o conto de *O narrador* home contádor de histórias, que relata em torno a si um grupo de rapazes cobiçosos de ouvi-las. A perda da voz e, consequentemente, dos seus infantis acompanhantes, que agora fogem dele, leva-o à morte prostrado na cama dum hospital. Perdida a nai e a irmã, o moço protagonista de *Legado inútil* nom lhe saberia dar valor ao dinheiro que herdou, non era esse o mundo seu que a outros tanto atraía; acabou enterrando-o no campo-santo, junto aos ossos dos seus queridos o que verdadeiramente lhe importava. Ironia do destino, morreu assassinado por alguém que pretendia roubar-lhe precisamente esse dinheiro. *O patrom de pesca* sente que a morte dum marinheiro consiste justamente em deixar de sê-lo, por iso berra com as suas filhas quando, após a ultima viagem marinheira, recebem-no com umha festa. E que, como dim os autênticos lobos de mar das nossas costas «os de terra non entendem». A perda dos restos da sua lancha «Maruxa», quemada no dia de Sam Joám, justo no mesmo que levava à sua mulher, Maruxa também, provoca em outro velho marinheiro a perda do sentido. A morte da sua tia, suja e bêbeda, mas a mulhei que lhe ofereceu o catinho que ele preciava, leva a *Catapioího* a gastar o dinheiro que a própria tia lhe deixara numa lápida para o enterroamento na que dorme buscando ainda o calor que em vida lhe porporcionou. O *inocente*, aborrecido de todos, acusado dum crime que non cometeu, ante a falta de amor, comunicado e compreensom, fecha-se na casa, rico de dinheiro, e prende-lhe lu-me com ele dentro.

Como variante deste mesmo motivo, às vezes, ante a perda do que representa o exio e porquê de estar no mundo, o protagonista cria uma realidade própria, alheia à realidade de comum da sociedade, mas que é tam verdadeira como esta, já que cumple a função de situar o homem na vida de acordo com umhas pautas que ele necessita, sejam ou non válidas para os demais. Non estaremos na eterna discussom sobre a realidade ou idealidade do mundo? No conto *O libertador*, uma nai desesperada pola morte da sua filha, entrega-lha a um cavaleiro, príncipe azul, como esposa. O final do conto é revelador: (os vizinhos, as amizades) «intercambiam olhares de comiseração (...) mas ela sabe que recuperou todas as facultades extravidadas e sabe com toda seguridade que o sucesso que conta é verdadeiro». A Ermelinha, nai tristura, arrota no seu colo um embrulho; quando o tempo lhe trai um filho verdadeiro, a imprudênciam dumha vizinha que lhe pede o nenó, fai que a poore Ermelinha se agarre ao seu «filho» verdadeiro, ainda que para outros seja um embrulho, e lance contra a paredé a criatura viva. O velho que perdeu um filho assassinado polos falangistas, jura vingá-lo mas non pode. A promessa e o seu vínculo coa existênciam. Morre sem consegui-lo, mas umha velha pistola, materializaçom desse ódio e instrumento da sua vingança, vai com ele, aprelijada nas mans, ao outro mundo. O poero Baralhobre esperou toda a sua vida pola filha. Meio morto, chega a neta, a quem non conhecia, de fatares estranhos e sem vínculos sentimentais com o mundo da nai. O velho sabia o que esperava, sabia o que necessitava ver, e a operaçom de criaçom subjectiva tem efeito. Ao vê-la quer ver e vê a sua filha: «Sabia, sabia seguro que voluntarias». Mais umha vez, o desejo profundo, que mora na profundidade de nós, cria a realidade. *O Cheque*, desprezado pola moça que ama, triste e derrotado, iluminase de repente ao ver que ainda hai alguém que o quer: um cam que o recebe na porta e lhe suja a nova saia que comprata com ilusom de lhe gostar à moça. A fidalgia Laurainha, velha, vesté-se de noiva esperando ao cavaleiro aparecido, e deita-se como estátua jacente esperando a morte que a juntaria com o seu amado que a vinhera chamar. A lembrança de Herminia,leva

ao antigo namorado a sonhá-la tal como a via na janela anos atrás como se o tempo nóm tivera passado. O fantasma da moça ainda o perseguiu.

Ao lado destes motivos entrecruzam-se outros que se poderiam exemplificar extensamente se o espaço o permitisse; mas vou traçar alguns exemplos, assim como certas particularidades de estilo que me parecem salientáveis.

O sofrimento está presente em todos ou quase todos os contos; um sofrimento que se fai concreto em motivos como os seguintes:

—A velhice. Velhos e velhas percorrem constantemente as páginas do livro: junta-de-la, a dor, a enfermidade e a morte, que na maioria dos casos é umha libertação ante umha existência angustiosa. Nom é estranho que o cemitério seja um lugar presente em tantos contos.

—Os amores frustrados ou malogrados, a infidelidade ou a dor de comprovar que o que amávamos ou esperávamos já nom é como o tínhamos imaginado.

—As relações pais-filhos, ou netos, que morrêiom ou emigrárom ou fôrrom assassinados (neste caso a política assoma em alguns contos também, em relação sobretodo á repressom franquista sobre a populaçom).

—A frustracom por umha vida que nom corresponde aos desejos profundos do indivíduo, que vê que malgastou as suas energias com a dor que dá saber que já nom tem remédio. *O rosario*, sobre um cura sem vocaçom, e *A costureira*, que lamenta o matrimónio que nom conseguiu realizar, som bons exemplos.

—A brevidade da vida e a angustia ante o tempo que se passa e que só pode ser recobrado pola memória evocadora que nos enche de nostalgia. «Mentres a memória resista nom estará todo perdido» di-se no conto *O passamento*, um dos mais profundos do livro.

—A abundância de personagens com defeitos físicos e psíquicos, os que vivem na miséria como animais, borrachos, tolos, desprezados, etc. . .

Nota-se, na obra, um certo sentimento de impossibilidade para que as coisas melhorem; hai como umha resignaçom ante a evidêncie de que pouco se pode fazer para melhorar, de que as coisas som assi, de que o ambiente, a educacom e as condicôns sociais fám impossível querquer melhora. O conto *O croio taurino*, aparentemente humoristico, encerra esta visom pessimista à que me estou a referir. Um moço com maneiras de matador vai-se da terra com a esperança de triunfar no toureiro. Toda a aldeia fica esperando notícias dos seus triunfos mundo adiante. Ao fim, umha carta chega: o bom da paz esta em Lisboa de... barbeiro, precisamente o ofício do pai.

O livro contém trinta e quatro contos, precedidos dum prefácio onde o autor nos expõem com clarividêncie algumas características que o conto deve cumprir: o narrador como umha personagem mais do conto, o conto deve ter um só centro de gravidade, a falta de epílogo, o feito de que no conto nom deve haver descrições psicológicas, a participação do leitor e a personagem como cracom literária. Considereramo-las mui acertadas. Cita-se seguir as condições que Dieste lhe atribui a um bom conto e duvida se nos seus estas características se dam.

Eu acho que si, que se dam. Ainda que nom todos os contos tenhem o mesmo valor, a imensa maioria estam mui bem logrados e sobretodo umha das qualidades das que Dieste falava, encontra-se eu presente nos relatos deste livro; di assi:

«O remate ha de téla virtú de faguer simultâneas no espirto as imaxes que foron sucesivas».

É ao que eu lhe chamo iluminaçom: a visom mísica; o sucessivo fai-se presente numha visom de totalidade que explica e resume as partes, dando-lhes um sentido totalizador, último e final.

A obra está escrita com umha prosa rica, ampla, sugeridora e imaginativa que se adapta, que lhe dá corpo ao sentimento que se quer transmitir. Nom hai nem que dizer que o emprego do galego reintegrado, histórico, entroncando com a nossa própria tradiçom etimo-

lógica, lhe dá ao texto uma autenticidade da que em grande parte careceria empregando outra ortografia. As magníficas ilustrações de Quesada fêm o livro ainda mais belo.

Livro pois, importante, denso, rico em contidos humanos, profundamente gallego e enraizado, tematicamente, na nossa terra, constitui uma mui valiosa contribuição à narrativa galega actual.

Os habitantes da culpa, de Francisco Salinas Portugal *

Por Miguel MATO FONDO

É possível que o leitor destas linhas ache inconveniente ou exagerado se digo que considero este livro como uma das experiências poéticas mais interessantes das nossas letras nos últimos tempos. Sinto respeito pelas diferentes interpretações e atitudes que a sua leitura pode provocar, mas gostaria que se reparasse alguns aspectos que a seguir saliente.

Para Borges, os homens, ao longo do tempo, repetem sempre duas histórias, a dum esquife perdido polos mares mediterrâneos na procura dumha ilha querida, e a dum deus que se faz crucificar no Gólgota. Os mitos criados pela cultura universal perduram e transformam-se com diferentes máscaras e vestes em cada poeta, em cada tradição. O mito recrifa-se umhas vezes para procurar umha explicação da própria existência; outras, para procurar umha luz no labirinto do caos em que nos achamos imersos.

Os Habitantes da Culpa ocupa-se dum dos mitos presentes decote na memória, o mito da queda, do Descenso. Também desse misterioso lugar da imaginação poética de que procedem e a que regressam as plantas e os animais. Dous eixos, descenso e retorno, que vertebraram a obra que nos ocupa. E a Culpa, explicada no desenvolvimento do mito edípico, o mito da destruição.

Na complexidade deste poemário os mitos, simbolos e temas que nele se desenvolvem excedem seus próprios limites, os da obra particular imperfeita e inacabada, e erguem-se no universal da memória humana.

Estão na Bíblia, e desde esse grande código tenhem dado sentido à paixom e à trágédia dos tempos posteriores.

Os Habitantes... é umha viagem à destruição —o suicídio— e nega toda a possibilidade de retorno ao mundo primigénio, os luminosos lugares da infância. Os textos de «O tempo da nenez» amostram umha rica simbologia dos lugares onde se guarda a memória do que ainda está por tracar. A infância —um arcaz, vozes transparentes, música, maçãs e amoras negras— é o lugar ao que já nom se pode regressar. A «ila» e o «enxofre» romperam a luz da memória:

«Un silencio de infancia prendeu das asas rotas do crepusculo.»

Porém, contraponto desse tempo antigo irrecuperável («despois de ter perdido as formas de existir»), a adolescênciá é o novo tempo da dor transitória negado na distância. Os quatro textos que formam «As vozes da adolescênciá» estão cheios de símbolos de morte («cabesa oleigolada», «cadáveres infestos») e animais que umha longa tradição associou à corrupção e ao horror (iguanas, vermes, abutres). A adolescênciá é a idade onde toda náusea tem abeiro, o tempo que ergue «muralhas opacas» nos corações, o tempo da des-harmonia.

* Ed. Via Láctea, 1988, 106 pp.

Está presente em todo o livro umha rica simbologia da angústia, da desolaçom, do espanto e da ira, e o AUTORRETRATO-Texto 1. é o sino e clamor dela. E a Culpa está no mais íntimo dos círculos concéntricos do sofrimento:

«Soubertas ti da voz que ven dos outros e transita
para unha praia vazia
un lugar de espanto onde reconhecer a culpa
o interior das alcovas

cando o terror espreita

ou pode rebentar a escuma».

Em «A Morte do Pai», no tormento do vencido, está o mito edípico; o caçador de aves aparece como a imagem de quem mata, verdadeira imagem do erotismo e da destruição: «Eu son o cazador de aves, cando à noite aparecen nos teus ollos os presáxiros da morte mais intensa que xamais pensámos, cando na man se e pon a forza dos antigos ritos, un recendo a sangue nos deseños tan ocultos».

É preciso salientar a plenitude expressiva, a incontinência verbal na procura estética, o acto doloroso de escrever quando é sobre o mais complexo e obscuro do próprio eu que se fai. Ou o jogo irónico (7) dos títulos dalguns textos. *Os Habitantes da Culpa* deve ocupar um lugar com nome próprio na nossa poesia contemporânea. Nascido dum longo processo de criaçom, revela um mundo complexo e caótico, no que a palavra é signo de dor. Pode o leitor procurar umha achega a outras poesias e obras com as que encontrará correspondências. No gume do caos, da destruição e do frémito, na obra de Lois Pereiro e Lino Brage; na (re)construcom de certos mitos em fragmentos de M. Vilanova e Alvarez Caccamo. Ficou sugerida a presença da Biblia, o grande código.

O Caminho português a Compostela

Por José M.^a MONTERROSO DE VESA

Se nos referimos a esta guia do Caminho português a Compostela, recentemente editada (1), é polo indubitable interesse intrínseco do tema, bocornosamente insólito. Que de sugerências nos fai nacer o facto histórico do Caminho polo muio que pudo significar face ao reencontro das duas pátrias ibero-occidentais, esgalhadas por uma História adversa. O livro consta de duas partes bem diferentes. A primeira (25 páginas) contém a «Viaje de Lisboa a Santiago» realizada entre Abril e Maio de 1594 polo crego romano Mons. Confallonieri, anotada e indevidamente traduzida do italiano para o espanhol por J. Guerra Campos: é, porém, umha edição de relevante atractividade a sua rareza.

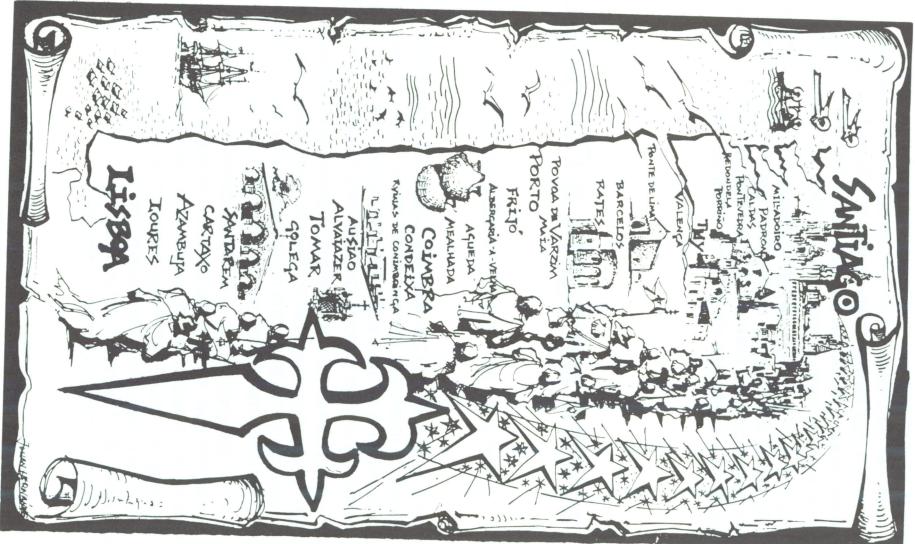
A segunda parte é o suposto relato que o presidente da «Asociación Amigos de los Pazos» fai da peregrinaçom que, em Agosto de 1984, realizou um grupo de «portugueses, franceses y españoles», misturado com os dados que permitem conformar dito texto como um guia para o peregrino futuro mais que como um simples relato de umha experiência pontual e limitada a um colectivo determinado: no que contribui o nom se dar em nem-gum momento a dataçom do itinerário, sendo a este respeito muito mais seria a relação do italiano do Cinquecento, cumpridamente datada.

(1) JUAN BAUTISTA CONFALONIERI/J. M. LÓPEZ-CHAVES MELÉNDEZ: *El camino portugués*. Asociación Amigos de los Pazos, Vigo, 1988.

Dessa parte, a mais extensa da obra, merecedora de um texto mais profundo, é de salientar a iconografia dos lugares do Caminho: fotografias, desenhos, crôquias...

Seguem, em breves páginas, anexos sobre factos derivados da campanha pola revitalização do histórico percorrido e, além da bibliografia de vinte e oito títulos, um epílogo, que estimamos o melhor do livro, contendo fragmentos da publicação «Influência de S. Tiago da Galiza em Portugal», do vimaranense Alberto Braga (1934).

Ora, se o tema oferece um interesse superlativo, temos que lamentar o jeito em que é suscitado: desde a língua empregada até o tratamento desleixado, na redacção descuidada e na transcrição defeituosa. Mais é o emprego do espanhol, duplamente torpe e mesmo desonesto em aqueles que parecem querer criar laços que jamais devêrem desatar-se, o que a pouco estivo de nos apartar da referência sumária a esta publicação que, assim, constitui uma nova oportunidade perdida.



Carta aos Nacionalistas Galegos

A título individual

Sr. Director:

Há certo tempo que venho cavilando como dirigir-me a todos aqueles que sentem à Galiza como primeira expressão à que pertencem. Como diriam alguns: «A Galiza, o mais importante», mas trocando de nome o que para eles sim é o único que lhes importa. Lembram esse lema eleitoral? Pois esses mesmos sujeitos —mas com outro «senhor» de candidato— com o Barreiro à cabeceira argalharam uma «norma» ortográfica, em colaboração com os mais recalcitrantes «castelhanistas» da «Real Academia» e o «Instituto de la Lengua Gallega», para o nosso idioma. Eu dar-lhe-ia um título novelesco a essas normas: «En caso de duda, use a ortografia del español»...

Lembremos que o idioma é o escudo do nosso povo.

Meus amigos nacionalistas (eu também o sou. E por se alguém o deseja saber, fum concejal, e candidato a alcaide, polo Bloco Nacional Galego) não me estranha em abuso-lo este comportamento dos sujeitos aos que venho de me referir. Pois que imos aguardar de senhores como Sábel, Casares, Barreiros, Filgueira e demais «Condes»? Mas o que me preocupa realmente é o colaboracionismo, via silêncio, de alguns dirigentes (uns ex-camaradas meus, outros amigos e admirados noutros tempos) nacionalistas que vêm tão normal traduzir os grandes escritores clássicos portugueses a essa linguagem sem sentido denominado «castrapo». Veríam tão normal se o Governo andaluç, com o seu «conselheiro de cultura» à cabeceira, ou o que estiver nesse momento mais averiado, fizesse traçar Cervantes a seu «castrapito»?

Meus amigos nacionalistas e galegos, só às bases, mas é que ainda não se percataram de que os que agora fornecem «castrapo» (eles chamam-lhe galego) antes falavam e escreviam só na língua de António de Lebrija?

Já sei, meus amigos, que é muito fácil pendurar-se no comboio do poder (ainda chmando-se nacionalista) pois assim podem cair umas migalhinhas em subsídios ou se um escreve em «oficial» ou «semi-oficial» sair na «Televisão de Galicia» que, por certo, não se decataram que seu nome está à vez que em castelhano perfeito, também em «su castrapo»?

Meus amigos nacionalistas, meus amigos das bases, até quando ides permitir às vossas organizações políticas assentir a tamanha compenenda, a tamanha destruição da língua de Rosalia? Ela admitiu ignorar a sua escrita. Mas agora, que já sabemos da existência da literatura comum galego-portuguesa dos cincioneiros, imos permitir a desfeita via castelhanização?

Decerto cortaremos essa tendéncia suicida, como cortaremos muitas outras coisas, envio-vos um saudo desde o reintegacionismo activo e desde o nacionalismo galego, europeísta, e dos povos.

Madrid, 27 de Junho de 1988.

Assinado: Ramom Queixomariu Fidalgo
Ex-concelhal
Ex-militante do Bloco e da U.P.G.
Membro da A.G.A.L. e das I.F.

Vigo, 2 de Setembro do 88

Prezados amigos:

Habitualmente cita-se na vossa revista o exemplo da reunificação flamengo-holandesa como modelo para a reintegração do galego no português. Sem dúvida que é esta uma referência interessante, mas creio que nem deveríamos esquecer que é precisamente neste sistema linguístico neerlandês onde podemos ver o exemplo mais claro de «isolacionismo» recente dentre as línguas ocidentais: o afrikaans. Seria curioso comprovar cal das situações — a do flamengo e a do idioma sul-africano — se assemelha mais à galega, sem prejuízos pela complexa situação política do país austral (*sine ira et cum studio*).

Sociolinguisticamente, a recuperação e normalização de ambas as línguas têm grandes similaridades, cumpre importante diferença: enquanto o território flamengo é quase praticamente monolingüe, o afrikaans coexiste co poderoso inglês e outras línguas de menor implantação.

O sentido desta carta, ainda que o poda parecer, nem é anti-reintegracionista, o único que pretende (quica ingenuamente) é que alguns reintegracionistas recuperem o sentido relatividade e do diálogo, essencial — opino — para um caminho ajeitado de reconciliação linguística do nosso país e possibilizar linhas de achegamento que a Galiza necessita.

Sem mais, um saúdo,

Assinado: Miguel Ángelo Conde Teira

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS E DE INTERESSE

Africá, «Semanário de actualidade africana e internacional à dimensão da língua portuguesa», que publica notícias e comentários sobre a situação galega; assim, um intitulado «Política e cultura na Galiza», de Tiagre Vasco, no núm. 71 (21-27 de Setembro) e um «soltó» sobre «Agália da Galiza» (resenha ao núm. 14 de AGÁLIA), no núm. 72.

Sede da Redacção, Administração e Publicidade: Rua Possidónio da Silva, núm. 10511.º, 1300, Lisboa.

Angolé. Artes e Letras, «Publicação trimestral do Departamento Cultural da Embaixada da República Popular de Angola».

Boletim da Associação José Afonso (Abril, Maio, Junho de 1988), núm. 2, de periodicidade trimestral.

Sede da Associação José Afonso: Casa Bocage, Rua Edmundo Bartíssol, 2900. Setúbal (Portugal).

Falcão do Minho, «Semanário regional do Minho e Galiza», fornece notícias, muito desiguais, sobre a Galiza enviadas polo correspondente em Vigo, Victor Homem de Almeida.

Redacção: Editorial Regiminho, Rua Nova de São Bento, 54, 4900. Viana do Castelo (Portugal).

Iskreiro, «Publicação independentista», núm. 2 (Agosto de 1988), elaborado, organizado e distribuído polo Colectivo do mesmo nome, assentado na Corunha (Galiza), mas apontado num discurso inabitual no território espanhol da Galiza.

A Nosa Terra, «periódico galego semanal», ultrapassados os dez anos de publicação, é no panorama dos «media» escritos na Galiza o único redigido completamente em galego e na actualidade sem restrições a norma gráfica reintegrada do galego-português. Direcção e Administração: Rua de Ponte-Vedra, 4-5.º, 36201. Vigo (Galiza).

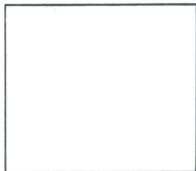
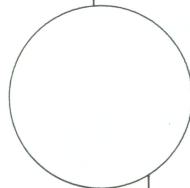
Agradecemos quanta informação se nos envie sobre publicações e livros.

UNIVERSALIDADE

REEQUILIBRIO

PROGRESO

IDENTIDADE NACIONAL



CONSTRUINDO O PRESENTE



CONSELLERIA DA PRESIDENCIA
E ADMINISTRACIÓN PÚBLICA

DESEÑAMOS LO FUTURO

**ÁGUAS
DA GALIZA**

SOUSSAS

MINERAL NATURAL

AGUAS
DE
SOUSSAS

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro numeros): Membros da AGÁLIA 2.000 ptas.
Península Ibérica 2.600 ptas.
Europa 3.200 ptas.
Resto do Mundo 3.500 ptas.

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____ PAÍS _____

DATA _____ / _____ / _____

ASSINATURA _____

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número _____
inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- Transferéncia bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.

Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.

Giro postal ou giro urgente n.º _____



FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos _____

D.N.I. _____ Profissom _____

Endereço (Rua, Praça) _____

Vila, Cidade _____ País _____ Tfno. (_____) _____

Data de nascimento _____ / _____ / _____

Quota Anual/Trimestral/Mensal

Modo de pago: Ingresso directo na c/c num. 06566121 (Caixa Postal de Ourense). Quando se verifique o pagamento anual (3.600 ptas./600 ptas./300 ptas.) pode domiciliar-se. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificação do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: Normal: 3.600 ptas./ano (300 ptas./mês).
Estudante e desempregado: 600 ptas./ano (50 ptas./mês).
Menores de idade: 300 ptas./ano (25 ptas./mês).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Courunha.

Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.

Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA